



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A luta dos Direitos Humanos em Ditadura: o caso da
Bielorrússia.**

Bruna Alexandra Silva Nogueira

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A luta dos Direitos Humanos em Ditadura: o caso da
Bielorrússia.**

Bruna Alexandra Silva Nogueira

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar

Évora 2022



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Irene Viparelli (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Os anos de 2020 e 2021 caracterizaram-se por serem anos de grandes desafios e alguns obstáculos, no entanto, entrego com o maior orgulho, aquilo que considero o fruto do meu trabalho. Apesar de o meu nome ser assinado no fim não podia deixar de agradecer a algumas pessoas que se mantiveram fortes e me mantiveram a mim forte durante toda esta etapa.

Primeiramente, quero agradecer à minha família por me terem ajudado e aconselhado, por nunca terem desistido de mim e por toda a confiança que me depositaram. Vocês tinham razão, consegui mesmo fazer isto.

À minha orientadora, a Professora Doutora Saudade Baltazar, pelo seu apoio e dedicação em todo o processo, e a todo o corpo de docentes por tudo aquilo que me ensinaram não só naquilo que foi a aventura do mestrado, mas também nos três incansáveis anos de Licenciatura. Tudo o que me ensinaram fez crescer a paixão que carrego por esta área.

Ao Martim, à Leonor e ao Gabriel, que ainda não entendem, mas que um dia vão entender tudo o que fizeram para me ajudar.

Aos meus amigos, por me proporcionarem os momentos de descontração que tanto precisei.

Ao Rodrigo, por ter sido incansável, por se manter do meu lado e acreditar em mim mais do que ninguém. Por me trazer á tona quando eu me afundava em negatividade. Por sempre me deixar saber que não estava sozinha nesta jornada.

Esta tese é de todos vocês.

Esta tese mostrou-se o fruto do meu trabalho e do renascer da minha motivação.

O meu maior e mais sincero obrigada a todos os que se mantiveram ao meu lado para a fazer ver a luz do dia.

A luta dos Direitos Humanos em Ditadura: o caso da Bielorrússia

Resumo:

O trabalho a realizar incide sobre a liderança de Lukashenko e como o regime político ditatorial da Bielorrússia está a afetar os direitos fundamentais de um povo que se sentia já oprimido desde a criação do país que mantém uma ideologia dividida, com a insuficiente cooperação por parte das Organizações Internacionais e que sente as consequências de revoltas por todo o país. Passa-se também por uma breve contextualização histórica do país e as especificidades deste regime político. Vários autores acreditam que apesar de todos os pedidos de ajuda internacional por parte do povo acerca do resultado eleitoral e do misterioso desaparecimento dos opositores políticos de Lukashenko, a situação persiste. O país atravessa uma crise com demasiados precedentes. Fala-se de autoritarismo e ditadura num país situado no continente das liberdades individuais e dos direitos cívicos. Autores como Hannah Arendt (1978) mostram-nos o que é o totalitarismo e a ditadura e Irene Pimentel (2013) fala-nos como a memória de situações passadas se torna importante em alturas em que a história se parece repetir, como a evitar e como perceber os sinais que se encontram á nossa frente. Perguntamo-nos então: Quais são as condições para que o regime ditatorial da Bielorrússia persista com a violação dos Direitos Humanos, perante os crescentes protestos internos (femininos) e a inoperância da comunidade internacional? Os seus habitantes sentem-se negligenciados e esquecidos, de direitos arrancados e vivem a violência. O trabalho será desenvolvido recorrendo a uma Investigação qualitativa com recurso a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Revoltas populares, Direitos Humanos, Ditadura, Bielorrússia, Eleições.

The struggle of Human Rights in authoritarian Dictatorship: the case of Belarus

Abstract:

The work to be carried out focused on Lukashenko's leadership and how the dictatorial political regime of Belarus is affecting the fundamental rights of a people who have felt oppressed since the creation of a country that maintains a divided ideology, with insufficient cooperation on the part of international organizations and feeling the consequences of uprisings across the country. There is also a brief historical contextualization of the country and the specificities of this dictatorial regime. Several authors believe that despite all the requests for help made to international organizations by the people regarding the election result and the mysterious disappearance of Lukashenko's political opponents, nothing has been done to help them. The country is going through a crisis with too many precedents. There is talk of authoritarianism and dictatorship in a country situated on the continent of individual freedoms and rights. Authors such as Hannah Arendt (1978) show us what totalitarianism and dictatorship are and Irene Pimentel (2013) tells us how the memory of past situations becomes important at times when history seems to repeat itself, how to avoid and how to perceive the signs that lie ahead of us. We ask ourselves: What are the conditions for Belarus's dictatorial regime to persist in the violation of human rights, in the face of growing internal (female) protests and the inoperability of the international community? Its inhabitants feel neglected and forgotten, of rights torn apart and violence is lived. The work will be developed using a qualitative investigation using bibliographic and documentary research.

Keywords: Revolt, Human Rights, Dictatorship, Belarus, Elections.

Índice

Agradecimentos.....	1
Abstract:	3
Índice	4
Lista de abreviações:	5
Índice de Figuras	6
Introdução	7
1. Contextualização teórica.....	12
1.1. Sistemas e Regimes Políticos	12
1.2. A contextualização dos Direitos Humanos	22
2. A Bielorrússia.....	25
2.1. A geoestratégia do território bielorrusso	25
2.2. A evolução histórica da Bielorrússia	26
2.3. A Bielorrússia sob o controlo da URSS.....	29
3. A Bielorrússia pós-URSS	31
3.1. Desenvolvimento económico	32
3.2. Desenvolvimento social.....	41
4. A Bielorrússia sob o controlo de Lukashenko	43
O regime político	45
4.1. Acontecimentos recentes	49
4.2. Lados opostos numa guerra interna	50
4.2.1. A opressão	51
4.2.2. Os movimentos sociais	54
4.3.3. Os movimentos de protesto femininos	65
5. Os direitos humanos e a Bielorrússia	74
5.1. A (in)operância das Organizações Internacionais	82
5.1.1. A posição da União Europeia face aos acontecimentos recentes	84
Conclusão.....	93
Bibliografia.....	102

Lista de abreviações:

CPL – Confederação Polaca-Lituana

BSR – Conselho Nacional Bielorrusso

RSS – República Socialista Soviética

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OSCE - Organização de Segurança e Cooperação Europeia

EU – União Europeia

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

SM – Socialismo de Mercado

PEV – Política Europeia de Vizinhança

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa da Bielorrússia.....	19
Figura 2 - Taxa de desemprego após a eleição de Lukashenko.....	27
Figura 3 - Emprego na Agricultura.....	33
Figura 4 – Índice de perceção de corrupção.....	35
Figura 5 – 10 países com maior censura aos meios de comunicação	41

Introdução

Na nossa sociedade atual, é fácil habituarmos-nos à liberdade que nos rodeia. Crescemos, tal como na maior parte da Europa, num país livre que nos permite prosperar e fazer as nossas próprias escolhas.

No âmbito do mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus e de forma a conseguir todos os requisitos para a obtenção do grau de mestre é necessária a redação de uma dissertação que se enquadre no curso. Quando me foi colocada a questão acerca do que queria escrever, pensei num dos motivos que me fizeram seguir esta área. Desde muito cedo que a área dos Direitos Humanos me intrigou e foi a partir dessa ideia que me acompanhou durante todo o meu percurso que decidi aprofundar a questão dos direitos humanos dentro de um regime opressivo. Este trabalho insere-se e baseia-se nos temas abordados durante o curso, e mostra-se atual e com evoluções constantes. É um tema que apesar de abordado já anteriormente, mostra uma contínua evolução e por este motivo, deve ser explorado e aprofundado para que se possa compreender tudo aquilo que o mesmo envolve.

Esta dissertação pretende contribuir para a compreensão geral de como o sistema atual da Bielorrússia se está a conjugar com os Direitos Humanos através de uma investigação qualitativa com recurso a pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho pretende, de uma forma geral, analisar as dinâmicas de manutenção do regime ditatorial da Bielorrússia e da persistência da violação dos Direitos Humanos no país, passando, de certa forma pela identificação das principais condições socioeconómicas, políticas e institucionais na Bielorrússia que conferem o padrão de continuidade ao regime político liderado por A. Lukashenko, ao longo de mais de duas décadas e a descrição de situações de violação de direitos humanos (ex. pena de morte, entre outros) e como se justifica a sua persistência até à atualidade, bem como analisar o atual aumento de oposição interna (com destaque para os protestos femininos) ao regime bielorrusso e a (in)operância da comunidade internacional para consagrar o respeito pela democracia e direitos humanos através da caracterização dos movimentos sociais de contestação ao regime político da Bielorrússia, com destaque para os protestos protagonizados por mulheres e a identificação das medidas implementadas pelas organizações

transnacionais em resposta aos apelos da oposição bielorrussa para aferir a (in)operância da comunidade internacional no respeito pela democracia e direitos humanos.

De forma a ser possível reconhecer o máximo de informação pertinente e fidedigna sobre o tema em estudo, a abordagem metodológica escolhida foi a recolha de dados através de uma investigação qualitativa. Com base no uso das perguntas “o quê”, “porquê” e “como”, e envolvem-se abordagens interpretativas do tema a estudar com articulação de teorias adequadas e de uma recolha documental feita através de bibliografia já apresentada anteriormente sobre o tema e de documentos importantes para o objeto de estudo.

Maior parte dos autores que abordaram o tema centralizaram as suas pesquisas em como a Bielorrússia se desenvolveu após a queda da URSS, analisando a sua história e o seu desenvolvimento económico e do seu modelo político. O tema da opressão dos direitos humanos em território bielorrusso tem sido, de certa forma, negligenciado tendo apenas começado a ser trazido ao de cima mais recentemente à luz dos eventos atuais.

Um dos objetivos deste trabalho é também analisar os direitos humanos e de que forma os mesmos se encontram desrespeitados dentro do território bielorrusso. Como nos diz Wiebke Lamer (2016, p. 361) “a liberdade de imprensa recebe muito pouca atenção no debate mais alargado sobre os direitos humanos internacionais e na literatura académica sobre o assunto. Este artigo afirma que a liberdade de imprensa é importante por si só e não apenas como forma de garantir outros direitos humanos, como a liberdade de expressão e a liberdade de informação.”

No que diz respeito à estrutura deste trabalho, o mesmo é dividido nas seguintes partes:

A Introdução, que engloba a apresentação do tema, a problematização e os objetivos de pesquisa do presente estudo.

A segunda parte deste trabalho é o desenvolvimento, dividido por capítulos que será dividido por temáticas iniciando pela descrição dos diferentes regimes políticos e eventual contextualização do regime ditatorial comparando-o ao regime democrático. Seguidamente descrevemos historicamente a evolução do território bielorrusso até à

atualidade, passando pelas fases pré, durante e pós ser parte integrante da União Soviética. Durante este último tópico irá ser feita uma análise ao governo de Lukashenko e dos seus modelos económicos e sociais e quais as situações que explicam o aumento da oposição dentro do país.

Isto leva-nos à próxima parte do trabalho, a enumeração e descrição dos movimentos sociais que começaram a surgir no país e as suas evoluções. Mais à frente iniciamos a explicação dos Direitos Humanos e de que forma os mesmos estão a ser negligenciados.

Terminamos com a reação e a atuação das organizações internacionais perante as situações descritas e com a conclusão, respondendo quais as condições que justificam a manutenção da ditadura na Bielorrússia assim como a contínua violação dos direitos humanos e de que forma se justifica o atual recrudescimento de movimentos sociais de reivindicação (ex. protestos femininos) por ideais democráticos e a inoperância da atuação da comunidade internacional?

A Bielorrússia encontra-se num regime ditatorial disfarçado desde a sua criação, pois numa democracia “reina a liberdade, de palavra, e de se fazer o que se quer, cada um podendo levar a vida que lhe agrada, de acordo com sua própria fantasia. Sócrates, com ironia, comenta que essa forma de governo pode ser a mais bela de todas”, desta forma, “a democracia é um verdadeiro bazar de constituições, em que se pode escolher qual modelo se quer reproduzir” (Pedroso, 2015, p. 79) e pensa-se que neste regime qualquer individuo “pudesse levar seu peculiar modo de vida sem ser oprimido” (Pedroso, 2015, p. 79), no entanto, o povo bielorrusso, conforme se poderá confirmar nos últimos capítulos deste trabalho, encontra-se sob uma onda de opressão.

Com o fim da URSS (União Repúblicas Socialistas Soviéticas), o país passa por um processo de metamorfose ao abrir os seus mercados ao capitalismo. Muitos dos países do leste da Europa, viveram à sombra da imagem da antiga URSS durante muito tempo. Com isto, é eleito o único presidente por voto popular, Alexander Lukashenko, que governa até hoje. Apesar de o presidente ter sido eleito democraticamente, o mesmo mantém-se no governo desde o ano de 1994. Conseguimos perceber aqui que o país se enquadra como uma democracia demagógica por sobrepor os desejos do seu governante às leis (Korosteleva, 2003). Os partidos oposicionistas ao governo garantem

que as eleições têm vindo a ser manipuladas. Foram várias as eleições ocorridas no país, em especial a de 2006, em que os EUA, a União Europeia e a OSCE acusaram o governo bielorrusso de fraude eleitoral, tendo-o denominado como “a última ditadura da Europa” conforme descrito por Sueli Vasconcelos, no seu artigo de 07/06/2021 para o jornal digital “Estado de Minas”¹.

No ano de 2006, Lukashenko tinha sido reeleito para mais um mandato presidencial com mais de 80% dos votos (Marple, 2009). Nesse mesmo ano, os média que se associavam à oposição apresentavam um número muito baixo, consistindo apenas em alguns jornais. Esses mesmos jornais eram censurados e retirados de circulação pelo governo da Bielorrússia com alguma frequência, especialmente durante o período de eleições, para que o seu impacto sobre os eleitores não fosse significativo. Os canais de TV populares no país constituíam propriedade do Estado bielorrusso ou da Rússia, não tendo na sua programação conteúdos que pudessem incentivar o desafio às autoridades do país. Começando por este ponto, conseguimos já ver uma clara violação aos direitos individuais e de liberdade de expressão aos cidadãos. A polícia política patrulha as ruas e contribui na repressão e prevenção de protestos políticos pois dependem do governo para receber os seus salários. Os direitos individuais dos cidadãos, tais como o direito à religião, liberdade de expressão e o direito de escolha estão a ser violados e isso dá origem á onda de protestos que se instauraram pelo país, principalmente os movimentos de carácter feminino contra a desigualdade salarial por exemplo e contra a violação de direitos que se mantém no país. As organizações internacionais, apesar de algumas tentativas no passado, parecem não prestar auxílio à situação do país e do seu povo. Desta forma, é interessante perceber de que forma é possível que esta situação se mantenha face a todos os acontecimentos.

Pretende-se compreender como é que o regime político da Bielorrússia, está a afetar os direitos fundamentais do seu povo e a potenciar o aparecimento de movimentos de revolta num país que parece dividido em dois por ideologias contrárias e em paralelo verifica-se as formas de atuação das organizações internacionais perante as recorrentes situações estas causas bem como analisar as dinâmicas de manutenção do regime

¹ <https://www.em.com.br/app/colunistas/sueli-vasconcelos/2021/06/07/noticia-sueli-vasconcelos,1273940/bielorrussia-a-ultima-ditadura-europeia.shtml>

ditatorial da Bielorrússia e da persistência da violação dos Direitos Humanos no país, identificar as principais condições socioeconómicas, políticas e institucionais na Bielorrússia que conferem o padrão de continuidade ao regime político liderado por A. Lukashenko, ao longo de mais de duas décadas, descrever situações de violação de direitos humanos (ex. pena de morte, entre outros) e como se justifica a sua persistência até à atualidade.

1. Contextualização teórica

1.1. Sistemas e Regimes Políticos

É habitual que ocorra uma confusão terminológica no que toca à atribuição do poder supremo no Estado, ou seja, no estudo do governo. Os termos “sistema” e “regime” são confundidos frequentemente e interligam ou são colocados de forma totalmente distinta, cabendo aqui um esclarecimento sobre suas definições.

São sistemas políticos, a decorrência de que cada forma de governo, ou seja, a definição não concreta de um modo de atribuir o poder que corresponde a uma categoria mais pura, objeto do filósofo político que tende a afastar-se da realidade e atua, de certa forma, como uma direção a seguir para os sistemas, e os institucionalizam em normas, ou seja, cria-se a Constituição.

Com essa a abstração ou definição não concreta a influenciar a regra, a mesma rege a realidade, e denomina-se de regime político, sendo, de um modo efetivo a forma como o poder se exerce num determinado Estado, em um determinado momento da história.

Desta forma a distinção entre os dois apresenta-se muito simples: o sistema regula a realidade estatal como regime.

A tipologia das formas de governo ocorre em dois graus de abstração distintos: o mais alto, em que são três tipos diferentes, e o aristotélico, mais próximo à realidade, em que são seis.

No mais alto grau de abstração, distinguem-se quantitativamente a monarquia como forma de governo em que o poder é deferido a um só, a aristocracia quando o poder é atribuído a uma minoria e a democracia quando o poder é atribuído à maioria.

Aproximando-se um pouco mais da realidade, Aristóteles (citado por Bobbio, 1998, p. 253) foi para além do critério quantitativo e procurou determinar dentro dessas três formas as suas versões legítimas e ilegítimas, dependendo de estas visarem o interesse geral ou apenas de alguns, mormente dos governantes. Sendo forma legítima a

monarquia, é ilegítima a tirania; sendo legítima a aristocracia, da minoria mais capaz, é ilegítima a oligarquia, referente a minorias ricas; e sendo legítima a democracia, é ilegítima a demagogia, em que a maioria é explorada por demagogos para seu próprio proveito.

As tipologias de sistemas políticos geralmente começam por diferenciar república e monarquia de acordo com o tempo do mandato, e a partir daí distinguir esta entre diversas subcategorias, como absoluta ou constitucional e democrática ou aristocrática, e aquela em democrática e aristocrática, além de outras definições.

Platão (citado por Bobbio, 1998, p. 57) considerava três formas de governo corrompidas a três ideais, ou seja, considerava que as formas adequadas eram, por ordem de preferência a monarquia, a aristocracia e a democracia. Todas as restantes tais como a oligarquia e a tirania deveriam ser evitadas, especialmente a última.

Platão estabeleceu então os critérios a adotar quando definimos as formas de governo boas e más com o seguinte paradigma: violência ou consenso; legalidade ou ilegalidade.

As ideias de Aristóteles (citado por Bobbio, 1998, p. 57) quanto às formas de governo assemelhavam-se às de Platão, dividindo entre boas e más, sendo elas: monarquia, aristocracia e políteia e democracia, oligarquia e tirania, respetivamente. No entanto acabam por se separar no que se refere aos critérios e causas de transformações.

Enquanto Aristóteles (citado por Bobbio, 1998, p. 166) acreditava que se podia distinguir o bom governante do mau a partir da forma como o mesmo visa ao interesse comum ou ao seu próprio interesse.

Aristóteles (citado por Bobbio, 1998, p. 167) não considerava que a sucessão dos regimes se fizesse em direção à decadência, mas sim num movimento evolutivo. O filósofo acreditava ser possível salvar o regime, moderando de certa forma os regimes

com as qualidades que se lhe apresentassem contrárias. Desta forma, um tirano poderia transformar-se num bom monarca.

Com Maquiavel (citado por Bobbio, 1998, p. 319) inauguramos uma visão diferente do tema pois vislumbra duas formas de governo: o Principado e a República, sendo que esta última pode ser uma aristocracia e uma democracia. Uma outra mudança significativa é a estabilidade da constituição. Para o autor pouco importa a forma como o poder foi obtido pois aquilo que caracteriza um governo como bom ou mau na sua doutrina é a sua duração, ou seja, depende de como os recursos de poder são empregues durante o mandato.

Para o autor Thomas Hobbes (citado por Bobbio, 1998, p. 6), por exemplo, o poder soberano não estaria sujeito a nenhuma limitação e desta forma não se deve falar em formas boas ou más de governo, contrariamente ao acima explicado, porque qualquer tipo de avaliação do governo será fruto da paixão e não da razão. Para Hobbes, se o governo for misto, ou tiver qualquer divisão, apenas servirá para destruir o governo e para o destabilizar.

As tipologias de regimes políticos distinguem-se entre três regimes de governo, de acordo com o grau de pluralismo político envolvido. É máximo no regime democrático, caracterizado pela livre formulação das preferências políticas e pela disputa pacífica de poder, a intervalos regulares. Já o regime autoritário permite pluralismo limitado, sem extensa mobilização política e definindo limites vagos ao exercício do poder.

Por fim, o regime totalitário controla toda a mobilização política e poder nas mãos de um pequeno grupo, que não pode ser afastado por meios pacíficos e compõe partido único, de massa e com ideologia oficial. “O totalitarismo comunista é uma forma moderna e terrível de tirania, só superada pelo regime nazifascista, igualmente de carácter totalitário.” (Costa, 2019)

1.1.1. A democracia

Sabemos que “a democracia é um regime político, ao qual o povo se consciencializa da importância da sua participação para assegurar a soberania. A teoria da democracia direta é um modelo clássico, com características normativas, também conhecido como “Democracia substantiva”. É uma forma de entendimento político inspirado pela prática política da Grécia antiga, assente na participação do cidadão no assunto público. Por isso mesmo, a democracia surgia como uma forma de governação, de que qualquer decisão pública implicava o envolvimento dos cidadãos” (Pereira, 2021, p.40)

Sabe-se que um governo é uma democracia quando o poder é exercido em consentimento com os governados.

A origem etimológica da palavra "democracia" (de *demo* = povo e *kratos* = autoridade) significa o “governo do povo”. Ou seja, "isto significa que o povo é governado por pessoas que ele mesmo escolheu e cometeu um direito de comando, tendo em vista funções de uma determinada natureza e de certa duração e sobre cujo exercício o povo mantém uma fiscalização regular, acima de tudo por meio de seus representantes e das assembleias assim constituídas"(Maritain, 1996, p.37).

Entretanto, é necessário tomar em consideração que o uso indevido de palavra democracia para caracterizar regimes políticos que nada têm de democráticos tem suscitado dúvidas e controvérsias quanto ao seu real significado, devido a ser utilizado para caracterizar regimes que se apresentam como monocráticos autoritários ou ditatoriais, como ocorria com os regimes fascistas e se verifica com a democracia proletária ou comunista e as chamadas democracias populares.

As controvérsias acima descritas passam por um inúmero de situações, além da falsa utilização do termo como acima identificado, a democracia traz em si um conjunto de contradições no que toca ao nível de participação do jogo democrático. Numa fase mais histórica a democracia ateniense realizava-se de forma direta e num espaço restrito através de uma assembleia na qual todos os cidadãos poderiam comparecer e exercer o governo ao lado dos seus pares. No entanto, eram só considerados cidadãos aqueles de sexo masculino, com mais de 18 anos e filhos de pai e mãe ateniense, ou seja,

encontrava-se marcada por fortes indícios de exclusão, não se adequando a toda a população.

Com o passar dos tempos, a democracia foi mudando e tornou-se uma democracia representativa. Esta democracia representativa assenta na condição de que o povo escolhe a pessoa que quer que o represente.

E é aí que se instalam algumas controvérsias. Apesar da existência de uma Constituição, por exemplo, o representante do povo tem, de certa forma, o poder para exercer a sua vontade sem considerar a vontade dos seus eleitores.

Consideremos também a forma como, por exemplo, as decisões são colocadas aos eleitores. Os assuntos são discutidos em assembleia fechada e colocadas apenas algumas opções para escolha dos cidadãos.

Poderemos então considerar que o povo está completamente a viver em democracia? Daí existirem algumas dúvidas quanto ao emprego do termo democracia.

Fundada nos critérios maioritários de liberdade ou de igualdade, ou, encarada como uma filosofia de vida, a democracia estava revestida de um sentido exclusivamente político, para só numa fase mais moderna se impregnar de um conteúdo social e económico. que passou a conferir-lhe profundidade e uma nova dimensão.

O facto de o povo não ter a hipótese de participar diretamente na dinâmica de poder do governo veio dar origem ao sistema de representação do mesmo e, logicamente, ao princípio universal do sufrágio e ao da decisão por maioria como forma de representação da vontade do eleitor e substanciada pela ordem de soberania popular. Para que isto ocorra é necessário que seja fornecido ao governado a sua liberdade de escolha e opção política sem qualquer tipo de restrições desde que a legitimidade da sua representação se encontre dentro das condições favoráveis a comprovar a sua autenticidade. Neste sentido devem encontrar-se protegidas as liberdades de cariz público e garantias individuais de cada um, mantendo o princípio da pluralidade partidária assegurado.

Ao mesmo tempo, é garantido que se deve ter em vista que as próprias instituições políticas devem apresentar uma estrutura estabelecida de modo a assegurar a

imposição desses direitos e liberdades, com o objetivo de se aplicar o princípio da separação de poderes de forma a evitar a imposição de um sistema absolutista no qual os poderes se encontrem concentrados contrariamente ao regime democrático. A forma como um governo exclui o arbítrio de poder subordinando-se ao império da lei, consigna-se pela forma como um regime democrático se configura num estado de direito.

Segundo Bobbio (1993), a democracia pode ser considerada como um prolongamento natural do Estado liberal, não pelo lado do seu ideário igualitário, mas pela sua fórmula política, que é a soberania popular. Esta tornar-se-ia possível, na medida em que um maior número de cidadãos tivesse o direito de participar direta e indiretamente da tomada das decisões coletivas, significando a extensão dos direitos políticos até o limite último do sufrágio universal masculino e feminino. Bobbio assevera, ainda, que:

“Ideias liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade (1993, p. 44).”

A democracia contemporânea enfrenta vários obstáculos, está em causa, inegavelmente, a representatividade política e, por conseguinte, a realização da soberania popular. Perante este panorama que caracteriza uma grande parte da 9 democracia representativa, enquadrada por um modelo competitivo (Schumpeter, 1961 e Dahl, 1991; 1994; 1997 citados por Pereira, 2021, p. 8-9). Assim sendo, nesta realidade, os partidos políticos assumem o papel de facilitar e de promover a participação política dos cidadãos, e estabelecer ligação entre os governados e os governantes como elemento do Estado (Pereira, 2021, p. 9).

1.1.2. O imperialismo

Foi importante incluímos (ainda que pequena) uma passagem sobre o imperialismo.

Isto porque a Bielorrússia passou por todas as fases de pertencer a um império e, mesmo quando se tornou uma nação independente, as culturas e ideais que foram adquiridos ao pertencer à URSS mantiveram-se enraizadas no povo bielorrusso. Para que se consiga compreender de que forma é que foi permitida a sua manutenção, temos que perceber primeiramente a forma de implementação das mesmas.

O conjunto de políticas de promovia a expansão territorial e económica, bem como cultural de uma nação sob outros, era designada por imperialismo. Apesar de hoje em dia ser utilizado este termo para mencionar acontecimentos recentes, o mesmo usava-se oficialmente para se referir à política de expansão promovida pelos países europeus no séc. XIX, apesar de ter a mesma sido, de alguma forma, aplicada durante a época dos descobrimentos, foi apenas durante o séc. XIX que lhe encontramos alguma relevância para o panorama das relações internacionais.

Na segunda metade do século XIX, a Europa exerceu o seu imperialismo sobre os outros continentes através do colonialismo, de protetorados ou concessões. À Inglaterra, França e Portugal juntaram-se a Bélgica, Alemanha, Itália e Rússia, surgindo rivalidades entre os Estados europeus, que disputavam as matérias-primas, os mercados de consumo e de investimento dos restantes continentes, para onde exportavam os seus excedentes populacionais e os seus valores culturais².

O imperialismo exercido pela Rússia antes da I Guerra Mundial como um imperialismo continental, em oposição ao imperialismo ultramarino de Inglaterra, França e demais Estados com possessões territoriais em outros continentes que não a Europa. A autora acreditava que o imperialismo continental podia ser caracterizado a partir de elementos geográficos e político. Face à parte geográfica, o mesmo desenvolveu-se em Estados cujas conquistas ultramarinas não eram sequer possíveis, sendo essa a razão pela qual esta se podia caracterizar por uma expansão via terrestre a partir de um centro político de poder. Num ponto de vista político, o fundamento do imperialismo continental assenta em uma “ampliada consciência tribal, a qual (...) devia unir todos os povos de origem étnica semelhante, independentemente da história ou do lugar em que residissem” (Arendt, 2006, p.255).

² <https://ensina.rtp.pt/explicador/o-imperialismo-europeu-no-seculo-xix-h81/>

1.1.3. O sistema totalitário

O sistema totalitário, ou Totalitarismo, é, segundo Hannah Arendt (1978), uma nova forma radical de dominar, não se limitando a destruir as capacidades políticas de escolha dos indivíduos, mantendo-os isolados da vida política e pública conforme podíamos verificar em antigos despotismos. Existe, neste sistema, a tendência de destruir internamente os grupos e instituições que constituem as relações interpessoais e privadas do homem privando-o de uma identidade social e individual.

Foi durante o final da Primeira Guerra Mundial que, segundo as considerações de Arendt, se originou a implementação dos regimes totalitários e de alterações sociais e políticas. Isto ocorreu devido à divinização das ideologias por parte de uma espécie de filosofia que levou a uma “tirania das ideias”.

Com a queda do sistema de classes tradicional, os sistemas de origem totalitária, baseados nas ideologias nacionalistas com cariz algo racial, tendem a apresentar-se como os defensores principais das grandes massas. Os governos que adotam este tipo de sistema tinham plena consciência do volume que as massas sociais ocupavam na sociedade e qual a flexibilidade que teriam que apresentar para eu lhes pudessem agradar, moldando-se consoante as preocupações da sociedade civil. É por este motivo que Hannah Arendt lhe aplica a expressão “movimento totalitário”, pois residem essencialmente em absorver, mobilizar e adaptar-se áquilo que os rodeia para que obtenham o nível de aceitação pretendido. É devido a esta capacidade de absorção e flexibilidade de adaptação que os movimentos totalitários ganham adeptos que, posteriormente, aceitam qualquer crime que se diga em nome “da causa”.

Os sistemas totalitários e as tiranias diferem um do outro. Um dos aspetos em que mais diferem é no facto de que as segundas assentam num princípio de um contra todos, contrariamente ao totalitarismo em que todos os adversários são controlados e agem conforme as ordens dos seus líderes. É, de certa forma, uma forma de alienação no qual o indivíduo abandona tudo o que o rodeia dedicando-se exclusivamente à causa e ao movimento.

1.1.4 A ditadura

A ditadura, ou os seus primórdios, surgiram numa altura antiga na qual a grande Roma se encontrava a entrar numa crise. Nestas alturas era chamado um ditador para assumir o poder e restaurar a normalidade do governo. Este “ditador” não poderia manter-se no poder por mais de seis meses. Também as tiranias surgiram nesta altura, espalhando a violência e o caos de forma a levar a sua avante.

De certa forma, o termo “ditadura” descreve uma situação em que um certo indivíduo exerce o poder de forma absoluta.

A ditadura é um regime não democrático, ou seja, governado por uma entidade política ou indivíduo no qual não há qualquer tipo de participação por parte do povo, onde o regente acumula todos os poderes de forma a controlar os setores principais do país e a verificar a sua posição. Deve-se referir que, durante as diferentes épocas, o termo “ditadura” caracterizou diferentes tipos organizações políticas tais como a Roma Antiga e a França Revolucionária. Para as ditaduras ditas contemporâneas, podem apontar-se elementos comuns como a censura de direitos políticos de cariz individual e a dissimulada utilização de força bruta pelo Estado e a do reforço do poder executivo face a outros poderes.

Atualmente existem alguns países que vivem governos considerados ditatoriais. Alguns estão de fato sob uma ditadura, outros, ainda que não sejam definidos assim, possuem características típicas desse tipo de regime, o regime ditatorial moderno ou ditadura de esquerda quase sempre resulta de contrações sociais, provocadas por movimentos de revolução ou algum tipo de conflito, nem sempre se desencadeando a partir de golpes militares ou golpes de estado. Por vezes, os regimes ditatoriais aparecem, muitas vezes, a partir da eleição democrática de um grupo de governantes ou indivíduos que usam e alteram a lei e a supressão dos outros partidos opositores e da normalidade democrática para preservar o poder.

O filósofo político Norberto Bobbio, autor do consagrado Dicionário de Política, diz-nos que a ditadura dos tempos atuais é um regime que se caracteriza pela absoluta concentração dos poderes e submissão das anteriores ordens políticas.

Há sobreposição da figura do governante com a do Estado e da Nação. Assim, discordar do governante é ofender ou colocar em risco a Nação, sua integridade e seus valores. As divergências são banidas de tal maneira que todos os partidos políticos oposicionistas são extintos.

As ditaduras acabam por utilizar a violência coerciva para se manterem no poder, aplicando-a de uma maneira consistente e sistemática. Outra vertente de controlo é a propaganda constante que é passada de forma a saturar aqueles que a visualizam. Tal como a inundação de imagens alusivas ao governo, a censura mostra-se como uma técnica importante de manipulação da informação que chega aos eleitores, escondendo informações relevantes e impedindo os mesmos de formular uma opinião diferente daquela que o governo decide implementar. É desta maneira que o regime mostra as duas faces da moeda: primeiramente, satura-se as mentalidades de quem vota com imagens alusivas ao regime e depois manipula-se as informações que lhes chegam para que esta imagem não desvaneça.

Outros regimes assentes na ditadura utilizam, de certa forma, a legislação existente criando uma espécie de democracia com alguns partidos e eleições e, por vezes, até permitindo alguma oposição desde que seja mantida sob controlo. Desta forma, nada foge à institucionalização dos dispositivos legais e o partido que controla o funcionamento da vida política mantém a sua posição no poder.

É sob esta última forma de ditadura, esta espécie de regime autoritário mais contemporâneo, mais atual e mais, se é que se pode colocar isto desta forma, discreto e abafado, que podemos encontrar o país que se tornou o objeto de estudo deste trabalho.

Ao escrever o seu livro “Origens do Totalitarismo”, Hannah Arendt tinha ainda incrustado nas suas teorias uma ideologia de dominação e terrorismo que se tornaram características efetivas de um regime totalitário que marcava a história das guerras do século XX. A autora estabelecia uma diferença entre autoritarismo e totalitarismo pois enquanto um restringe liberdade e o outro suprime-a. Com o colapso do império soviético alteram-se as condições internacionais de dominação política e a supremacia das nações começa a exigir formas de legitimação que tivessem em conta a liberdade,

proteção dos direitos humanos e da participação política realizada de forma segura. Surgem, no entanto, novos modelos de domínio autocrático considerados em âmbito acadêmico como autoritarismos eleitorais, ou seja, são, no fundo, autocracias com eleições, mesmo que as mesmas não sejam realizadas de forma habitual. Estas eleições, muito presentes em zonas que pertenciam à anterior União Soviética, apresentam margem à oposição para se mostrar, mas não o suficiente para se conseguir enraizar na população, dão-lhes uma liberdade condicionada e de certa forma, falsa.

Hoje em dia torna-se difícil, nas ciências sociais definir os regimes existentes, portanto é preciso algum cuidado de forma a evitar-se as tipologias categóricas para que não se coloquem os sistemas e regimes num eixo que divida a democracia de um Estado de Direito e a ditadura “ideal”, então são colocadas numa espécie de “gray area” na qual existem sistemas “híbridos”.

A alguns destes sistemas “híbridos”, é dado, dentro do meio académico, a designação de “democratura”, ou seja, são países que se caracterizam como democracias, mas apresentam fortes similaridades com as ditaduras (Costa, 2019). Estas “democraturas” ou falsas democracias tendem a mostrar indícios ou até mesmo fortes evidências de abusos e violações em matéria das liberdades fundamentais, regras do Estado de Direito e o respeito pela separação de poderes.

Esta designação traz-nos uma preocupante emergência de democracias simuladas nas quais a parte democrática do sistema vai sendo devastada do interior para o exterior, alteram constituições e instalam a força como forma de coerção.

Este tipo de sistemas aparece com maior frequência no leste da Europa tais como em países que se tornaram independentes após a queda da URSS devido à forte tendência e da dificuldade de separação dos antigos costumes do Império Russo.

1.2. A contextualização dos Direitos Humanos

Aprovada no dia 10 de dezembro de 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas ou ONU, mostra-se ao mundo a Declaração Universal dos Direitos

Humanos (DUDH). Esta declaração veio ditar uma nova era da implementação de direitos fundamentais lutando contra todo e qualquer tipo de discriminação.

Esta declaração impôs um compromisso perante toda a comunidade internacional de forma a promover a efetividade dos direitos em cada território. Esta aliança internacional mostrou-se fundamental para o desenvolvimento de um glomerado de instituições, grupos e ideais viradas para promover os Direitos Humanos e a fiscalizar as violações que ocorrem a nível internacional e regional.

É necessário destacar que, além dos impactos que teve na ordem internacional, a declaração veio trazer a valorização axiológica dos DH com efeitos nas relações entre o Estados e os seus indivíduos e as relações particulares de pessoas e empresas. Começaram a aparecer políticas de combate ao trabalho escravo e infantil e inegavelmente influenciadas pela declaração dos Direitos Humanos.

Os direitos impostos pela declaração reconhecem, protegem e incentivam a dignidade de todos os seres humanos. Regem e identificam a forma correta de como todos os indivíduos interagem e vivem em sociedade uns com os outros e nas suas relações com o Estado e as obrigações do mesmo com os indivíduos.

A lei dos Direitos Humanos impõe condições aos governos, bem como, responsabilidades que cada indivíduo carrega pelos direitos que recebe. Cada indivíduo tem que respeitar os direitos dos outros. Estes direitos são completamente universais e não podem, de maneira alguma, ser alienados. Cada indivíduo tem direito a participar ativamente no desenvolvimento civil e político no qual se centram os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Tanto os Estados como os indivíduos têm de seguir as normas e padrões e legais instituídos nos DH. Não o fazendo, os lesados têm o direito de seguir ação e procedimentos para obter uma reparação adequada perante as autoridades competentes de acordo com as regras previstas na lei.

A teoria realista tem diversos parâmetros, no entanto, a ideia de uma instância do Direito Internacional baseada na sociedade civil não se encaixa numa delas. No entanto, se pensarmos que numa vertente mais construtivista é-nos possível analisar a integração dos direitos humanos e da política internacional naquilo que é a construção

de normas e regras através de procedimentos que molda o regime como parte do processo de cooperação. “[...] regimes change states’ preferences away from noncompliance toward cooperation by establishing new norms that alter states’ perceptions of what behaviours are acceptable” (Gilligan, 2006, p.940). Para aqueles que acreditam no construtivismo, o comportamento dos atores do plano internacional passa a ter variantes condicionantes tais como as ideias e o conhecimento. A procura por regimes de cariz internacional começou a sofrer a influência das crenças dos atores internacionais (Marconi, 2012, p.13), tais como o regime de refugiados e do meio ambiente que surgem da necessidade e da urgência dos problemas globais em áreas problemáticas.

Seguindo esta linha, a conexão crescente entre estados e o emergir de um sistema de governança mundial e a emergência de grupos, movimentos e organizações que se encontram juntas num único debate global e colocaram em questão a primazia dos Estados (Kaldor, 2003, p. 583). Estes mantêm sua soberania e o seu poder político apesar de se tornarem fatores que condicionam outros atores internacionais tais como instituições Para os neoliberais, arranjar o regime internacional dos direitos humanos está relacionado com as relações e interesses nos mecanismos que salvaguardam os direitos humanos, ou seja, se o sistema internacional estiver alinhado com aquilo que é a imposição dos Direitos Humanos em cada um dos países que o compõem, isto terá um maior impacto na forma como a comunidade internacional lida com as violações dos mesmos nesses mesmos países. Atualmente, conseguimos verificar que apenas mais recentemente o sistema começou a inserir estes mecanismos e a tentar operar no sentido de salvaguardar os DH. Na Bielorrússia, este tipo de violações já acontece há diversos anos, no entanto, como o sistema não estava alinhado com estas preocupações, os problemas foram sendo “arrastados” até às situações que despertaram interesse nos media e, conseqüentemente, na comunidade internacional e nas suas instituições, indivíduos ou ONG quando estes interferem.

2. A Bielorrússia

2.1. A geoestratégia do território bielorrusso

A Bielorrússia, ou República da Bielorrússia é um pequeno país interior da Eurásia. O nome deriva da expressão Rússia Branca e descrevia a área da Europa Ocidental coberta de neve e povoada por povos eslavos e passa a receber o seu nome atual durante o período do Império Russo, referindo-se a esta área geográfica.



Figura 1 - Mapa da Bielorrússia – Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/bielorrussia.htm>

A Bielorrússia está localizada na zona leste da Europa. O país partilha fronteiras com a Rússia, a Ucrânia, a Polónia, Letônia e Lituânia. É um território consideravelmente constituído por zonas planas obtendo uma variação de altitude muito reduzida. O ponto mais alto do país tem cerca de 346 metros de altura.

O país apresenta uma intrincada rede de rios de pequeno porte e outros de portes maiores que formam uma rede de drenagem extremamente complexa, aos quais se acrescentam lagos de água doce, o que se apresenta uma vantagem considerando que o país não tem costa oceânica. Podemos considerar os seguintes rios como os de maior significância no território: Dniepre, Pripyat, Berezina e Neman.

O clima da Bielorrússia pode considerar-se como temperado. As temperaturas mais baixas predominam na região, baixando drasticamente no Inverno, podendo haver registo de temperaturas negativas e queda de neve com alguma frequência.

Em termos de Flora, o território bielorrusso é formado por Florestas de Coníferas, que são árvores de grande porte e bastante homogéneas, resistentes às baixas temperaturas e que ocupam cerca de metade da área total do país.

A Bielorrússia é um país que ocupou um ponto estratégico no continente europeu durante décadas e, geopoliticamente, o país está alinhado com Moscovo apesar dos conflitos com o Kremlin a um nível político-económico. Esta ex-república soviética está convenientemente localizada entre a Polónia e a Rússia e funciona como um tampão para este último.

Estas características fazem da Bielorrússia uma área importante como elo de ligação entre as províncias ex-soviéticas permitindo e facilitando as trocas comerciais entre as mesmas, especialmente na área do setor energético, no qual se encontra dependente da Rússia.³

2.2. A evolução histórica da Bielorrússia

Na altura, a Bielorrússia era vista como parte integrante da nação russa e a sua língua oficial, o bielorrusso, derivado da língua eslávica oriental, era visto como parte do dialeto russo, que apenas se falava numa pequena zona, pois o russo era a língua oficial de todos os negócios e transações governamentais e ensinado nas escolas. No entanto, o termo Rússia Branca passa a causar alguma confusão pois era também o nome dado aqueles que se opunham aos bolcheviques, então, passa a ser adotado o termo Bielorrússia como parte de uma consciência nacional. Faz parte de Organizações Internacionais tais como as ONU e a Comunidade dos Estados Independentes.

Apesar do pouco que conhecemos da história da Bielorrússia antes da sua entrada na URSS, o país apresenta um passado rico em mitos e histórias com muitas encruzilhadas. Foi, durante a idade média, local de ocupação por tribos bálticas e eslavas que foram perdendo importância ao longo do tempo e tendo, recentemente ganho nova importância devido às situações que assoberbam o território nas mãos do atual governo.

Anterior ao governo de Lukashenko e da União Soviética, a Bielorrússia já tinha estado sob o controlo de outras entidades políticas, tais como a Rus de Kiev, que foi a primeira organização política importante e de maior dimensão da zona que surge em meados do século IX. Funcionavam como uma federação e encontravam-se liderados pela dinastia Rurukid e o seu poder estendia-se a partir do Mar Branco, para o Mar Negro, ocupando,

³ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bielorr%C3%BAssia>

especificamente os atuais territórios da Bielorrússia e da Ucrânia e do sueste da atual Lituânia e algumas zonas da Rússia, Polónia e Finlândia.

Posteriormente esta união foi enfraquecendo progressivamente, o que acabou por levar ao aparecimento de múltiplos principados autónomos entre si, destacando o de Polotsk por ter sido foi aquele que se considerou como o originário do povo bielorrusso.

Foi também com as invasões mongóis do séc. XIII que o colapso da dinastia em Kiev começou e levou à integração dos principados do Centro e do Sul dessa mesma área criando o Grão-Ducado da Lituânia, que apresentava um carácter multiétnico, o que veio permitir, através da língua rutena, o desenvolvimento da identidade bielorrussa a um nível político e cultural (Rostovtsev, M.; Ivanovich, French,; Richard Antony, Adamovich,; Anthony and Marples,; David R., 2022).

Mais tarde, um casamento real surge na esperança de promover uma união pessoal entre a aristocracia lituana com o Reino da Polónia devido à pressão crescente imposta pelo Principado de Moscovo, originando a confederação polaco-lituana.

Na CPL mantinha-se um estatuto especial associado ao Grão-Ducado apesar de ser possível observar uma progressiva extensão da cultura polaca ou “polonização”. O polaco foi oficializado como a língua da confederação e a língua rutena acaba por ser banida dos postos de administração pública, sendo que apenas as famílias originárias do Grão-Ducado a falavam entre si e o catolicismo romano foi avançando apesar de as mesmas famílias que se mantinham fiéis à língua rutena se mantivessem fiéis também à Igreja Uniata da Bielorrússia.

Tal como as anteriores povoações também a CPL foi progressivamente enfraquecendo e, em meados do século XVIII passa a ser partilhada em 1772, 1793 e 1975 pelos três impérios vizinhos: Império Russo, Império Prusso e Impérios Austríaco. A parte oriental que abrange atualmente a zona de Sul a Oeste da Lituânia, grande parte da Bielorrússia e a Ucrânia Ocidental terminam sob o domínio do Império Russo durante o final do reinado de Catarina, a Grande. Após todas estas transformações a Bielorrússia passa a ser uma província russa. Durante todo o séc. XIX começam a surgir diversas revoltas contra o domínio russo por todas as províncias que se mantinha severamente reprimidas pelo governo. Como consequência destas mesmas revoltas aparece uma

intensificação das políticas de russificação destas áreas como forma de manter a postura do governo sob as regiões. Na zona da Bielorrússia, tudo aquilo que a tornava única em comparação às restantes áreas da anterior CPL, tais como a língua e a Igreja Uniata foram proibidas nas escolas. A escrita passa apenas a ser efetuada no alfabeto cirílico e a religião integra-se na Igreja Ortodoxa Russa. Unicamente depois do falhanço da revolução russa de 1905 é que é possível observar um abrandar das políticas centralistas do regime czarista. O final do século fica conhecido pela abolição da servidão e o consequente aparecimento de alguma industrialização. Em 1914 inicia-se a 1ª Guerra Mundial e o território bielorusso é, inevitavelmente, transformado num campo de batalha disputado entre os exércitos alemão e russo (Rostovtsev, M.; Ivanovich, French,; Richard Antony, Adamovich,; Anthony and Marples,; David R., 2022).

O domínio do Czar cai com a revolução de fevereiro e á vista está a instauração de uma democracia liberal na Rússia. Isto começa a ter consequências nas nações periféricas que começam a sofrer alguns agitamentos. No caso bielorusso, instaura-se o debate entre autonomistas e independentistas. A comunidade independentista cria o Conselho Nacional Bielorusso (BSR) com tendências sociais-democratas, bem como o Movimento Democrata-Cristão e a Federação Geral Trabalhista Judaica de origem socialista étnica.

Em outubro volta a acontecer uma revolução. Desta vez de origem socialista, na qual, a Alemanha e os Bolcheviques assinam um contrato de paz separada juntamente com os impérios centrais inseridos no tratado de Brest-Litovsk em março de 1918. Como forma de responder a este Tratado o BNR proclama a República Popular da Bielorrússia na zona ocidental da região perante o ocupante alemão.⁴ A República Popular da Bielorrússia procura o reconhecimento dos bolcheviques, proposta que foi recusada por Lenine devido a suspeitas que o mesmo tinha das intenções dos dirigentes.

Em novembro do ano de 1918 a Alemanha é derrotada e os seus exércitos retiram-se e instala-se o caos. A entidade governamental bielorrussa investe numa tentativa fracassada de reconhecimento internacional a partir da conferência de Versalhes. Consequentemente, os bolcheviques criam em 1919, o governo da República Socialista Soviética da Bielorrússia na zona pertencente à Rússia.

⁴ É nesta altura que surge a conhecida bandeira com riscas horizontais brancas e vermelhas.

O país permaneceu sob domínio de Moscovo até 1921, quando foi cedido à Polónia pelo Tratado de Riga. O longo tempo de subjugação ante a Rússia foi acompanhado por um intenso processo de russificação que teve início no século XIX, foi interrompido entre 1921 e 1939, e depois o controlo russo foi formalmente retomado em 1939, mas apenas consubstanciado cinco anos depois, com o fim da invasão alemã. Portanto, durante mais de cem anos e no transcorrer de todo o século XIX, época do florescimento do nacionalismo, o oeste bielorusso era parte do Império Russo, saindo de tal condição apenas por curtos dezoito anos.

Entre os anos de 1919 e 1921 inicia-se uma guerra entre a Polónia e a Rússia Soviética, que apenas se dá como terminada com a assinatura do Tratado de Riga. Durante este tratado a zona que atualmente conhecemos como Bielorrússia é separada e dividida entre polacos e soviéticos: os segundos, acabam por ocupar a zona central e oriental do território. No ano de 1922 a República Socialista Soviética da Bielorrússia, juntamente com a Rússia, Ucrânia e Transcaucásia tornaram-se nas nações que fundaram a URSS.

Durante este período de tempo começa o reinado da URSS e de todas as consequências e situações que dele advieram⁵.

2.3. A Bielorrússia sob o controlo da URSS

A Bielorrússia, foi um importante atributo para as pretensões imperiais russas. Nos aspetos geográfico e económico, o domínio sobre o território bielorusso foi fundamental para que a Rússia constituísse o seu império. Na esfera político-cultural, manter as nações eslavas irmãs sob a tutela russa era questão de honra para Moscovo.

Como se irá verificar a seguir, o resultado das políticas imperiais russas em relação a Bielorrússia produziu efeitos em “todas as facetas da vida cultural e da consciência” do povo bielorusso (Marples, 1999, p. 107).

Nos anos 30 foram forçadas políticas estalinistas de coletivização na área da URSS que trouxeram uma enorme repressão e fome que gerou milhares de mortos juntamente com os caídos das purgas estalinistas.

⁵ <https://www.esquerda.net/dossier/historia-politica-de-um-pais-em-ebulicao/70516>

Mais tarde, no ano de 1939, em agosto, pouco antes do emergir da Segunda Guerra Mundial, assina-se o pacto entre a Alemanha Nazi e a URSS, no qual os países chegavam a um entendimento acerca da partilha do território polaco, consumado a 1 de setembro com a invasão à Polónia, ocupando tudo o que lhe pertencia, incluindo as zonas da atual Bielorrússia que pertenciam aos Polacos. Durante o ano de 1941, a Bielorrússia sucumbe à invasão nazi à URSS levando a que, em 1944, os povos soviéticos expulsassem os alemães. Em 1945, apesar de Roosevelt e Churchill não terem cedido à pressão de Estaline para que todas as repúblicas soviéticas fizessem parte da fundação das ONU, a Bielorrússia e a Ucrânia adquiriram o estatuto de fundadores, mesmo sendo os mesmos parte integrante da URSS.

Apesar de a república ter recuperado rapidamente após a guerra, a paz não durou muito e Estaline começa a acelerar a política de russificação da Bielorrússia promovendo o controlo russo sob o povo bielorrusso.

Na sequência da *perestroika* de Gorbachev, fizeram-se eleições para o Soviete Supremo da república, nas quais os partidários da independência se mostravam mais proeminentes do que os movimentos nacionalistas, opondo-se aquilo que se passava nas outras repúblicas. Mais tarde, a Bielorrússia, bem como as restantes repúblicas, proclamou que era soberana apesar de ainda ser parte integrante na URSS.

Depois da falha que foi o golpe de “linha dura” do PCUS contra Gorbachev, no mês de agosto de 1991, o presidente do Soviete Supremo da Bielorrússia, acaba por ser substituído por Stanislav Shushkevich, pois fora acusado de ligações aos responsáveis pelo golpe.

Mais tarde, no dia 25 de agosto, a Bielorrússia declara a sua independência da Rússia, autoproclamando-se a República da Bielorrússia. Juntamente com os russos e com os ucranianos, a Bielorrússia assina os acordos em Minsk e termina a URSS, que passa a ser substituída pela Comunidade dos Estados Independentes.

3. A Bielorrússia pós-URSS

Pela primeira vez na história, após o término da União Soviética, a Rússia e a Bielorrússia passam a existir como estados independentes um do outro. A afirmação dos novos Estados como entes individualizados do sistema internacional, com suas próprias instituições e normas, não dependia naquela altura, tal como não depende hoje, apenas dos instrumentos legais de reconhecimento fornecidos por outros países, ou seja, um Estado pode ser reconhecido como tal não apenas pela Comunidade Internacional, mas também por aqueles que o integram. Talvez mais importante do que a admissão externa como integrante do sistema internacional, seja a legitimação interna de cada um como nação soberana, comanda do seu futuro, isto porque o reflexo dos direitos dos cidadãos que os mesmos atribuíram uns aos outros de forma a ser possível regular a sua convivência com as formas de direito positivo é, nada mais nada menos que o próprio Estado. Desta forma, a própria sociedade é legitimadora da ordem: enquanto a democracia afirma que a vontade do povo deve prevalecer, a Teoria do Discurso tira das decisões a coerção. A legitimidade dos Estado está, neste sentido, fundamentada nestes dois mecanismos (Habermas, 1994, p. 186-7).

Nas ocasiões em que um império entra em colapso por qualquer motivo, um rearranjar de forças dentro das unidades que anteriormente o constituíam. A perda de poder, momentânea ou definitiva, do Estado imperialista gera períodos de turbulência nas nações dominadas, nas quais é comum virem à tona fortes sentimentos nacionalistas, acompanhados de desejos de autonomia política, de fato e de direito. A história da Rússia e dos Estados que fizeram parte por longos séculos de suas fronteiras imperiais ilustra muito este tipo de padrão, repetido sempre que verificado o desfazer de uma estrutura imperial russa.

A política de russificação imposta pelo governo soviético obteve um considerável sucesso na Bielorrússia, sendo esta a razão pela qual os movimentos nacionalistas da República Socialista eram compostos apenas por uma reduzida elite intelectual e por uma minoria da população. A grande maioria do povo bielorusso não fazia eco aos apelos por um resgate das tradições e costumes locais, em função de sua forte

identificação com a cultura russa. Não obstante, a sucessão de fatos que levou ao fim da União Soviética também desencadeou a independência do território bielorrusso.

Desde o início da década de 1990 que a política regional teve uma menor prioridade na República da Bielorrússia. Em parte, isso deveu-se às mesmas razões que na maioria dos países em transição na altura. A obtenção de soberania, o desenvolvimento das relações de mercado e a gestão de uma economia que entra em profunda crise exigiram que o Parlamento e o Governo bielorrussos concentrassem a sua atenção na elaboração da base jurídica e nos mecanismos de execução das políticas orçamentais, monetárias, estruturais, externas, económicas e de investimento.

Mas, apesar de tudo isto, a derrota da soberania continua a ser um dos maiores receios da sociedade civil bielorrussa.

3.1. Desenvolvimento económico

Definir a atual condição económica da Bielorrússia, ou de qualquer outro Estado europeu pós-socialista, é uma tarefa complexa. Por um lado, todos os países em transição percorreram um caminho relativamente longo na implementação de um vasto espectro de reformas e estabeleceram uma certa base para uma economia de mercado. Por outro lado, é óbvio que nem todos conseguiram os mesmos resultados.

A Bielorrússia propunha o desenvolver de um "socialismo de mercado", ou seja, diante de um leque de evidências, afirmamos que podemos classificar o "socialismo de mercado" como um sistema político-económico que junta as características do socialismo da área política com os principais fundamentos da economia de mercado, ou seja, podemos classificá-lo como uma formação nova, de cariz económico-social, marcada pela convivência de diferentes estruturas sociais e tem como o seu principal atributo a complexidade. Faz parte das suas características principais: o controlo político através de um partido (único); censura e repressão aos opositores como forma de controlo da sociedade; total controlo de preços, salários e qualquer tipo de sindicatos; ausência de atitudes democráticas; incentivos de cariz público virados para o desenvolvimento económico e para a desvalorização da moeda nacional, com o objetivo

de aumentar as exportações. A visão que os socialistas de mercado têm do mundo não se baseia em teorias marxistas, mas sim naquilo a que chamamos de socialismo fabiano e nos ideais do partido trabalhista inglês. Na esfera teórica, os autores acabam por ser influenciados pela teoria neoclássica e pelo keynesianismo que acabara de emergir. A substituição do marxismo pela teoria neoclássica como ferramenta clássica vem alterar de uma forma significativa a forma como se analisa e observa uma futura sociedade socialista, da mesma forma rejeitando algumas das crenças marxistas. A economia controlada apresenta-se como o ideal de socialismo e pode, eventualmente, ser utilizada em setores de mercados livres caso os mesmos sejam a forma mais adequada de atingir o bem-estar e maximizar o mesmo. Não tem como princípios básicos os conceitos de propriedade privada e de coletivismo puro, mas tem-los como formas alternativas aos objetivos do governo. Adotar a teoria neoclássica implica, neste caso, a aceitação da semelhança em termos formais entre o socialismo e o capitalismo (Barone, 1935 citado por Barbieri, 2017) e da necessidade de as categorias económicas serem consideradas antes de rejeitadas pelos adeptos do socialismo. Sempre que seja garantido o funcionamento dos mercados com uma boa locação de bens, desde que a mesma seja feita sob as condições da competição perfeita, o Estado inclinado para o socialismo pode permitir a existência de mercados ou dar a ordem para que as empresas ajam como agentes competitivos (Barbieri, 2017, pp.23).

Contrariamente às outras repúblicas soviéticas a Bielorrússia teve uma caminhada mais lenta para uma economia de mercado. A razão pela qual Lukashenko adquiriu em largas camadas da população um nível de apoio significativo está nas suas políticas de cariz económico e social. Contrariamente às ações de diferentes repúblicas da antiga URSS que decidiram adotar modificações em direção à liberalização da economia, Lukashenko conseguiu manter as principais indústrias e empresas de cariz agrícola debaixo do controlo do Governo. As indústrias de porte mais pequeno foram entregues, na sua grande maioria, ao setor privado, das quais surgiram vários negócios ligados às tecnologias modernas. Apesar de tudo isto, o maior trunfo do atual Presidente da Bielorrússia foi a conservação do Estado Social, dos sistemas de saúde e educação completamente gratuitos e um bom sistema de pensões, bem como a manutenção de uma taxa de desemprego muito diminuta.

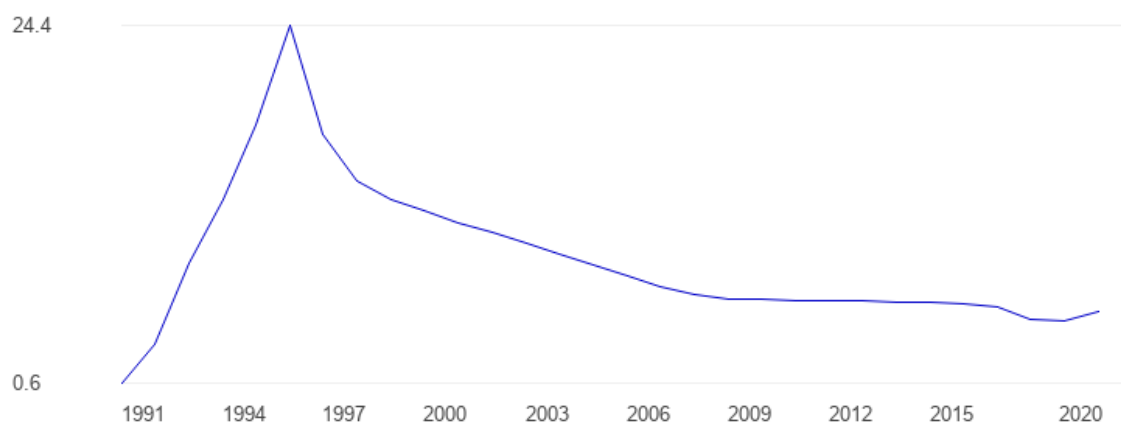


Figura 2 - Taxa de desemprego após a eleição de Lukashenko – Fonte: https://www.theglobaleconomy.com/graph_country.php?p=0&c=Belarus&i=Unemployment_rate

Na parte mais literária do SM, ou seja, num ponto de vista mais teórico e não prático, a experiência de tentar transmutar o sistema de preços para um ambiente institucionalizado com possibilidades de controlo faz com que surjam as perguntas de metodologia viradas para a complexidade da questão económica e à falta de simetria entre a explicação e o controlo na teoria que descrevem essas questões. Quando estes problemas são utilizados para conseguir descrever a forma como os mercados funcionam, certas “simplificações” da teoria neoclássica ficam justificadas pois apresentam-se uteis para dar resposta a um conjunto de questões colocadas por um estudioso da área da economia. São retirados do modelo vários elementos que não se mostrem essenciais. No entanto, este desprezo dos elementos anteriormente mencionados pode vir a frustrar a tarefa de criar um mercado artificial e de fazer com que o sistema de preços do mesmo funcione adequadamente.

Autores como Barbieri (2021, pag. 1) defendiam que estes sistemas “fracassaram porque seus defensores desconsideraram assimetrias entre explicação e previsão existentes na teoria económica: em cada passo, elementos de mercados reais negligenciados pelas simplificações teóricas impediam que o modelo funcionasse adequadamente, convidando a novas modificações que reintroduziam elementos dos mercados reais”.

Isto apresentava-se como uma alternativa ao capitalismo liberal e às suas formas algo selvagens introduzidas nos países do antigo bloco oriental no início dos anos 90. Lukashenko cumpriu algumas das suas promessas.

A Bielorrússia tinha uma infraestrutura desenvolvida, um elevado nível de industrialização, cidadãos bem-educados e a proximidade geográfica com a Polónia, que mais tarde se tornará uma parte essencial da extensão europeia. Estas condições eram ainda melhores do que as dos países bálticos. (Malerius, 2011 citado por Wolfram Hiltz, Shushanik Minasyan & Maciej Raś, 2020, p. 91).

Ao regular as privatizações, manteve o papel dominante do Estado na economia, em que hoje, o sector privado representa apenas 20 a 30%, fazendo da Bielorrússia um dos poucos países com uma "economia de tipo soviético", que era essencialmente a forma de economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, era, essencialmente, baseada num sistema de propriedade dos meios de produção por parte do Estado, de agricultura coletiva, manufatura industrial e planeamento administrativo de forma centralizada. A economia é caracterizada pelo controlo do investimento pelo Estado que também detém a propriedade de ativos industriais. Mais algumas características são a estabilidade macroeconómica e a alta segurança no emprego, o que leva a uma taxa de desemprego insignificante. Mesmo durante os seus anos finais, a economia soviética sempre se focou na indústria mais pesada e acabou por receber atenção de vários planeadores pois a indústria era e mantém-se, relativamente fácil de planear, o que levou a um crescimento significativo desse setor. A UR tornou-se, durante este período, uma das grandes nações industriais do mundo, tendo a sua produção a um nível desproporcionalmente alto comparado com as restantes economias ocidentais. Apesar de todo o sucesso no setor industrial, a produção de bens de consumo era relativamente baixa e foi notório que houve um esforço muito reduzido no que tocava a determinar os desejos dos consumidores a um nível mais doméstico, o que acabou por resultar numa escassez destes bens.

No que diz respeito à cooperação económica, a atual liderança da Bielorrússia nunca viu uma alternativa realista à Rússia. A atitude positiva inicial dos cidadãos da Bielorrússia em relação à União Económica foi moldada pelo desejo de não perder nenhuma ajuda económica da Rússia e, naturalmente, também pelas semelhanças culturais entre os países.

A política “*russificadora*”⁶ implementada na Bielorrússia obteve demasiado êxito através da imposição de um fator identitário. Ao inserir o idioma russo no país, os movimentos oposicionistas perderam voz, de forma que, um número reduzido de participantes da elite burguesa divergia dos métodos e imposições russas no território bielorrusso.

Porém, a relação de irmandade mantida pela população bielorrussa não demonstra reciprocidade quando analisada a partir do espectro russo. A perspectiva imperialista russa, caracterizada pelo “sistema de aplicação de capitais em países agrários”. Por exemplo, a partir da construção de ferrovias que aspiravam o desenvolvimento das regiões com menos povoação. De forma a protegê-las e a assegurar o seu funcionamento para os sistemas capitalistas, era necessário e que os governos tenham em consideração a defesa desses mesmos interesses. Estes tipos de observações aplicavam-se também aos grandes investimentos que ansiavam a criação de desenvolvimento das minas ou de qualquer outra fonte de lucro. Desta forma, este tipo de situação começou a ganhar desenvolvimento a partir da tendência para exportar capital para as zonas agrárias, de forma a realizar um esforço para que estes territórios diminuíssem e ficassem num estado de dependência do Governo (Kautsky, 1914 op. Cit in Bugiato, 2017). Isto possui impacto direto em todas as camadas sociais do país, assolado por um regime rígido, governando com mãos de ferro, desde 1994, com economia altamente dependente de produtos agrários ucranianos e energéticos russos corroborando em uma intensa relação bilateral entre Rússia e Bielorrússia.

A Bielorrússia implementou uma mistura entre uma economia estatal e mercado livre totalmente aberto sob as ordens do presidente Alexander Lukashenko, significando que o setor industrial e o setor agrário se encontram quase completamente controlados pelo Governo.

Foi em 1991 que, após o colapso da URSS o país seguiu este caminho. Uma profunda crise económica atravessava as ex-repúblicas soviéticas e a Bielorrússia já trazia consigo

⁶ A russificação era a política de impor a cultura russa ao vasto número de minorias étnicas que viviam no Império Russo. Afetou principalmente os polacos, os lituanos e os ucranianos. Foi introduzida após o assassinato de Alexandre II em 1881 e foi fonte de muito ressentimento, ou seja, é uma forma de Assimilação cultural em que os não-russos, involuntariamente ou voluntariamente, abdicam da sua cultura e da sua língua em favor da cultura russa e da língua russa.

as múltiplas consequências da 2ª Guerra Mundial que acabaram por deitar abaixo toda a sua infraestrutura e da catástrofe de Chernobyl que em 1968 deixou cerca de um quarto do território completamente contaminado por radiação.

Os benefícios e subsídios fornecidos pelo Estado espalharam-se um pouco por todo o setor económico, mesmo após o país ter enfrentado o período pós-soviético com a introdução de novos controlos administrativos e taxas de câmbio, acabando por transformar a Bielorrússia num Estado de bem-estar social na Europa Ocidental.

De forma exemplificativa, a taxa de pobreza, ou seja, o número de pessoas que viviam abaixo da linha estabelecida para que se possa considerar pobreza, diminuiu, ao longo de um período de 18 anos de 41,9% para 5,6% segundo os dados fornecidos pelo Banco Mundial no período entre os anos 2000 e 2018. ⁷

Os setores de Saúde e Educação são públicos e gratuitos.

Durante os passados anos, a despesa pública relativa a pensões ultrapassou 9% do PIB, aproximando-se do valor da despesa média da União Europeia, que era de 11,3%. No ano de 2019, a Bielorrússia ocupava a 50ª posição de entre os 189 países usados para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano. Apesar disto, diversos organismos de origem internacional lembram que a produtividade do setor dedicado ao Estado é muito baixa e o salário médio é muito abaixo da média, totalizando cerca de 500€ por mês.

Nos últimos anos o crescimento económico foi sendo agravado por dois riscos:

Primeiramente, o fim dos subsídios de origem russa á energia. ⁸

Seguidamente a instabilidade política que o país atravessa que, segundo assinala Andrei Kazakevich, especialista na Bielorrússia e diretor do instituto de Estudos Políticos

⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54319018>

⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54319018>

“Political Sphere”, “durará enquanto Lukashenko estiver no poder”.⁹ Acrescentando a isto, o país é associado à falta de liberdades, no qual o presidente controla todos os poderes e enraíza o seu estatuto ditatorial.

Também nas suas mãos está grande parte dos meios de produção do Estado, estando a economia do país assente em cerca de quatro pilares principais:

- **As minas de potássio**

Apesar de ser um país verde e plano, o solo bielorrusso é rico em potássio, que se apresenta extremamente importante na fabricação de fertilizantes e/ou medicamentos e representa uma fonte importante de investimento estrangeiro no país.

- **Os laços com a Rússia**

A Bielorrússia apresenta-se como uma plataforma de entrada para os países integrantes da União Económica Eurasiana, o que significa que está geopoliticamente situada no centro da rivalidade e a Rússia e os países ocidentais. Conseguiu, desta forma, tirar partido da sua localização e transformar o seu território como um meio de passagem e transporte para os oleodutos e gasodutos.

A Rússia, durante a década de 2010, decidiu dar como terminado um acordo al-fandegário bilateral, o que terá sido um golpe demasiado duro para a economia bielorrussa pois irá colocar um término ao Estado de bem-estar do país, deixando assim a Rússia como a maior credora da Bielorrússia, detendo cerca de 38% da sua dívida nacional.

Sob Lukashenko, a Bielorrússia e a Rússia estabeleceram entre si relações de proximidade, especialmente na área da segurança, com carácter de aliança. Ambos os países pertencem à Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), juntamente com mais quatro ex-repúblicas soviéticas (Arménia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão). As indústrias de defesa de ambos os países são altamente integradas uma na outra e possuem planos operacionais e de estratégia em conjunto, por exemplo, a brigada operacional bielorrussa-russa criada pela

⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54319018>

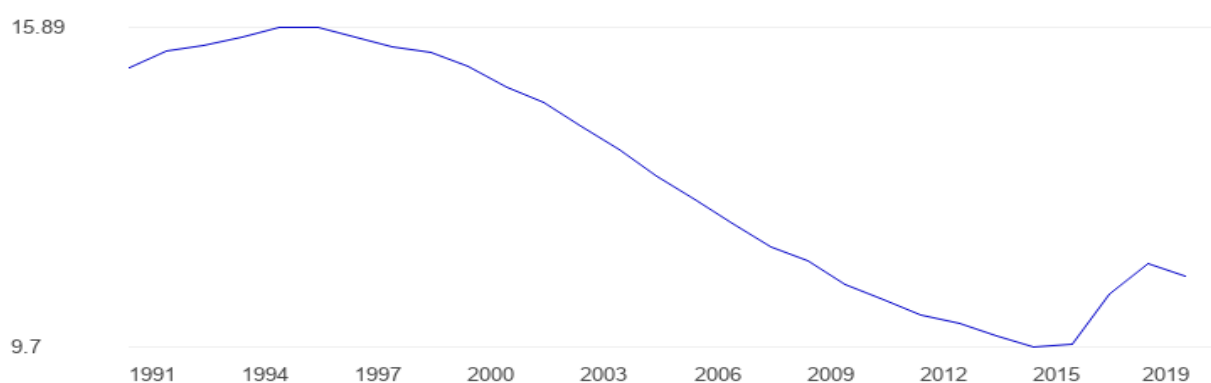
Organização do Tratado de Segurança Coletiva ¹⁰, completamente comuns a ambas as forças armadas. Existem ainda, em território bielorrusso, cerca de duas instalações militares russas.

Este tipo de aliança de segurança constitui um laço difícil de romper. Para os russos, a Bielorrússia tem um enorme valor enquanto perímetro adicional de segurança, especialmente frente às tensões dos países vizinhos com a OTAN e com uma Ucrânia cada vez mais influenciadas pelos Estados Unidos da América. O facto de o mesmo presidente se manter no poder há já tanto tempo mostra-se como uma vantagem para a Rússia pois se quaisquer outros tipos de ideais fossem para o Governo em Minsk, isso teria implicações por desafiar diretamente os interesses russos na área da segurança. As relações desenvolvidas entre os dois países através da cooperação militar acabam por criar um vetor que incide nas relações entre Moscovo e Minsk e determina futuras relações entre os países.

- **A agricultura**

Ao falar-se de uma economia como a da Bielorrússia, é necessário que se considere a agricultura como um dos pilares principais no que toca a gastos e criação de emprego.

Bielorrússia: Emprego em agricultura, gráfico que demonstra a % do emprego total, 1991 - 2019:



¹⁰https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1772/1/Grande%20Jogo%20Geopolitico%20Espacos_Pos_Sovieticos,%20rev%20Geopolitica%201,%20Set%202007,%20LTom%C3%A9.pdf

O Banco Mundial fornece dados para Bielorrússia de 1991 a 2019. O valor médio da Bielorrússia durante este período foi de 12.99% com o mínimo de 9.7% em 2015 e o máximo de 15.89% em 1995, conforme gráfico seguinte:

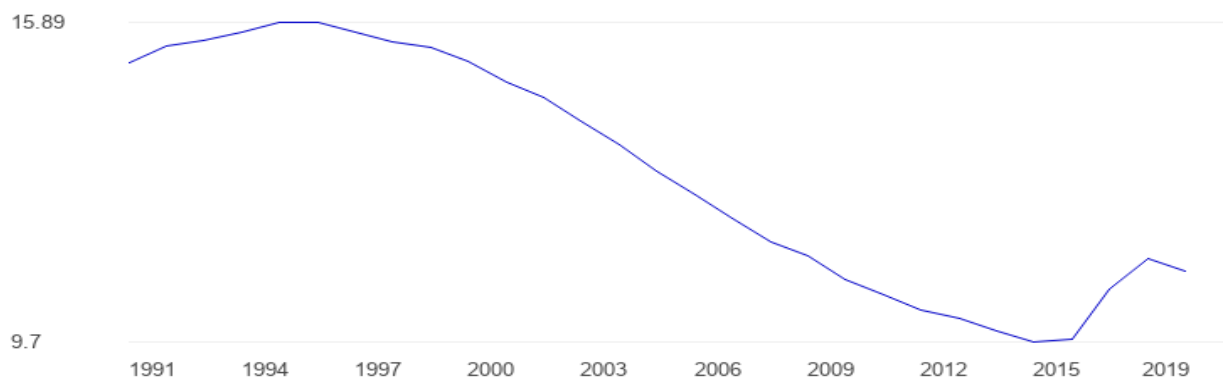


Figura 3 - Emprego na Agricultura – Fonte: https://www.theglobaleconomy.com/graph_country.php?p=0&c=Belarus

Este setor mostra-se como um dos remanescentes da era soviética no qual todas as propriedades agrícolas são propriedades do Estado, sendo apenas pequenas partes consideradas como privadas apesar de a sua produção ser apenas suficiente para que se consiga sustentar de forma autónoma. Apesar disto, "a agricultura controlada pelo estado e os setores industriais não são competitivos", explica o instituto de pesquisa The Heritage Foundation¹¹.

- **Setor tecnológico**

Contrariamente a outros países que se tornaram independentes após a queda da URSS, a Bielorrússia apresenta um setor de telecomunicações extremamente

11

https://www.heritage.org/search?contains=&type=All&date_offset=&range_start=&range_end=&page=1

bem desenvolvido e um próspero setor de tecnologia, especialmente em desenvolvimento de software, que emprega cerca de 2 milhões de habitantes. Estas empresas estão quase todas encarregues ao setor privado¹².

Apesar de algumas das razões acima apresentados fazerem parecer que a Bielorrússia se encontra num ponto de viragem da sua economia, diversos especialistas concordam que o país necessita de uma transformação do seu modelo económico pois a dependência da Rússia e dos auxílios do estado não se mostra como “sustentável” a longo prazo.

Existem também outros problemas regionais na Bielorrússia¹³ que decorrem de décadas anteriores, mas que foram significativamente agravados nas condições instáveis da economia de transição. Estes são os problemas da degradação socioeconómica e demográfica das pequenas cidades e, em especial, das comunidades rurais, da deterioração da situação ambiental no distrito de Soligorsk e nos centros de engenharia de máquinas, produtos químicos e petroquímicos. De grande importância específica é o grande leque de problemas relacionados com a minimização das consequências do acidente de Chernobil em áreas com diferentes graus de contaminação radioativa, bem como a reabilitação socioeconómica e psicológica da população nessas áreas.

3.2. Desenvolvimento social

Esta posição permitiu que, mais tarde, o Estado continuasse a desempenhar o papel de "protetor" que a caracterizava durante o período soviético. Os serviços públicos socialistas mantiveram-se e o Estado desenvolveu um vasto programa de modernização do campo. O sistema social *benet* está entre os mais generosos do mundo, proporcionando às pessoas o acesso aos serviços de saúde e educação a que têm direito, uma exceção nos antigos países do bloco oriental.

¹² <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54319018>

¹³ <https://www.esquerda.net/dossier/bielorrussia-sobre-mobilizacoes-e-diferencas-com-o-maidan-ucraniano/70105>

Em consequência dos baixos níveis de desemprego, seria de esperar que também o nível de pobreza no país diminuiu, permitindo uma evolução nos níveis de rendimento das famílias mais desfavorecidas. Esta evolução foi em 2004, comprovada por um relatório emitido pelo Banco Mundial, sublinhando que "as medidas políticas implementadas conseguiram manter o nível de vida e reduzir melhor a pobreza do que em várias economias em transição" (Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano, 2004, PNUD – ONU).

4. A Bielorrússia sob o controlo de Lukashenko

Foi no ano de 1994 que se realizaram as primeiras, e de certa forma, as únicas, eleições verdadeiramente livres, conforme podemos verificar após a análise do aumento dos níveis de corrupção do país desde essa data até à atualidade.

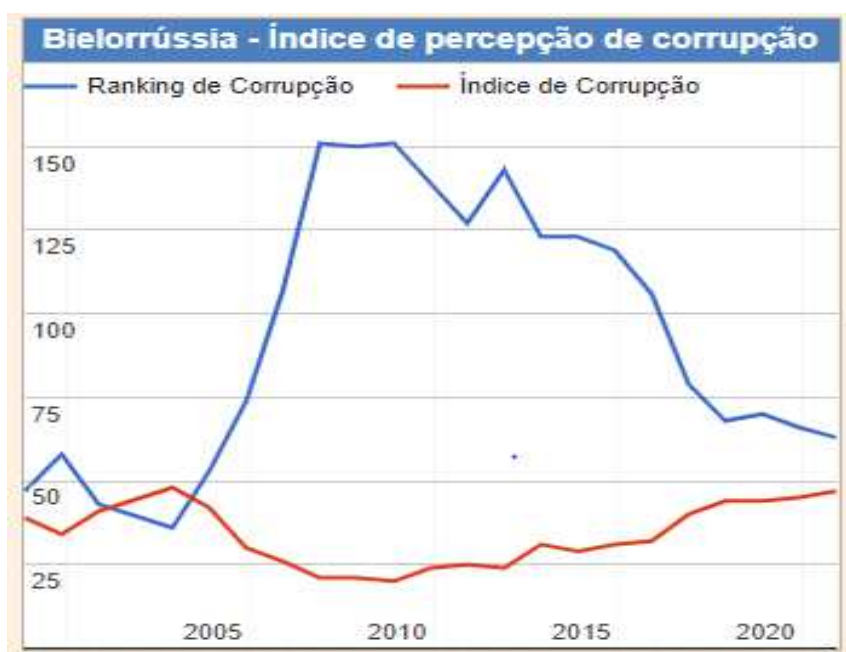


Figura 4 - Índice de percepção de corrupção – Fonte: [https://www.theglobaleconomy.com/graph_country.php?p=0&c=Belarus](https://www.theglobaleconomy.com/graph_country?p=0&c=Belarus)

Podemos verificar que, após as eleições de 1994 o nível de corrupção do país aumentou (linha vermelha), tendo diminuído ligeiramente, mas atingindo um pico nas últimas eleições.

Embora o trabalho já existente explicitamente que o governo deve empregar uma mistura de pagamentos paralelos e repressão para fragmentar a oposição ao seu governo, a história da Bielorrússia desde a ascensão do Presidente Alexander Lukashenko em 1994 mostra que a oposição foi reprimida após a maioria e eleições presidenciais sem qualquer co-optação substancial. Argumento que a contestação eleitoral e a subsequente repressão pós-eleitoral levaram ao estado fragmentado da oposição bielorrussa. Este Estado baseia-se na concorrência da ajuda externa, o que cria uma necessidade entre os líderes da oposição bielorrussa de demonstrar a sua capacidade de mobilizar apoio através de campanhas. Invariavelmente, líderes da oposição bem-sucedidos emergem como os

principais adversários do regime, levando à sua prisão ou exílio. A repressão fomenta então a divisão no seio dos movimentos antigovernamentais e reinicia o ciclo para novos partidos e líderes que procuram ajuda. Um teste quantitativo estabelece que a repressão se concentra em períodos pós-eleitorais e uma avaliação qualitativa mostra que a fragmentação da oposição decorre da detenção ou exílio dos líderes da oposição. As descobertas empíricas fornecem provas contrastantes para trabalhar na cooptação em autocracias, ao mesmo tempo que sugerem um efeito adverso da ajuda à democracia estrangeira em todo o mundo (Ash, 2014).

Alexander Lukashenko, conhecido por, anteriormente, votar contra a obtenção da independência e anterior denunciante de corrupção nas esferas de poder durante o Soviete Supremo foi, juntamente com a sua campanha de cariz acentuadamente populista, eleito como o vencedor. Na sua campanha eficaz e eficiente de 1994, o carismático Lukashenko correu como independente e explorou a situação sociopolítica e económica na Bielorrússia a seu favor, chegando mesmo a cunhar uma frase na sua campanha que se poderia comparar a algo de uma corrida presidencial americana: "Não estou nem com os esquerdistas nem com os de direita, estou com o povo" (Aleksandr Lukashenko, 1994, durante a sua campanha eleitoral¹⁴). Talvez ainda mais importante foi que desempenhou habilmente o seu papel anticorrupção no parlamento como um sinal de que estava a lutar pela classe média bielorrussa. Isto ressoou com os eleitores, particularmente com cerca de dois sextos da população que se encontrava reformada e, portanto, a mais vulnerável durante a transição económica e política e também a mais sensível às alegações de corrupção generalizada. Dizer que o atual Presidente fez a sua campanha como se fosse um populista seria um enorme eufemismo.

Natalia Leshchenko (2008) sugere que a autoridade do Presidente Lukashenko é sustentada com base numa ideologia nacional, que ele usa para impulsionar as suas políticas económicas, sociais e externas. A transição bielorrussa revela um novo tipo de mobilização nacional na área pós-comunista: o nacionalismo igualitário. Sugere-se que esta ideologia fornece a principal fonte do fracasso da democratização e da consolidação autoritária em estados pós-soviéticos como a Bielorrússia.

¹⁴ <https://www.esquerda.net/dossier/historia-politica-de-um-pais-em-ebulicao/70516>

E é aqui que todos os problemas que deram origem ao objeto de estudo deste trabalho começam.

A vitória de Lukashenko, em julho de 1994 mostrou-se uma surpresa para a comunidade internacional não por se temer que revertisse todos os progressos, mas pelos elevados números que atingiu. O antigo chefe da fazenda coletiva, Alexander Lukashenko, até à data desconhecido, obteve 80% dos votos numa eleição que foi reconhecida pela comunidade internacional. O carisma de Lukashenko, a forma franca e a posição dura que apresentava sobre a corrupção eram exatamente o que os bielorrussos procuravam.

Durante os anos que se seguiram, foram-se acentuando as características de Lukashenko como Presidente da República.

O regime político

Para compreender plenamente como a Bielorrússia se transformou num regime autoritário digno de roçar na ditadura, é preciso examinar de perto o referendo de Lukashenko de 1996, uma vez que marcou o ponto de viragem para o país.

Entrou, rapidamente em confrontos com o Parlamento assim que chegou ao poder. Revelou o seu autoritarismo quase de imediato e um ano depois, em 1995 colocou para aprovação um referendo que incidia sobre quatro questões: integração económica com a Rússia; dar a cidadãos russos um estatuto de igualdade para com o cidadão bielorrusso; a possibilidade de o presidente decidir dissolver o Parlamento se assim o requerer e o regresso à anterior bandeira e escudos de origem soviética excetuando a foice e o martelo). Será escusado referir que este referendo não foi bem aceite e apenas foi aprovada pelo parlamento a primeira questão tendo sido consideradas as restantes como sendo inconstitucionais, no entanto, o presidente decidiu virar a face a estas decisões e prosseguiu com esta convocatória para o dia das eleições legislativas. No ano de 1996, cerca de um ano depois, apesar das inúmeras irregularidades apontadas pela sua oposição política, foi-lhe possível alterar a Constituição e alargar o período do seu mandato por mais dois anos e rejeitou, em grande escala, a possibilidade de vender terras sem qualquer restrição, as eleições diretas a um nível regional e a abolição da pena de morte, mantendo a mesma e tornando a Bielorrússia no único Estado Europeu a ter a mesma em vigor. Se anteriormente a Constituição já tinha tendências

presidencialistas, estes tipos de alterações aumentaram exponencialmente os poderes do Presidente e diminuíram os poderes parlamentares tornando Lukashenko numa figura de autoridade total. Desde então, todos os atos eleitorais têm vindo a ser considerados como fraudulentos pela Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) que pedem por diversas vezes que “as eleições devem ser anuladas devido a irregularidades em todas as etapas do processo” (consultado em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2020-0054_PT.html).

Lukashenko dissolveu então o parlamento e reorganizou-o numa legislatura mais pequena, com apenas deputados leais a ele a obterem lugares. Apenas a Rússia reconheceu a nova legislatura (Viasna, Human Rights Center, 2002, p. 179).

No ano de 1999 os territórios russo e bielorrusso entraram em acordo para a constituição de uma união supranacional que ainda não se encontra completamente efetivada. Os bielorrussos contam com um setor agrário e industrial bem desenvolvido e após a desintegração da URSS não existiram grandes reformas no mercado, desta forma, o desenvolvimento económico está dependente das decisões do governo. Grande parte das transações comerciais da Bielorrússia são com Moscovo, especialmente no setor energético e de matérias-primas, especialmente porque depende em grandes quantidades do gás russo. Isto intensificou os esforços do Presidente de manter uma estreita relação de dependência com a Rússia.

Até hoje, existem relatos de acontecimentos suspeitos tais como os desaparecimentos de críticos de Lukashenko em 1999 e 2000, que nunca mais foram vistos ou ouvidos. O ex-ministro do interior Yuri Zakharenka e o presidente da comissão eleitoral não oficial, da oposição, Viktor Hanchar, juntamente com o seu colega Anatoly Krasovsky foram alegadamente raptados e executados pelo KGB bielorrusso. Tanto Zakharenka como Hanchar tinham sido apoiantes do presidente quando assumiu o cargo, mas rapidamente se arrependeram e se desiludiram com as suas políticas. Em 2000, um jornalista crítico, Dmitry Zavadsky, também desapareceu. Dois membros da unidade das forças especiais de Elite Almaz foram julgados e condenados por rapto. Apesar das condenações, o paradeiro de Zavadsky permanece desconhecido e acredita-se também ter sido executado pelo esquadrão de morte de Lukashenko (Human Rights Watch, 2003).

Em 2001 volta a ser reeleito com grande maioria os votos no ano que seria o último dos seus mandatos, mas, no ano de 2004, levou ao parlamento um referendo que fixava o tempo dos mandatos presidenciais em 5 anos em vez dos habituais 4 anos, acrescentando ainda que não existiria limitação no número de mandatos. Esta proposta, apesar de ter obtido aprovação, mostrou-se como absolutamente inconstitucional pois estes tipos de referendos não são permitidos pelas matérias dispostas na Constituição quanto à eleição do Presidente e a sua demissão e duração do seu mandato. Esta aprovação apenas passou, pois, os poderes do parlamento encontravam-se reduzidos desde o referendo de 1996. Desde aí, tem sido sucessivamente reeleito com números que comprovam as suspeitas de fraude eleitoral.

O regime assegurou que o referendo prosseguia e, controlou a impressão, distribuição e contagem de votos, bem como toda a cobertura mediática significativa e influente do evento, conforme comprovado pelo Instituto Europeu de Mass Media em 2001, mais de 92% do tempo de antena na televisão nacional e na rádio atribuído para cobertura das questões do referendo foi dedicado à posição do presidente, e apenas 8% foi dado para informação neutra. A oposição não recebeu um único minuto de tempo de antena, o que interferiu com os direitos de escolha dos eleitores.

O resultado da eleição de 2001 foi a reeleição do presidente em exercício. De acordo com os resultados oficiais, Lukashenko obteve 75,7% dos votos, enquanto Hancharyk obteve 15,7% dos votos (OSCE, 2001, p. 26). Lukashenko anunciou a sua "vitória elegante" na televisão nacional na noite eleitoral. A sua vitória foi prevista pela maioria das sondagens pré-eleitorais, mas a grande margem de vitória foi estimada como um produto de negligência eleitoral, incluindo intimidação dos eleitores e enchimento de urnas. Com base nos resultados da contagem paralela de votos, Hancharyk alegou que o presidente em exercício não passou o limiar de 50%, exigindo uma fuga (Birch, 2001). A oposição bielorrussa tentou contestar os resultados eleitorais oficiais através de protestos pós-eleitorais. Apesar da chuva intensa na noite eleitoral, cerca de 5.000 pessoas participaram num comício de protesto em Minsk e exigiram uma recontagem de votos. Alguns jovens ativistas apelaram à ocupação permanente da Praça de Outubro, e os membros do Zubr barricaram-se dentro da sede de Hancharyk. No entanto, o próprio Hancharyk não estava preparado para uma ação radical. O candidato

presidencial exortou os manifestantes a dispersarem-se e rapidamente abandonaram o local do protesto a 9 de setembro (Zelenkova, 2010). No dia seguinte, Hancharyk não apareceu no local do protesto. Dada a ausência evidente do candidato presidencial, 80 membros do movimento Zubr terminaram a ocupação da sede de Hancharyk e abandonaram o local de protesto. O ataque terrorista de 11 de setembro em solo americano distraiu ainda mais a atenção do mundo das exigências locais para a rotatividade do poder e desviou os poucos olhares que restavam da situação dos direitos humanos em solo bielorrusso.

Uma vez que ficou claro que o referendo ia efetivamente passar, as organizações internacionais solicitaram que lhes fosse permitido observar e acompanhar o processo. Foram recusados. Durante o próprio referendo, a selagem dos boletins de voto não foi monitorizada pela Comissão Eleitoral Central, o que deu ao poder executivo ampla liberdade para falsificar os resultados.

Lukashenko fez tudo o que estava ao seu alcance para impedir que as estruturas da sociedade civil e as forças democráticas se estabelecessem e influenciassem os resultados das eleições. As autoridades intensificaram a sua atividade repressiva, encerrando órgãos de comunicação social independentes, emitindo decretos destinados a esmagar a oposição, a encerrar ONG e, de outro modo, a usar a sua aderência total na televisão estatal, nos jornais e na rádio para estrangular a voz da oposição. Desde o início da campanha eleitoral que ficou claro que o regime não tinha intenção de permitir eleições livres e justas. Esta questão mostra-nos e vai de encontro a um dos pontos principais para a existência de um regime totalitário e de uma ditadura.

Foi no ano de 2005 que a secretária de estado norte-americana Condoleezza Rice utilizou pela primeira vez a expressão “ditadura” para referir à Bielorrússia e às suas eleições que, de forma repetida, apresentaram irregularidades em termos de percentagem e votações. Autores como Andrew Wilson e Brian Bennet também utilizaram essa mesma expressão em obras da sua autoria, o que nos demonstra que não é apenas uma forma de expressão mas sim a opinião formada de académicos.

A 19 de março de 2006, a Bielorrússia teve uma controversa eleição presidencial. A conseguir manter-se no poder, Lukashenko foi alvo de críticas onde o estilo autoritário

do Presidente levou muitos, incluindo as autoridades internacionais competentes, a referirem-se à Bielorrússia como a última ditadura da Europa.

Desde esse momento que a história da Bielorrússia apresenta um longo caminho de leis que restringem os meios de comunicação independentes do país, legislação que dificulta o trabalho das Organizações não governamentais que apenas tentam auxiliar aqueles que mais necessitam, como se pôde verificar quando algumas das Organizações eu se encontravam sediadas no país foram “expulsas” após não ser permitida a permanência de ONG não registadas e serem impedidas de efetuar o registo, a expulsão de diplomatas estrangeiros e trabalhadores de ONG por acusações de conspiração contra o regime e detenções em manifestações em protesto contra as políticas de Lukashenko.

4.1. Acontecimentos recentes

Apesar de ser considerada economicamente dependente da Rússia, a Bielorrússia iniciou um caminho de diminuição dessa dependência quando a Rússia anexou o território da Crimeia ao seu em 2014. De forma a trazer mais subsídios e desenvolvimento económico para a economia interna do país e estabelecer o objetivo de modernizar as economias dos países com que se relaciona e tornar os mesmos mais competitivos perante o cenário económico internacional de uma forma livre de instabilidades dentro do possível, o país relaciona-se com outros estados ex-soviéticos tais como a Ucrânia e, como já referido nos capítulos acima, com a Rússia.

Em maio de 2014, o presidente Lukashenko anunciou que foi encontrado um compromisso; A Rússia concede à Bielorrússia um empréstimo de 2 mil milhões de dólares, para estabilizar o mercado (Sawizkaja, 2014). Embora isto possa garantir uma estabilização e um relaxamento a curto prazo do mercado, não é difícil reconhecer que este foi apenas mais um fator que se soma ao estado de dependência. Portanto, há muita preocupação com os bielorrussos. Estar ainda mais ligado à Rússia do que antes, torna o país vulnerável a quaisquer avanços que possam vir da parte de Moscovo. A Rússia é responsável pela exportação de cerca de 50% do petróleo e 10% do gás que entra no país (Leitão, 2010).

Em 2015, os cofres do Estado estavam vazios e os salários começaram a estagnar. O governo teve de adotar medidas impopulares, como o aumento da idade da reforma. Além disso, desde a década de 1980, o país vive uma crise demográfica sistémica que compromete o futuro da comunidade. A partir de 1986, a taxa de fertilidade ficou abaixo do limiar de 2,2 crianças por mulher, necessária para a renovação de gerações. Depois de 1991, a emigração agravou a situação, uma vez que foram sobretudo os jovens e os mais instruídos que partiram à procura de uma melhor qualidade de vida.

No entanto, devido ao fim das sanções impostas pela União Europeia à Bielorrússia em 2016, tem havido algumas oscilações nessa relação. Na prática, Moscovo acabou com os subsídios energéticos à Bielorrússia, acabando por gerar uma tensão nas relações políticas entre os países.

Após as constatações anteriores conseguimos averiguar que o país está submerso numa “democratura” que, como foi exposto anteriormente é quando o regime do país mostra indícios ou até mesmo fortes evidências de abusos e violações em matéria das liberdades fundamentais, regras do Estado de Direito e o respeito pela separação de poderes, situações estas que têm vindo a desenvolver-se cada vez mais em território bielorrusso.

É um estado em que a parte democrática de eleição existe. Mas não existe dentro dos moldes habituais, ou seja, existe uma quantidade considerável de anomalias dentro do sistema como se poderá verificar abaixo.

4.2. Lados opostos numa guerra interna

Na Bielorrússia de hoje em dia a divisão mantém-se entre apoiantes e opositores do atual governo.

Durante o seu longo mandato, Lukashenko foi acusado de perseguir, prender, torturar e forçar ao exílio muitos dos seus principais opositores políticos. Reprimiu ativamente greves e manifestações e terminou a independência do poder judicial, controlou todas as formas de comunicação social e principais organizações de sociedade civil. Além de tudo isto, é conhecido internacionalmente pelos seus elogios a figuras públicas tais

como Estaline e Hitler e as suas declarações públicas de antissemitismo e homofobia, tal como a sua célebre frase numa conferência de imprensa em que constatou que preferia ser ditador que gay em resposta ao epíteto de “último ditador da Europa” dito por Guido Westerwelle, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, homossexual assumido. Desde a eleição presidencial, o regime de Lukashenko tem, no mínimo, intensificado os seus esforços para garantir que os elementos da sociedade civil não se alinhem nem se desenvolvam.

4.2.1. A opressão

A imprensa independente, em particular, Leas sentiu o peso deste ataque, uma vez que Lukashenko continuou a reprimir até os mais pequenos jornais da oposição e a imprimir impensas- muitas vezes sob os mais frágeis pretextos. O regime continua a destruir sistematicamente os meios de comunicação independentes de muitas maneiras.

Ao analisarmos o relatório publicado na página digital dos Repórteres Sem Fronteiras verificamos que a Bielorrússia se encontra na posição nº 153 no ranking de mundial da Liberdade de Imprensa (<https://rsf.org/pt/bielorrussia>). A 31 de Agosto de 2021 a União Europeia, numa conferência de imprensa, pronunciou-se acerca do encerramento forçado de umas das associações de jornalistas do país e indicaram que “este encerramento faz parte da repressão contínua e sistemática a todas as vozes independentes do país” e que os números apontavam para 27 trabalhadores de meios de comunicação social entre os 649 presos políticos conhecidos na Bielorrússia.

A Associação Committee to Protect Journalists classificou a Bielorrússia como um dos 10 países nos quais existe maior repressão e censura aos meios de comunicação conforme se pode confirmar pela imagem abaixo.



Figura 5 - 10 países com maior censura aos meios de comunicação – Fonte: https://cpj.org/?gclid=Cj0KCQiA7oyNBhDiARIsADtGRZa7nscq7cOCZCzA2a1nUqKWZTnylgGzfy0DRXD1q93bGjWgSVOn9wQaAo8OEALw_wcB

A liberdade de expressão é o cerne de todas as outras liberdades. A liberdade de expressão é um motor da sociedade democrática; este é o instrumento para espalhar ideias e partilhar pensamentos juntamente com opiniões. Deve ser tida em consideração as violações da liberdade de expressão muitas vezes andam de mãos dadas com outras violações, nomeadamente o direito à liberdade de se associar e de reunir. Não há liberdade absoluta de expressão. É sempre restringido pelo consenso alcançado numa determinada sociedade. A declaração anterior é referida às sociedades democráticas. Mas a democracia deve ser real e implementar-se na sociedade para não ser apenas legalmente declarada nominalmente.

A Bielorrússia tem sido reconhecida como um dos países que mais restringe os seus meios de comunicação em termos de liberdade de expressão constantemente e parece que a cada ano a situação está a tornar-se mais complicada. Além disso, em maio de 2013, mais uma vez a organização mundialmente conhecida "Repórteres Sem Fronteiras" condenou a perseguição aos jornalistas bielorrussos. De acordo com as estatísticas, confirmadas pela imagem acima, a Bielorrússia, juntamente com a Guiné Equatorial, Eritreia, Irão, Cuba, Uzbequistão, Turquemenistão e Coreia do Norte foram classificadas entre 90 e 100 pontos e classificaram-se em 193 de 197. O ranking em si abrange os meios de comunicação impressos, difundidos e internet, e examina o

ambiente dos meios de comunicação jurídicos, as influências políticas na comunicação e as pressões económicas sobre a divulgação de notícias. Nomeadamente, estes países nos quais os meios de comunicação social são inexistentes ou com poucas condições de funcionamento, e são porta-vozes do regime e o acesso dos cidadãos a informações imparcial é estritamente limitado. Infelizmente, a própria sociedade bielorrussa não compreende o valor que os meios de comunicação social desempenham no desenvolvimento da mente crítica. As informações não puderam ser apresentadas apenas unilateralmente ou aprovadas pelas autoridades.

Conforme o que foi dito anteriormente, a primeira constituição pós-soviética da Bielorrússia entrou em vigor a 30 de março de 1994. Incluiu a introdução de um artigo que poderia ter sido o primeiro passo para uma consolidação democrática da Bielorrússia, apesar de o mesmo não ter acontecido. Foram também cumpridos outros requisitos acima mencionados.

Devido à dependência económica descrita, a Bielorrússia sente-se pressionada a participar nos projetos de integração e, ao mesmo tempo, quer que a participação comum pague financeiramente. Isto leva a debates de extrema importância entre a Rússia e a Bielorrússia – estes foram principalmente dissolvidos por pequenas concessões da Rússia. “A posição geográfica, a União Europeia e a situação atual na Ucrânia são instrumentos importantes para que a Bielorrússia reforce a sua própria posição nestas negociações” (Preiherman in <https://belarusdigest.com/story/belarus-strengthens-ties-with-europe-preaches-morality-to-the-world-belarus-foreign-policy-digest/>)

Existem também outros problemas regionais na Bielorrússia, que decorrem de décadas anteriores, mas que foram significativamente agravados nas condições instáveis da economia de transição. De grande importância específica é o grande leque de problemas relacionados com a minimização das consequências do acidente de Chernobil em áreas com diferentes graus de contaminação radioativa, bem como a reabilitação socioeconómica e psicológica da população nessas áreas.

Nos regimes autoritários, os ativistas sociais de oposição não são reconhecidos como agentes capazes de participar em processos de decisão. Para além da privação factual

dos direitos políticos, os representantes dos movimentos sociais dissidentes acabam por experimentar a privação cultural, uma vez que a maioria das pessoas em regime autoritário, de forma geral, não pretendem protestar contra o autoritarismo, percebendo a ordem social como legítima e, conseqüentemente, a luta contra o autoritarismo como ilegítima, ou seja, “não se opõem ao princípio da legitimidade do sistema democrático” (Gorczevski & Martin, 2011, p. 162) Como resultado de condições tão rígidas, os ativistas sociais acabam por sofrer pressões tanto do Estado como de cidadãos que não os reconhecem como atores que lutam pelo "bem comum".

4.2.2. Os movimentos sociais

Por conseguinte, é possível afirmar que, em regimes autoritários, os movimentos sociais não estão integrados na sociedade civil mais ampla, pois possuem a sua própria identidade e fonte de emancipação.

Na Bielorrússia, no final da década de 1980, não houve um forte movimento político pela independência como o de Sajudis no país vizinho, a Lituânia. A procura pela independência nos Bálticos ou noutras repúblicas soviéticas muitas vezes forneceu a vontade para os cidadãos iniciarem movimentos políticos, organizações cívicas e organizações não-governamentais. Ao contrário dos estados bálticos vizinhos, ou de muitas outras repúblicas soviéticas, a Bielorrússia era sob o governo de Lukashenko, em grande parte, cética em relação à independência, ou seja, o governo acreditava em manter as tradições e características da Rússia ao, como explicado anteriormente, tornar o russo na língua oficial do país e por exemplo.

São necessárias mais investigações para compreender os padrões de envolvimento político da juventude nas sociedades pós-comunistas. As sondagens mostram que os jovens são mais propensos a apoiar a democracia do que os cidadãos mais velhos na Europa pós-comunista. No entanto, outras investigações indicaram que existe um nível relativamente baixo de participação dos jovens na política em sociedades como a sociedade bielorrussa. No entanto, outras investigações indicaram que existe um nível relativamente baixo de participação dos jovens na política em sociedades como a sociedade bielorrussa. Por exemplo, 43% dos jovens bielorrussos não apoiaram nenhuma organização juvenil existente em 1998 (Titarenko, 1999, p. 424), e 49% dos 18

-24 anos não votaram nas eleições locais de 1999 (Titarenko, 1999, p. 40). A estrutura de oportunidades políticas inibiu a mobilização em massa contra o regime. A fraca unidade dos partidos políticos oponentes e a repressão do governo sobre a sociedade civil impediram o desenvolvimento de um movimento juvenil viável em oposição ao regime. Para além do mais, as condições socioeconómicas acabaram por ir contra o apelo da oposição à mudança política devido a níveis relativamente elevados de satisfação com os padrões de vida no país. Este contexto político serviu de pano de fundo para o impulso dos movimentos juvenis para a mobilização dos jovens nas vésperas das eleições presidenciais.

As manifestações que surpreenderam o regime resultaram da conjugação de vários fatores. Alguns são antigos e profundos: o surgimento de uma classe média sensível à procura democrática e o aumento das dificuldades económicas. Mas, outros são baseados em acontecimentos mais recentes.

Alguns dos mais importantes movimentos, descritos abaixo, mexeram com a sociedade bielorrussa, trouxeram os jovens para a linha da frente no combate à tirania e à luta pelos direitos fundamentais do Homem. Deram voz aos oprimidos, apesar das iminentes consequências que se seguiram para a oposição ao regime.

Muitos destes movimentos gritavam por liberdade e a sua vontade propagou-se até aos dias de hoje.

- **A Frente de Malady**

A Frente de Malady foi inicialmente formada como uma ala juvenil da BNF no início da década de 1990, mas a sua liderança declarou a criação de um movimento juvenil independente em setembro de 1997. Em grande parte, esta decisão foi motivada por uma tentativa de se afastar do partido em conflito cada vez mais dividido em apoiantes e opositores de Zianon Pazniak.

A Frente de Malady pretendia distinguir-se do partido político da oposição de diversas formas. Como disse um ativista da Frente de Malady, o movimento juvenil "procurou trabalhar não para o povo, mas com o povo" (Efimova, 1999, p. 54). Os jovens ativistas

criaram eventos de protesto que apelavam à geração mais jovem, ao demonstrarem sentido de humor e criatividade. Além disso, o movimento juvenil lançou uma rede mais ampla do que a BNF para recrutar membros: "A BNF trabalha ao gerar ideias através da imprensa, através da inteligência, enquanto nós [MF] recorreremos à juventude, não importa onde estejam — no ensino secundário, na escola profissional ou no dormitório, e apresentamos as nossas ideias a quem possa estar interessado nelas", explicou uma das jovens ativistas do movimento (Efimova, 1999, p. 55). O movimento construiu uma rede nacional de ativistas, que aparentava ter 2.500 ativistas no ano 2001.

O principal objetivo do movimento era construir uma "Bielorrússia Europeia independente e democrática baseada nos princípios cristãos". Dadas as tendências autoritárias sob Lukashenko, o movimento visava retirar do poder o presidente atual e desmantelar o regime por ele imposto. De modo que fosse possível provocar uma mudança política, os jovens ativistas da Frente de Malady procuravam fornecer uma liderança ideológica e organizacional para as gerações mais novas.

O movimento definiu um participante do mesmo como um exemplar moral para a juventude bielorrussa. Em particular, a *Malady Front* procurou fomentar a utilização da língua bielorrussa e o consumo da cultura bielorrussa entre os jovens, indo desta forma contra a instaurada dependência para com a Rússia que o país apresenta.

O uso da música em língua bielorrussa constituiu outro elemento importante do repertório de ação coletiva contenciosa. Sob os auspícios da iniciativa educativa "Bielorrussian Music Alternative", ativistas cívicos produziram uma série de discos intitulados *Volnyia tantsy* (Free Dances) e organizaram concertos com bandas bielorrussas. O movimento, por exemplo, organizou discotecas com música em língua bielorrussa no Dia dos Namorados sob o slogan 'Amor! Liberdade, Mudança!'. Mais amplamente, a campanha educativa "Belarus Show" foi concebida para popularizar a cultura bielorrussa entre os estudantes do ensino secundário e cimentar a necessidade de dispersar a "russificação" imposta por Lukashenko pois o país está a perder a sua essência.

Apesar de todos estes esforços e excelentes iniciativas o movimento não surtiu os efeitos desejados e o país mantém-se sobre uma sobra de dependência russa.

- **Zubr**

Em maio de 2001, quatro meses antes da eleição, o grupo de oposição juvenil Zubr (que significa "bisão", o símbolo nacional da Bielorrússia) organizou uma performance de teatro de rua pública com membros disfarçados da organização usando máscaras de Lukashenko e agindo como se o presidente tivesse enlouquecido. As autoridades, longe de serem divertidas, detiveram 35 indivíduos no âmbito do evento, o que acabou por resultar em 25 julgamentos. Entre os 35 detidos originais estavam vários jornalistas. Todos os detidos foram espancados e uma jovem foi levada para o hospital com um traumatismo craniano¹⁵. Pouco depois, Lukashenko emitiu um decreto que proíbe todas as manifestações de organizações não registadas, limitando a participação em qualquer manifestação a menos de mil pessoas, e incluindo uma proibição específica contra o uso de máscaras. Embora aparentemente ridícula, a reação do regime a esta reunião de jovens ilustra alguns elementos importantes do ataque de Lukashenko à sociedade civil: intimidação de jornalistas, uso do processo de registo de ONG para fins políticos, sensibilidade ao potencial poder das organizações juvenis, paranoia sobre a imagem do regime, e talvez a mais importante e reflexiva emissão de decretos presidenciais (com a força da lei) para impedir que quaisquer grupos da oposição ou estruturas da sociedade civil influenciem a situação política na Bielorrússia.

- **BPSM (Belarusian Patriotic Union of Youth)**

Fundada em 1997, a BPSM traçou a sua origem para a organização juvenil Priamoe Deistvie (Direct Action), cujo nome era sinónimo do grupo terrorista francês Action Directe. Priamoe Deistvie defendeu o uso da violência contra os opositores políticos e foi alegadamente responsável por ataques físicos a vários ativistas cívicos na Bielorrússia. No seu panfleto com o título "Why Are All Normal Youth Now Joining Direct Action?", Priamoe Deistvie declarou que estabeleceu três objetivos: "não permitir que os nossos sejam prejudicados, defender os interesses da juventude e suprimir impiedosamente os adversários" (Human Rights Watch, 1997). Especificamente, a organização juvenil alegou que "não temia a oposição ridícula, que vive de donativos de fundos ocidentais". O primeiro secretário da BPSM, Usevalad Yanchewski, confirmou

¹⁵ <https://www.esquerda.net/artigo/jornalistas-condenados-na-bielorrussia-ovsyannikova-multada-na-russia/79952>

que a maioria dos membros da Direct Action aderiram à BPSM (Human Rights Watch 1999). Alguns membros do BPSM poderiam ter continuado a prática de agressões físicas a opositores ao regime (Amnistia Internacional, 1997). Embora o autoproclamado objetivo do BPSM fosse a promoção do patriotismo entre as jovens gerações, a organização juvenil procurou claramente mobilizar os jovens a favor do atual regime. A BPSM tornou-se informalmente apelidada de Lukamol devido ao seu apoio evidente a Lukashenka. Como se pode verificar este movimento social no país não se insere dentro do mesmo “saco” que os restantes por razões anteriormente indicadas. Este movimento apoiava tudo aquilo que o povo bielorrusso lutava contra.

Havia uma relação dinâmica entre movimentos juvenis em diferentes extremidades do espectro político. A BPSM contrariou campanhas negativas da Malady Front e Zubr com uma campanha pública *Ja za batku!* (Sou a favor do papá!), garantindo o apoio dos jovens ao presidente em exercício.

Em resposta a iniciativas cívicas destinadas a organizar uma observação independente do processo eleitoral, o BPSM prometeu enviar um total de 25.000 representantes do BPSM, cobrindo cada mesa de voto, e apropriou-se da retórica da oposição sobre manipulação de votos. "O controlo eleitoral não deve ser monopolizado pela oposição que procura usar o controlo para a falsificação de resultados e para o engano da sociedade", disse Soloviow. O primeiro secretário alegou ainda que a organização realizou uma campanha GOTV "sem usar um único tostão do Orçamento do Estado". Os relatórios da comunicação social, no entanto, sugeriram que o BPSM recebeu 600 mil dólares da Comissão de Assuntos da Juventude do Estado para "impulsionar o patriotismo" entre os jovens bielorrussos em 2001 (Cole, 2001).

O governo forneceu assistência administrativa e financeira ao BPSM. O decreto presidencial de julho de 1997 declarou o apoio do governo ao BPSM como "uma das prioridades da política estatal da juventude". O decreto autorizou a BPSM a assumir a Rádio 101.2, uma popular estação de rádio em língua bielorrussa, e apoiou a produção de programas de língua russa em apoio ao presidente em exercício. Da mesma forma, as autoridades estaduais encerraram o clube juvenil *Reservatsia* (Reserva) ligado aos ativistas da Frente de Malady, e foi reaberto como um clube de jovens gerido pela BPSM Alternativa (Alternative) (Human Rights Watch, 1999). Além disso, os administradores

de educação forneceram espaço de escritório para as sucursais do BPSM na maioria das universidades e coagiram os estudantes a aderir à organização juvenil favorável ao regime.

O governo usou organizações juvenis “amigas” do regime como uma ferramenta contra os opositores do regime. Entre as organizações de jovens que alegadamente colaboravam com as autoridades estatais estava o ramo bielorrusso do Partido de Unidade Nacional Da Rússia (Russkoe natsionalnoe edinstvo - RNE). A organização neofascista tinha cerca de 500 membros em 22 cidades no final da década de 1990 (Seviarynets, 2002, p. 32), e os seus membros foram alegadamente responsáveis por agressões físicas a opositores ao regime. Em fevereiro de 1999, por exemplo, membros da RNE atacaram Andrei Sannikau, líder da Carta 97 e organizador do Congresso das Forças Democráticas (Kangres demakratychnykh silau), resultando na sua hospitalização com o nariz partido e três costelas partidas. Da mesma forma, membros da RNE foram alegadamente responsáveis por ataques violentos a ativistas de Krai. Os meios de comunicação estatais enquadraram tais ataques como uma luta entre dois gangues de jovens, descartando a saliência das diferenças políticas entre os diferentes grupos.

Outro elemento notável da repressão política foi a introdução de medidas repressivas adicionais em resposta ao uso de táticas de protesto inovadoras. O decreto presidencial de 7 de maio de 2001 que restringe a organização de eventos de protesto continha a proibição do uso de máscaras. Em reação ao desempenho de Rua de Zubr envolvendo jovens ativistas com uma máscara de papiermache (encenada pela primeira vez em 21 de abril de 2001), Lukashenko concedeu explicitamente à polícia a autoridade para dispersar a ação em massa se os participantes usassem máscaras ou utilizassem métodos considerados ameaçadores para a "segurança pública, a vida e a saúde dos cidadãos.

A partir da existência deste movimento, desta organização juvenil, conseguimos identificar como o regime tende a oprimir aqueles que se lhe opõem e a auxiliar e enaltecer aqueles que lhe prestam lealdade.

- **As “colour revolutions”**

O início dos anos 90 foi um tempo de grande otimismo em relação à democratização pós-soviética. As elites governamentais exibiram abertura à mobilização por parte dos cívicos e relaxaram as restrições anteriores à vida política em toda a região. Mas no final da década de 1990, com exceção dos Bálticos, todos os países pós-soviéticos tornaram-se visivelmente mais repressivos, embora em graus diferentes. A repressão estatal de grupos cívicos variou de países mais moderados e intermitentes em países como a Ucrânia e a Moldávia, até ao extremo na Bielorrússia e mais tarde à Rússia.

O fim do regime autoritário ou totalitário e a democratização podem tomar diversos caminhos – a morte de um ditador, uma revolução popular ou, simplesmente, resultados eleitorais inesperados – e levar a uma variedade de resultados diferentes. Uma tendência recente tem sido a expulsão de líderes autoritários através do que foram batizados de "*colour revolutions*". O termo "revoluções de cor" é usado para descrever como um único fenómeno uma série de protestos não violentos que conseguiram derrubar regimes de outros durante a primeira década do século XXI. Isto envolveu milhares de pessoas, usando símbolos coloridos, levando para as ruas e manifestando o seu descontentamento com o regime atual, enquanto a oposição, legitimada por tais multidões, conseguiu desafinar a mudança política com as autoridades. Geograficamente, o termo tende a abranger apenas os países pós-comunistas da Europa Oriental e da outrora União Soviética.

Historicamente, há muitos precedentes para o fenómeno da revolução das cores na Europa. Os protestos destinados a promover uma mudança democrática pacífica foram regularmente registados na Europa oriental dominada pelos soviéticos. Estes assumiram a forma de revoltas anti estatais (Alemanha Oriental, 1953; Polónia, 1956, 1970) ou movimentos que incluíam líderes comunistas nacionais que favoreceram o enfraquecimento do autoritarismo interno e do estrangeiro, geralmente Moscovo ou a Hungria em 1956 e a Checoslováquia em 1968.

Embora tirando algumas conclusões de protestos anteriores, o fenómeno da revolução das cores tem algumas características inovadoras que são comuns a todas as campanhas aqui mencionadas. Imediatamente notável é que a maioria das manifestações em massa

ocorreram durante as eleições. As eleições são consideradas ocasiões propícias para inspirar os manifestantes, em parte porque por vezes proporcionam uma rara oportunidade de mobilização e protesto com relativa impunidade, uma vez que os observadores internacionais estão habitualmente presentes. As eleições proporcionam uma oportunidade para uma população desencantada fazer um juízo, e quando esse direito é retirado do eleitorado através de manipulação de votos ou de outras formas de manipulação, estas transgressões podem dar mais estímulos à ação.

Em termos de recursos humanos e tecnologia, as estratégias de protesto têm sido constantemente refinadas, com movimentos a digerir lições de campanhas anteriores noutros países.

A capacidade da oposição, em coordenação com as ONG, de mobilizar centenas de milhares de cidadãos foi surpreendente. O ambiente político interno também não deve ser subestimado; milhões de cidadãos estavam cansados de baixos padrões de vida e aproveitaram a oportunidade para mostrar o seu desejo de desafiar o governo. Como a obtenção de apoio popular visível tem sido crucial para a legitimidade opositora, tem sido imperativo para os regimes autoritários sedar quaisquer manifestações de dissidência, por opção ou infiltração, ou, se necessário, através da utilização de força violenta.

Não obstante aos mecanismos de coibição governamental a Bielorrússia apresenta aspetos distintos aos previamente explicitados na onda de eventos que assolou o Leste Europeu. A atuação do país no cenário internacional concretizou-se de forma modesta, não ocasionando grandes reformas de mercado e viabilizando economicamente reformas resultantes na presença governamental em grande parte da economia do país, influenciando diretamente as grandes empresas e setores da agricultura e pecuária. Considerado um aliado estratégico à atuação russa os padrões de amizade, manifestam-se além dos valores compartilhados ao intenso carácter de dependência econômica. Segundo Bodaneze (2015), caso não houvesse os subsídios concedidos pela Rússia à economia bielorrussa o país dificilmente sobreviveria. De acordo com o autor, a concessão de cerca de 32 subsídios proporciona a segunda energia mais barata da região, perdendo apenas para a própria Rússia. Seguido pelos demais movimentos recorrentes ao Leste Europeu, a Revolução Jeans vivenciada pela Bielorrússia ganhou

eminência após a divulgação dos resultados da corrida eleitoral de 2006, onde o atual presidente Aleksandr Lukashenko foi novamente eleito com mais de 80% dos votos válidos. Tal ação obteve apoio e representação através de sucessivas denúncias advindas de países europeus, dos Estados Unidos e, sobretudo, da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Grande maioria dos partidos de esquerda da Europa e o próprio “Partido” demonstraram a sua posição acerca das eleições eleitorais ao condenarem a fraude eleitoral evidente e a repressão existente. Incentivaram a uma solução passiva que vá de encontro à autodeterminação democrática das pessoas da Bielorrússia. Apesar de tudo, nada disto significa que sejam validadas sanções da União Europeia.

Na altura das eleições presidenciais de 2006, as *color revolutions* tiveram algum sucesso na Geórgia em 2003 e na Ucrânia no ano de 2005. Embora a Revolução Rosa da Geórgia não tivesse evocado uma reação particularmente forte de Minsk, a Revolução Laranja ao lado mostrava-se mais preocupante, e notou-se que ativistas do movimento juvenil georgiano Kmara e do movimento juvenil ucraniano Pora estavam a conseguir entrar na Bielorrússia e a trabalhar com grupos de jovens bielorrussos. Isso levou as autoridades de Minsk a tomarem precauções antes da votação de forma a evitar qualquer revolução de cores naquele país. Em setembro de 2005, os membros da Georgiana Kmara foram expulsos da Bielorrússia e a imprensa da oposição começava a sentir a pressão. No que toca aos políticos da oposição, mesmo antes do início do período de campanha eleitoral presidencial, as autoridades estavam a tomar medidas para eliminar quaisquer ameaças reais de oposição. Em dezembro de 2004, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e embaixador na Letónia, Mikhail Marinich, que tinha entrado na oposição, foi condenado a três anos e meio de prisão, eliminando-o da corrida. Um mês depois das eleições, em abril, Marinich foi libertado. As eleições em si foram agendadas quatro meses antes do tempo, o que levou a oposição a queixar-se de que terá sido propositado para lhes diminuir o tempo para realização da campanha eleitoral e organizar a sua estratégia política.

Existiram muitas razões pelas quais as *color revolutions* da Bielorrússia não foram bem-sucedidas, mas a mais notável foi o grau de repressão política de indivíduos e organizações cívicas no país, além do uso da força contra os manifestantes. Embora

tenha sido registado algum grau de repressão política em muitos países da CEI – incluindo o notório caso de Georgiy Gongadze, o jornalista cujo corpo sem cabeça foi encontrado na Ucrânia durante o mandato do Presidente Leonid Kuchma –, a Bielorrússia registou um índice de repressão política bem mais elevado, disputando com o Turquemenistão e o Usbequistão como o pior da CEI.

Durante os cinco dias de protestos que se seguiram à eleição, mais de 700 protestantes foram detidos. No rescaldo das eleições fracassadas, Alyaksandr Kazulin foi condenado a cinco anos e meio de prisão pelo seu papel nos protestos. Milinkevich também foi preso por 15 dias por ter participado num comício comemorativo do desastre de Chernobil (Human Rights Watch, 2007). Após a eleição, as detenções não pararam. Estenderam-se aos líderes das organizações juvenis do país, juntamente com políticos da oposição. Em setembro de 2006, o líder da Frente Jovem, Zmister Dashkevich, foi acusado de dirigir uma organização não registada (Human Rights Watch, 2006). Alguma esperança surgiu para os presos políticos do país no início de 2008, quando as autoridades começaram a libertá-los mais cedo. Dashkevich foi libertado em janeiro de 2008 após cumprir 16 meses de uma sentença de 18. Um colega líder da Frente Jovem, Artur Finkevich, também teve a sua sentença diminuída por volta da mesma altura e foi libertado. Outro prisioneiro libertado mais cedo foi Andrei Klimau, que foi condenado a dois anos em agosto de 2007 por publicar um artigo na internet a pedir uma revolução. Klimau tinha sido deputado em 1995 e 1996. Já tinha cumprido quatro anos de prisão sob a acusação de peculato em 1998, e em 2005 foi condenado a 18 meses de liberdade restrita por organizar uma demonstração (Amnistia Internacional, 2007). Em março de 2008, só restava um preso político no país – Alyaksandr Kazulin – que cumpria um mandato de cinco anos e meio por liderar uma manifestação antigovernamental após as eleições de 2006. Apesar da reviravolta no registo bielorrusso de deter indivíduos pelas suas atividades políticas, Lukashenko parecia relutante em libertar Kazulin. O motivo de existir alguma apreensão nesta questão pode ter surgido das aparições de Kazulin na televisão, onde revelou o que já havia rumores há muito tempo – que Lukashenko tinha uma amante e um filho com ela. Kazulin recebeu três dias para ir ao funeral da sua mulher, em fevereiro de 2008, depois de ter encenado uma greve de fome, e afirmou que lhe foi oferecida liberdade para ir ao estrangeiro com a mulher para

que o seu cancro pudesse ser tratado – mas apenas com a condição de os Kazulins nunca mais regressarem à Bielorrússia. O tratamento brando e as penas reduzidas foram atribuídos ao desejo de Lukashenko de melhorar as relações com o Ocidente, mas sem a libertação de Kazulin, a Bielorrússia manteve-se sob sanção, pelo que, em abril, Lukashenko voltou a lançar os manifestantes para a cadeia e a dar penas que variam entre 15 dias e dois anos. Só a 16 de agosto foi libertado Kazulin (Maksymiuk, 2008).

Apesar de inúmeros obstáculos e riscos cada vez maiores, as tentativas de realizar revoluções de cor, que apesar de todas as suas semelhanças, diferem fundamentalmente em substância. Características únicas e diferenças fundamentais não precisam de ser vistas como positivas ou negativas, pontos fortes ou fracos, ou prenúncios de sucesso ou derrota. É simplesmente necessário que sejam reconhecidos para avaliar em geral a forma como este movimento se relaciona com o Estado e a sociedade bielorrussos em geral e quais são as suas perspetivas. Em primeiro lugar, a fonte social deste movimento de protesto é principalmente membros da "burguesa" baseada em Minsk. No entanto, este grupo está a atuar num país fortemente industrializado, com uma grande classe trabalhadora dependente do Estado. Estas duas classes sociais não convergiram para o movimento de protesto: em parte porque os seus interesses diferem, e em parte porque a inteligência de Minsk aparentemente não descobriu como fazer a ponte com esses interesses. Em segundo lugar, as duas classes sociais acima mencionadas são as características distintivas da Bielorrússia após um quarto de século do governo de Lukashenka. A Bielorrússia não está a transitar para uma sociedade pós-industrial nem a transformar-se num exportador de mão-de-obra excedentária. Em vez disso, preservou e desenvolveu ainda mais as suas enormes indústrias de legado soviético. Em terceiro lugar, o Estado bielorrusso vê-se como um Estado social e é tão percebido por uma massa crítica da sua população, que recebe benefícios e serviços sociais. A própria perspetiva de Lukashenka é uma versão paternalista do autoritarismo. O contrato social mantém-se na Bielorrússia há mais de duas décadas; e o governo esforça-se por preservá-lo no meio de adversidades externas (Socor, 2020), apesar destas diferenças os movimentos continuaram um pouco por todos os países daquela zona geográfica e há uma transferência constante de conhecimento entre países. Alguns ativistas envolvidos em revoluções de cores e ONG

cívicas têm sido regularmente convidados a vários países para treinar líderes locais em técnicas de protesto em massa.

4.3.3. Os movimentos de protesto femininos

A opressão gerada a partir das questões de género é uma realidade que abrange um enorme leque de mulheres e apenas a conseguiremos entender num contexto sócio e histórico-cultural pois apresenta-se como um movimento complexo e contraditório dividido entre a sociabilidade e a individualidade, bem como entre as relações de género e a totalidade da vida em sociedade.

Como é que uma sociedade com um longo período de experiência socialista no seu passado recente pensa na opressão das mulheres? Reconheceria o problema? Como veria a origem desta opressão? Finalmente, o que é preciso fazer para que o mundo seja um lugar melhor? A forma como estas questões foram teorizadas na antiga região socialista foi muito diferente da forma como eram vistas no Ocidente.

O conceito soviético de igualdade de género baseava-se no marxismo, e a ideologia marxista relacionava a opressão das mulheres à propriedade privada e à desigualdade de classes, ou seja, acreditavam que nas classe sociais mais baixas, em que os trabalhos passavam por trabalhos mais forçados e, na altura, mais designados aos homens, deixando as mulheres numa posição em que eram pressionadas para ficar a tratar da lida da casa e da família enquanto que nas classes mais altas existiam maiores possibilidades financeiras que permitiam às mulheres oportunidades de educação e consequentemente cargos mais elevados no mercado de trabalho. Neste sentido conseguimos entender que, as regras impostas que garantiam os direitos á população feminina soviética eram de tal forma avançadas que, segundo o autor Goldman, até à presente data, certos países ocidentais ainda não as adotaram. A legislação dos antigos soviets previa a igualdade de género.

Segundo a feminista marxista Alexandra Kollontai, a resolução da questão das mulheres "não é possível sem desmantelar a própria base do capitalismo, eliminando as delimitações de classes e abrindo caminho a novas formas de existência social humana". Enquanto os capitalistas oprimiam e exploravam trabalhadores em fábricas e fábricas

de suor, os homens que se apropriavam e utilizavam o trabalho não pago das mulheres na família e no agregado familiar, também se revelaram opressores e exploradores. Nesta lógica, a desigualdade de género só poderia ser tratada através da eliminação das aulas e da criação de uma sociedade socialista onde as mulheres entrassem no mundo do trabalho remunerado, investissem na sua educação a um nível mais superior e se inserissem no mercado de trabalho em cargos mais elevados. O sistema incluiria também creches acessíveis (apoiadas pelo Estado), acesso ao aborto legal, cuidados de saúde estatais, educação das mulheres e licenças de maternidade e benefícios. Assim, na Bielorrússia soviética, a igualdade das mulheres foi conceptualizada como segurança social através da qual as mulheres seriam capazes de combinar maternidade e trabalhar fora de casa. Com o tempo, as mulheres libertaram-se da dependência dos homens, mas tornaram-se dependentes do Estado socialista. Embora a "questão das mulheres" tenha sido considerada como resolvida em princípio, as questões que o feminismo ocidental, a partir do final dos anos 60, viam como simbolizando o próprio núcleo do patriarcado, ou seja, a violência contra as mulheres, a exploração e o controlo da sexualidade feminina, o não reconhecimento da autonomia das mulheres e a plena humanidade, etc., não podiam ser levantadas.

Após a desintegração da União Soviética e os países que a compunham a tentar encontrar a sua identidade fora dela, os objetivos do "renascimento nacional" na Bielorrússia levaram ao regresso das mulheres à sua "verdadeira vocação", como foi dito pelo governo, ou seja, os papéis das mulheres na região pós-soviética foram redefinidos através dos conceitos de sexualidade e educação. Ao mesmo tempo que os cuidados dos jovens (e dos idosos) eram passados para as mãos das mulheres (das agências estatais), a sexualização e a não criminalização da agressão sexual e física no casamento tornam-se um impedimento aos direitos das mulheres e do seu cumprimento. A verdade é, em termos de mercado de trabalho existem irregularidades na igualdade em que o processo de recrutamento é efetuado, prejudicando muitas vezes mulheres em termos de oportunidades de carreira, devido ao seu papel real de cuidadoras da família e em detrimento da presunção estereotipada da crença de que uma mulher com família e um papel familiar ativo prejudica o empenho e qualidade do seu trabalho em termos de eficiência e produtividade. Alguns movimentos e partidos políticos bielorrussos,

utilizando os slogans de «segurança demográfica» e «moralidade cristã», identificaram o género feminino como ameaçado e necessitado de proteção por parte dos homens e iniciaram um discurso sobre a proibição do aborto, limitando os direitos das mulheres à escolha e regressando a um modelo familiar mais tradicional, que durante anos as mulheres lutaram para reverter.

Os primeiros grupos e projetos independentes de mulheres que se tornaram possíveis após a desintegração do socialismo tentaram responder a estas novas tendências, bem como a algumas ideologias antigas. As mulheres ativistas procuraram discutir publicamente a situação das mulheres e levantar as questões que tinham sido abafadas durante a época socialista; alguns estavam interessados em participar na política e juntar debates e iniciativas feministas e democráticas internacionais.

A ativistas femininas estão na linha da frente dos protestos bielorrussos. No ano de 2020, tanto Minsk como outras cidades do país, milhares de mulheres saíram à rua para exigir fim do mandato de Lukashenko e da repressão por ele imposta. Num país com um ideal profundamente patriarcal, no qual o seu presidente não tem filtro nem poupa ao sexismo nos seus comentários nem impõe, contrariamente a outros países, leis contra a violência doméstica, protestos de cariz feminino começam a erguer-se como agentes políticos de direitos. As constantes mobilizações pela democracia e igualdade começam a plantar as raízes para que a igualdade de género comece a ocupar um lugar com distinção na agenda política.

Os esforços das organizações femininas para desafiar o domínio do género e capacitar as mulheres como atores cívicos têm tido pouco sucesso na Bielorrússia desde o final dos anos 90.

Os movimentos femininos apanharam de surpresa o Governo bielorrusso, que não esperava, em nenhum número, a afluência que os mesmos começaram a ter pelo país. Outra surpresa inesperada foi a candidatura à presidência de Svetlana Tsikhanouskaya juntamente com duas outras mulheres. O presidente Aleksandr Lukashenko acabou por lançar alguns insultos às candidatas, apelidando-as de “coitadinhas” e afirmando que as suas imposições tinham algum tipo de manipulação externa, dando a entender que a candidata só se encontrava naquela posição por ter uma figura masculina por trás da

sua campanha a manipular as suas decisões. Acreditava piamente que Svetlana não fosse capaz de atrair qualquer população nem de se fazer ouvir, mas estava redondamente enganado e retirou o seu apoio à candidatura de Svetlana, que apesar das suas afirmações de que nunca tinha tido aspirações políticas e que pretendia voltar a ser uma mãe de família, já mudou o seu discurso, falando de igualdade de direitos, enquanto, por questões de segurança, se isola na Lituânia.

A investigadora em questões de género, Lena Aharelysheva analisou o desenvolvimento da campanha de Svetlana desde o início da mesma afirma que aquilo que está a acontecer na Bielorrússia não se trata de uma “revolução feminista”, mas constata que “segundo os estereótipos, as mulheres precisam fazer mais em situações críticas, e nesse caso o impulso para muitas foi sair por seus esposos, pais, irmãos, amigos presos, espancados, perseguidos; porque dentro desses estereótipos também está o que diz que as mulheres são frágeis contra quem não é visto com bons olhos o uso da força policial”¹⁶. Existem inúmeros casos confirmados de brutalidade policial contra as ativistas da oposição que incluem assédios e ameaças constantemente denunciados por organizações de direitos civis como a Amnistia Internacional.

A primeira grande organização foi o Comité das Mães dos Soldados, focada em proteger os recrutas militares da praxe que era praticada dentro das forças armadas.

No ano de 1991, após o colapso da União Soviética, a organização, o Comité Bielorrusso das Mulheres Soviéticas, renomeou-se a União de Presságios na Bielorrússia. A Frente Popular da Bielorrússia serviu como um segundo canal crucial através do qual as mulheres entram na vida pública. Women, uma organização, que se tornou ativa na frente mais tarde passou a estabelecer ou aderir a novas organizações de mulheres, bem como organizações de direitos humanos, como o Comité Bielorrusso de Helsínquia.

O pico de atividade entre organizações femininas foi a segunda metade da década de 1990. Durante este tempo, programas financiados por vários governos ocidentais, fundações privadas como a Fundação Bielorrússia “Soros” e o Programa das Nações

¹⁶ <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-05/mobilizacoes-de-mulheres-ganham-forca-em-belarus-e-desconcertam-lukashenko.html>

Unidas para o desenvolvimento atuaram como incubadoras para o movimento feminino crescente no país. Com a sua ajuda, em meados dos anos 90 foram fundadas novas organizações femininas. Foram realizadas várias conferências, seminários e outros eventos públicos para avaliar o estatuto das mulheres e examinar a discriminação de género no local de trabalho, a violência doméstica e outros problemas que eram consideradas tabu durante a era em que o país se encontrava debaixo da imposição soviética. Foram desenvolvidos novos projetos para colocar a Bielorrússia em conformidade com os seus compromissos internacionais no tópico de direitos das mulheres. No entanto, repressão estatal intensificou-se contra associações cívicas e críticos do governo. O assédio por parte das autoridades estatais forçou a Fundação Soros a abandonar o país, cortando os grupos domésticos de uma das principais fontes de financiamento. Os projetos de direitos das mulheres continuaram a existir, apesar do aumento das restrições, mas pouco tiveram impacto na forma como o Estado lida com as questões de género. Por exemplo, em 2003, um projeto de lei contra a violência doméstica foi desenvolvido por defensores domésticos com a ajuda do UNIFEM (Lei n.º 11.340/06). Apelou a medidas coerentes com as políticas do Estado, bem como com a sua ideologia neosoviética de género, que desafiam o principal objetivo do Estado de proteger as mulheres na sua qualidade de mães.

No entanto, esta lei nunca foi aprovada porque houve um apoio insuficiente entre os legisladores para abordar a questão da violência doméstica. Numa análise do ano de 2004, o Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres conseguiu observar que a Bielorrússia não tinha efetuado grandes progressos no sentido de cumprir os seus compromissos no âmbito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, sendo que "qualquer iniciativa de promoção da igualdade de género e de direitos iguais se depara com conceitos tradicionais estereotipados do papel das mulheres como sendo restritas à família, enquanto as atividades profissionais são amplamente consideradas como "não femininas ou anti família." Da mesma forma, existem relatos¹⁷ da Amnistia Internacional que afirmam que "os documentos e políticas oficiais tendem a reforçar a

¹⁷ https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2020/01/AGIR_s9_n8_web.pdf

visão estereotipada das mulheres como mães e esposas e não indivíduos nos seus próprios direitos”.

Desde a Revolução Laranja na Ucrânia que o governo bielorrusso se esforça por reprimir qualquer tipo de oposição política, o que leva a que as organizações femininas têm vindo a ser sujeitas a assédio sistemático por parte das autoridades estatais. A posição cada vez mais contraditória do governo em relação aos grupos cívicos e às suas principais fontes de apoio estrangeiro obrigou os defensores das mulheres a cessar, estreitar ou redirecionar as suas atividades para as adaptar à política de género cada vez mais tradicionalista que o governo decidiu impor.

As ativistas que contestam o recorde de direitos humanos do governo foram sujeitas a uma repressão ainda mais dura. As autoridades tomaram medidas para encerrar ou restringir as atividades de grupos de mulheres que estão associadas à oposição política. No dia 6 de fevereiro de 2005, o Supremo Tribunal da Bielorrússia, deliberou sobre um caso liderado pelo Ministério da Justiça e liquidou o "Renascimento do Movimento das Mulheres Bielorrussas da Pátria”.

A resposta à questão acerca dos grupos feministas e projetos na Bielorrússia contemporânea depende, naturalmente, do entendimento do termo “feminismo”, que muitos entendem como sendo para incorporar as noções de solidariedade das mulheres, agências independentes e o reconhecimento da plena cidadania e autonomia humana das mulheres. Embora as organizações cívicas na Bielorrússia raramente se definam como feministas, alguns perseguem objetivos definitivamente feministas e estão envolvidos no ativismo pró-mulheres. O "Movimento Democrático Independente das Mulheres" (que assumiu o Movimento Democrata-Cristão da Bielorrússia) organiza workshops sobre direitos das mulheres e feminismo, ajuda grupos de mulheres com contactos sociais e apoia o empreendedorismo das mulheres. Há mais de dez anos que a «Associação Bielorrussa de Jovens Mulheres Cristãs» (<http://www.genderywca.by/ru/>) colabora com a «La Strada-Bielorrússia» (http://www.lastrada.by/ru/o_drugih_proektah/) em múltiplos projetos destinados a travar o tráfico de mulheres e crianças. Em 2009, uma nova organização intitulada

"Adliga (degelo): Mulheres para a Cidadania Plena" declarou os seus objetivos como apoio às mulheres-líderes e à redução da violência das milícias (polícia) contra as mulheres politicamente ativas.

A sociedade bielorrussa divide-se nas suas opiniões sobre o feminismo e a igualdade de género. A população masculina de classe baixa acredita que o feminismo é promovido por elites ocidentalizadas, interessados no mercado livre e no liberalismo económico, e por mulheres profissionais bem-sucedidas e ambiciosas. Enquanto a classe alta masculina envolta no patriarcado, acredita que o problema da desigualdade de género "não existe" e que as mulheres têm demasiados direitos (ou melhor, benefícios). O número de pessoas que se definem como feministas e vêem o feminismo no quadro da luta pela democracia é bastante limitado. Ainda assim, todas as sociedades contemporâneas complexas redefinem as suas relações de género e desencadearam discussões públicas sobre questões de género, e a Bielorrússia não é diferente. O desafio que as feministas bielorrussas enfrentam é encontrar formas de ativismo social que seriam significativas para a sociedade em geral, ou seja, que consigam chegar à população e criar impacto.

Diversos regimes autoritários adotaram uma miríade de contramedidas repressivas para movimentos de cores estilizados. Uma das mais impressionantes é a criação de anti-ONG que apoiam o regime dominante e defendem a ideologia do Estado contra as críticas das Organizações Não Governamentais independentes, à semelhança daquilo que aconteceu na Bielorrússia.

O apelo da juventude para a ação política foi enfraquecido pela escolha da oposição de um líder sindical não carismático como um único candidato da oposição e da popularidade do presidente em exercício. No final da eleição de 2001, Lukashenko foi capaz de desencadear outra onda de repressão estatal. No entanto, os movimentos juvenis mantiveram a sua presença na sociedade bielorrussa. Até agora, a Frente De Malady continua a resistir de forma não violenta contra o regime, apesar da constante repressão política que enfrenta. Vários jovens ativistas tornaram-se presos políticos apesar das manifestações se mostrarem pacíficas.

A análise da participação política dos jovens na Bielorrússia merece uma maior atenção académica. Um estudo sistemático da repressão e do protesto durante a Presidência de Lukashenko, com um total de já 26 anos que não parecem estar a terminar poderia contribuir para o debate académico sobre o impacto da repressão na taxa de participação em massa em eventos de protesto. Alguns autores efetuados por estudiosos da área sugerem que a repressão causa um declínio na atividade de protesto tal como acontece quando o estado impõe uma criminalização direcionada aos movimentos sociais, fazendo dos mesmos uma ação punível ou “A questão da criminalização remete, necessariamente, ao problema da repressão e das formas de justificação de ambas” (Viana, 2018). Ao fazer das manifestações pacíficas um crime, o estado implementa uma onda de receio por parte dos cidadãos de participar nestes movimentos, enquanto outros defendem que a repressão estatal pode desencadear um pico nos protestos.

Apesar de tudo isto, a comunidade juvenil da Bielorrússia ergueu-se e inventou novas ideias criativas sobre como desafiar o regime atual. O movimento juvenil Khopyts (Chega), por exemplo, surgiu na véspera das eleições de 2006 e mantém a sua atividade até hoje. Um outro grupo de jovens ativistas estabeleceu o movimento juvenil não-violento Bunt (Revolta) em 2006. Uma comparação de movimentos juvenis anteriores com os mais recentes poderia revelar-nos até que ponto os jovens ativistas foram capazes de retirar lições de episódios anteriores de mobilização em massa para desenvolver as suas táticas de protesto. A luta não-violenta continua na Bielorrússia e continuará até que sejam ouvidos e os seus direitos restituídos ao exonerarem o atual regime.

Devemos ainda ressaltar que o leque de protestos e movimentos que emergiram no país tocar num ponto sensível tradicionalmente conhecido do Kremlin. É possível notar que a alta-sociedade russa se sente indisposta com este tipo de revoluções populares que exigem mudanças de regime e contam com o apoio de grandes potências ocidentais e entidades internacionais que se opõem à forma de governos como o de Putin no Ocidente. Ou seja, os movimentos sociais na Bielorrússia e a sua possível vitória são

vistos no Kremlin como uma fonte de inspiração perigosa e nada bem-vinda. Aleksei Navalny e outros críticos ao governo russo já tinham demonstrado a sua simpatia pela oposição bielorrussa pela sua forma de demonstrar como uma sociedade estereotipada e despolitizada se pode rebelar contra um governo tão autoritário, corrupto e manipulador. Isto acaba por estreitar as relações entre Putin e Lukashenko que apesar de algum tempo separados parecem ter voltado a reconciliar-se.

5. Os direitos humanos e a Bielorrússia

Chamou-se corretamente a atenção para o facto de a força da sociedade civil nos países pós-soviéticos, pouco antes do colapso do comunismo, ter-se revelado de importância fundamental para uma transformação política e económica bem-sucedida, ainda mais relevante do que a história do país e a sua experiência com a democracia. A sociedade civil é a capacidade de uma sociedade controlar e exercer pressão sobre o governo para garantir direitos e liberdades humanas básicas.

Andrew Clapham (2015) diz-nos que a ideia de que a comunidade internacional legitimamente se preocupe com a forma como outros Estados tratam os seus cidadãos é relativamente recente pois o conceito de não interferência em assuntos internos de cada nação encontra-se presente desde muito antes de os Direitos Humanos se terem tornado alvo de interesse nas discussões de segurança da comunidade internacional.

Enfatizou-se que mesmo que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representasse uma luz ao fundo do túnel para a catalogação dos efetivos direitos de cada indivíduo, não foi até 1977, que os mesmos se tornaram tema de conversa nos media e no plano da política externa das nações (Samuel Moyn, 2018).

Após o reconhecimento da Bielorrússia como um país independente pela União Europeia em 1991, o país negociou um Acordo de Parceria e Cooperação em 1995. No entanto, o APC da Bielorrússia nunca conseguiu chegar a ser ratificado pois a questão dos direitos humanos colocou um entrave, ou seja, o total desrespeito pelos direitos humanos por parte do governo Bielorrusso fez com que a sua relação com o governo da UE não fosse devidamente aprofundada pois não existiu, por parte do Governo bielorrusso a iniciativa de tentar estreitar as suas relações com a mesma apesar de ser um dos objetivos estipulados na Política Europeia de Vizinhança como forma de desenvolver relações de cariz político e económico.

Embora alguns dos movimentos acima mencionados possam certamente ser vistos como precursoras da formação de uma sociedade civil na Bielorrússia independente, em comparação com outros países pós-Soviéticos, como os Estados bálticos, onde as democracias e as economias vibrantes floresceram rapidamente devido a fortes

movimentos de independência e organizações cívicas, a Bielorrússia não apresentava nenhuma das suas principais características antes do colapso da União Soviética. Isso não deve ser ignorado em nenhuma análise da razão pela qual as ONG e os meios de comunicação independentes foram mais lentos a desenvolver-se na Bielorrússia entre 1991 e 1994, em comparação com outros países pós-Soviéticos, e por que razão eram fracos e, portanto, vulneráveis à ascensão de Lukashenko após 1994.

Apesar de não terem desperdiçado tempo a suprimir os meios de comunicação independentes, até ao mês de novembro de 1996, as autoridades bielorrussas exerciam apenas uma pressão mínima sobre as organizações políticas e não políticas, o número total das quais rondava os 1.100. O regime ainda não impediu as ONG de receberem subvenções estrangeiras, uma vez que as associações públicas e os partidos políticos receberam o estatuto de entidades económicas, o que lhes permitiu obter financiamentos de qualquer fonte jurídica. Em julho a outubro de 1995, o governo criou um sistema fiscal preferencial para o dinheiro e bens recebidos por ONG e entidades económicas associadas à Fundação Internacional de Ciência e à Fundação Soros Bielorrussa. Graças à medida, a Fundação Soros tinha-se tornado em 1996 a maior organização de doadores para as ONG bielorrussas¹⁸. Os serviços de segurança do novo governo, no entanto, intensificaram o seu acompanhamento das ONG na altura, e Lukashenko também assegurou que o governo mantinha influência sobre as associações públicas, principalmente através de um processo de registo. Muitas ONG, angustiadas e cautelosas com a repressão do governo sobre os meios de comunicação independentes, pretendiam legalizar plenamente as suas atividades e eliminar os seus aspetos políticos. Foram encorajados a fazê-lo por empresas como a Assistência Técnica da União Europeia ao Programa da Comunidade dos Estados Independentes e à Fundação Soros. Algumas ONG independentes até começaram a cooperar com agências governamentais, embora isso fosse logo mudar.

A Fundação Soros Bielorrussa foi a maior ONG do país e a principal apoiante filantrópica da sociedade civil independente na Bielorrússia. As ações do governo foram uma tática

¹⁸ <https://www.tsf.pt/mundo/presidente-bielorrucho-anuncia-ilegalizacao-das-ong-opositoras-no-pais-14414992.html>

óbvia e deliberada por parte de Lukashenko para intimidar outras ONG, e marcaram o início do seu ataque total à sociedade civil.

Entre fevereiro e março de 1997 foi convocada uma convenção bielorrussa sobre os direitos humanos, que reúne mais de duas centenas de partidos políticos democráticos, sindicatos e ONG. Foi também criada uma assembleia de organizações não governamentais, que incluía mais de quatro centenas de ONG.

Na Bielorrússia surgiu uma nova tendência: o "controlo total" da Internet. A presença do Governo na Internet e a sua atividade estão a incomodar, em especial, o aumento do assédio da expressão baseada na Internet. A Internet bielorrussa foi oficialmente reconhecida como "não livre" e, portanto, não inserida num regime democrático.

A Freedom House deu o mesmo "veredicto" em relação a apenas 12 outros países. Embora reconhecendo o incentivo do governo para uma maior utilização da Internet entre os bielorrussos para fins comerciais, a Freedom House observa a utilização crescente das tecnologias de vigilância da Internet. Esta classificação baseia-se no exame das seguintes três grandes categorias: obstáculos ao acesso, limites de conteúdo e violação dos direitos dos utilizadores.¹⁹

O governo da Bielorrússia implementou assim um vasto leque de ações repressivas convencionais contra os opositores ao regime, incluindo assédio psicológico e físico, detenção, tratamento desumano dos detidos e negação do direito a um julgamento livre e justo. Da mesma forma, o KGB da Bielorrússia continuou a prática da era soviética de manter uma teia de informadores. O aparelho coercivo também implantou organizações juvenis amigas do regime como arma contra os movimentos juvenis em oposição ao regime. Além disso, o governo rapidamente reagiu a qualquer exibição de táticas de protesto inovadoras com ações mais repressivas. A detenção de participantes do movimento foi uma resposta padrão da polícia a qualquer ação política levada a cabo pela Frente De Malady e Zubr. De acordo com algumas estimativas do Centro de Direitos Humanos (Viasna, 2002, pp. 5-6), mais de 1.000 pessoas foram detidas para distribuição

¹⁹ <https://www.voaportugues.com/a/freedom-house-diz-que-liberdade-na-internet-esta-em-queda/2546179.html>

de material de campanha, organização de reuniões públicas com eleitores e outras atividades relacionadas com as eleições em apoio à oposição política em 2001. Pelo menos 350 pessoas foram detidas por pintura a spray só em Minsk de maio a agosto de 2001 (Viasna, Human Rights Center, 2002, p. 179). Além disso, o número de julgamentos contra jovens ativistas ultrapassou os 300 durante o ano eleitoral (Viasna, Human Rights Center, 2002, p. 9). Uma grande multa administrativa por participação em atividades de protesto foi usada como um dissuasor para o ativismo cívico. Por exemplo, o tribunal condenou Siarhei Bakhun, chefe do ramo do oblast de Minsk da Frente Malady, a pagar uma multa de 600 dólares, o equivalente a 200 vezes o salário mínimo na Bielorrússia nessa altura (Viasna, Human Rights Center, 2002, p. 17). Enquanto muitos jovens foram julgados pela alegada violação do Código Administrativo, alguns participantes do movimento enfrentaram acusações criminais.

Ativistas da área dos direitos humanos relataram que pelo menos 2.000 pessoas foram detidas antes da votação, incluindo nove membros da equipa de campanha da senhora Tikhanovskaya. No entanto, à medida que os manifestantes corajosos enfrentam uma brutal repressão policial, Lukashenko está a descobrir que as artes negras que o serviram tão bem no passado podem já não ser suficientes. A má gestão grotesca do pan-demic e de uma economia plana de Covid-19 esticou a paciência de muitos bielorrussos para além do ponto de rutura. Uma nova coligação de cidadãos de colarinho azul e de classe média exige mudanças. O homem por vezes descrito como "o último ditador da Europa" pode ter criado um sexto mandato, mas o equilíbrio de poder afastou-se dele de uma forma que poucos pensariam ser possível (O'Doherty, 2020)

Numerosos relatórios sobre os direitos humanos indicam que a repressão assumiu enormes proporções na Bielorrússia (Human Rights Watch, 1997; Viasna, Human Rights Center, 2002, pp. 143-52). Acreditava-se que cada organização desafiadora estava infiltrada com agentes do governo. Agentes do KGB assediaram sistematicamente jovens ativistas para se infiltrarem em movimentos de juventude em oposição ao regime. Num dos casos mais divulgados, Andrei Zaitsau, membro de Zubr, de 24 anos, alegadamente suicidou-se depois de se recusar a cooperar com o KGB da Bielorrússia. Outra forma generalizada de vigilância estatal foi a escuta telefónica, violando claramente o direito à privacidade. Aproveitando o uso omnipresente da repressão secreta, a Malady Front organizou a Marcha dos Espiões no dia profissional dos

especialistas em rádio, TV e comunicação em 2001. Usando óculos pretos e casacos longos, 50 jovens ativistas marcharam para a sede da empresa estatal de telecomunicações acompanhada por música do filme de espionagem da era soviética *Semnadtsat mgnovenii vesny* (Seventeen Moments of Spring).

Um dos direitos fundamentais que não aparenta estar a ser respeitado no país é liberdade de escolher a sua religião.

Existe uma vasta onda de intolerância religiosa na Bielorrússia. Embora não exista religião imposta pelo estado, a concordata concede o estatuto privilegiado do BOC. Os protestantes, em particular, atraíram atenção negativa, presumivelmente pelas suas ligações percebidas com os Estados Unidos. Numerosos atos antissemitas e ataques a monumentos religiosos, edifícios e cemitérios ocorreram com pouca resposta perceptível por parte do Governo. As autoridades mantiveram muitas comunidades religiosas à espera durante vários anos por decisões sobre registo de propriedade ou restituição das mesmas.

Diversos relatos indicam que as autoridades bielorrussas também assediaram constantemente e multaram membros de certos grupos religiosos, especialmente aqueles que as mesmas pareciam considerar como portadores de influência cultural estrangeira ou que parecessem ter uma agenda política. Missionários estrangeiros, clero e trabalhadores humanitários afiliados a igrejas enfrentaram muitos obstáculos impostos pelo governo, incluindo deportação e recusa de vistos ou cancelamento dos mesmos sob pena de prisão.

Apesar de a Constituição do país prever a liberdade de religião, o Governo restringiu este direito na prática da mesma. Embora a Constituição tenha sido alterada pelo controverso referendo de 1996 e a mesma afirme a igualdade de religiões e denominações perante a lei, também contém linguagens restritivas que estipulam que a cooperação entre o Estado e as organizações religiosas. A OPRRNA regula e trata de todos os assuntos ligados à religião.

Apesar da garantia da liberdade religiosa pela lei, esta “liberdade” contém uma série de elementos restritivos que aumentam o controlo do Governo sobre as atividades dos grupos religiosos. A lei exige que todos os grupos religiosos recebam aprovação

governamental prévia para importar e distribuir literatura, impede os estrangeiros de liderar organizações religiosas, e nega às comunidades religiosas o direito de estabelecer escolas para formar o seu próprio clero.

A intolerância religiosa conduziu e continua a conduzir a algumas das violações mais degradantes dos direitos humanos. Estas violações agravam a desconfiança histórica e ameaçam gravemente a segurança regional e internacional.

Reconhecendo o efeito divisivo da intolerância religiosa, as Nações Unidas têm vindo a procurar proteger e promover as liberdades de pensamento, consciência, religião e crença. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseada na Religião ou Crença abordam as preocupações acima descritas. A Conferência Mundial dos Direitos do Homem apresentou-se como uma oportunidade única para verificarmos os nossos progressos e avaliarmos a eficácia dos instrumentos das Nações Unidas na questão dos direitos humanos para garantir a liberdade de pensamento, consciência, religião e crença em todo o mundo.

É de realçar que em 1993 realizou-se a Conferência Mundial dos Direitos do Homem. Este ano assinalou-se não só o 25º aniversário da Conferência dos Direitos Humanos de 1968, que ocorreu no Teerão, mas também o centenário do Parlamento Mundial das Religiões, que se realizou em Chicago em 1893 e marcou o início de uma era de maior cooperação entre os líderes religiosos. Vale também a pena notar que as organizações não governamentais religiosas estão a trabalhar com o Conselho Económico e Social das Nações Unidas para se prepararem para a celebração, em 1995, do Ano Internacional da Tolerância.

Os princípios subjacentes a qualquer solução para a intolerância religiosa podem ser encontrados nos ensinamentos de todas as religiões e em todas as tradições espirituais do mundo. Estamos, portanto, convencidos de que as comunidades religiosas têm uma responsabilidade especial, por causa dos seus próprios ensinamentos, de trabalhar no sentido de dissolver divisões, acabar com os conflitos e estabelecer a segurança, para que o medo possa ser gradualmente substituído pela confiança.

À falta deste tipo de liberdade para exercer os seus propósitos, as instituições religiosas encontram-se impedidas de atuar em conformidade com os seus objetivos.

Embora a Bielorrússia não tenha conseguido atrair qualquer atenção ocidental significativa no passado para as suas violações dos direitos humanos e para a completa falta de democracia, o regime bielorrusso liderado por Alexander Lukashenko, comprometeu-se a sufocar e a destruir sistematicamente todos os elementos da sociedade civil, especialmente uma justiça independente, organizações não governamentais (ONG) e meios de comunicação independentes.

As ONG do país tornaram-se menos eficazes durante as eleições e protestos pois começaram a ser consideradas um alvo. Tornou-se cada vez mais difícil de registar uma ONG na Bielorrússia e apesar de existirem cerca de 2.500 organizações no país, muitas delas acabaram por sofrer algum tipo de sabotagem. No ano de 2005 cerca de 68 ONG foram “apagadas” dos registos nacionais e apenas foram registados cerca de 61 novos pedidos de registo dos 1.284 efetuados. Foi também em 2005 que o código penal sofreu uma alteração que aumentava a pena de prisão por participação em uma organização não registada em mais 2 anos (OSCE, 2006). O Comité Bielorrusso de Helsínquia, fundado em 1995, sofreu em 2005 pesadas coimas por não pagar impostos sobre uma subvenção da UE, que segundo a legislação em vigor, deveria ser isenta de impostos.

Após a eleição em maio de 2006, o Ministério da Justiça pediu ao Supremo Tribunal que ordenasse ao Comité Bielorrusso de Helsínquia que suspendesse as suas atividades. Então, em dezembro de 2006, a polícia apreendeu o equipamento de escritório da organização, tornando praticamente impossível que funcionasse (*Human Rights Watch*, 2006). O efeito global da repressão de políticos individuais, dos partidários da oposição e das ONG que trabalhavam no sentido de existir um Estado mais transparente e democrático foi impedido qualquer efeito que pudessem ter tido durante a votação e a sua autoridade foi completamente neutralizada. Esta repressão não ocorreu na Ucrânia ou na Geórgia com a mesma gravidade que ocorreu na Bielorrússia.

Em 1998, a legislação que punia qualquer ofensa e discórdia ao regime foi aprovada tornando qualquer ofensa contra o presidente punível com pena até cinco anos de

prisão²⁰. Esta lei foi invocada em numerosas ocasiões na prisão de críticos. Embora Lukashenko e outros funcionários bielorrussos tenham sido impedidos de viajar para a Europa e para os EUA, isso tem tido pouco efeito na redução da repressão política do país.

Os perigos de entrar em oposição com o regime foram ilustrados mais concretamente pelos desaparecimentos de Viktor Hanchar, Yuri Zakharenka, Anatol Krasovskiy e Dzmitry Zavadskii. Provas credíveis surgiram sob a forma de testemunho de um antigo agente de segurança bielorrusso que Hancharyk, Zakharenka e Krasovskiy tinham sido executados por um *“esquadrão especial da morte”*. As provas do julgamento que condenaram dois agentes de segurança do rapto de Zavadskii apontaram o mesmo destino para o jornalista, embora as autoridades bielorrussas não tenham investigado mais o caso. Outros podem não ter sido removidos tão profundamente, mas a lista de presos políticos incluía muitos que ousaram desafiar Lukashenko. Mikalai Statkievich, ex-líder do partido da oposição Hramada e candidato à presidência de 2001, foi preso em outubro de 2004 e condenado a três anos de trabalhos forçados pelo seu papel na organização de protestos durante o referendo e as eleições. O seu mandato começou no verão de 2005.

No rescaldo dos movimentos sociais e tentativas de revolução anteriormente mencionadas, tornou-se bastante evidente de que a oposição bielorrussa não tinha mantido as suas esperanças de sucesso muito elevadas. Por todas as similaridades que as eleições da Bielorrússia partilharam com as “revoluções de cor” bem-sucedidas, houve algumas diferenças fundamentais que condenaram a revolução bielorrussa. Embora as da Bielorrússia se apresentassem mais numerosas, para a simplicidade podem ser colocadas em cinco categorias gerais conforme referimos anteriormente. Em primeiro lugar, o nível de repressão política na Bielorrússia encontrava-se num nível muito elevado. Em segundo lugar, os meios de comunicação independentes estavam muito obstruídos na Bielorrússia. Em terceiro lugar, a própria oposição não foi muito coesa, apesar da sua tentativa de se unir atrás de um único candidato. Em quarto lugar,

²⁰ <https://jus.com.br/artigos/97905/constituicao-de-belarus-de-1994-revisada-em-2004>

houve um apoio material limitado à oposição. Quinto, Lukashenko goza de apoio no país seja ele voluntário ou forçado, tornando a sua vitória inevitável desde o início.

5.1. A (in)operância das Organizações Internacionais

Reconhecendo a deterioração da situação na Bielorrússia na altura, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) solicitou ao Governo bielorrusso que permitisse a abertura de um gabinete do Grupo Consultivo e de acompanhamento (AMG) da OSCE em Minsk, com o intuito de "ajudar as autoridades bielorrussas e a sociedade civil no desenvolvimento de instituições democráticas de norma europeia e monitorizar o cumprimento da Bielorrússia com os compromissos da OSCE". Após negociações prolongadas, o escritório da AMG foi finalmente autorizado a abrir em agosto de 1998. Embora a missão pudesse ter sido um mediador eficaz entre a Administração Presidencial e as estruturas da sociedade civil (e teoricamente ainda poderia ser uma), as suas mãos foram atadas pelo desrespeito do regime por qualquer diálogo significativo. Isto tornou-se evidente já no início de um ano e meio após a abertura da AMG quando, após todos os enormes esforços da OSCE para reunir o regime, os grupos da oposição e as ONG para resolver a crise política e constitucional em curso, Lukashenko retirou-se do processo e abriu um diálogo político fraudulento com ONG pró-regime cuidadosamente selecionadas. O regime criou ONG fantoches não só para fingir que dialogam com elas, mas para desestabilizar ONG legítimas e independentes. Pawel Kazanecki, coordenador do Programa Bielorrusso do Instituto para a Democracia na Europa oriental, descreveu a tática, que ainda hoje é utilizada.

No seguimento das eleições presidenciais do ano passado na Bielorrússia, amplamente contestadas, as autoridades do país iniciaram uma campanha de repressão brutal contra a dissidência, cometendo múltiplas violações de direitos humanos e crimes ao abrigo do Direito Internacional contra a população bielorrussa, referiu a Amnistia Internacional, no aniversário do primeiro ano após as eleições.

Estas violações incluem o uso ilegal da força, detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos e raptos forçados, e perseguições por motivos políticos sob acusações falsas. Dezenas de ONG de direitos humanos, e outras organizações da

sociedade civil, foram arbitrariamente encerradas e, muitos dos seus funcionários, acabaram detidos como suspeitos em casos criminais forjados ou forçados ao exílio para que pudessem sobreviver.

O Conselho Europeu mandatou a Alta Representante da União Europeia (UE) para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, e Vice-Presidente da Comissão, para dar “continuidade ao processo de reflexão estratégica” que visava a preparação de “uma estratégia global da União Europeia no domínio da política externa e de segurança, em estreita colaboração com os Estados-Membros. A necessidade de formulação deste novo documento estratégico justifica-se, desde logo, por mudanças significativas no contexto internacional. Estas alterações impõem à União Europeia – caso esta pretenda assumir responsabilidades como produtor credível de segurança e estabilidade, ao nível internacional – a definição de uma visão comum sobre o que pretende alcançar e como o concretizar (Viana, 2016).

Em termos de mudanças no contexto estratégico, entra em vigor, uma nova versão do Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), cujas determinações implicam importantes alterações em matéria de Ação Externa, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e, em particular, Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Estas mudanças procuravam potenciar uma maior coerência e eficácia nos diferentes instrumentos de política e ação externa da UE e, em especial, e promover uma política de segurança e defesa europeia. O processo de formulação de uma Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança abre, uma vez mais, o debate – e a oportunidade – sobre a edificação de uma política comum de defesa europeia (Viana, 2016).

ONG e instituições internacionais de ajuda humanitária tais como a Amnistia Internacional apelam às autoridades bielorrussas e ao governo que libertem imediatamente e incondicionalmente Maryia Kalesnikava, por exemplo, e centenas de outros indivíduos detidos como suspeitos de crimes ou presos unicamente por exercerem os seus direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade de reunião e expressão pacíficas e para que cooperem plenamente com parceiros e organizações internacionais, incluindo, em particular, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem, o Relator Especial da UNHRC sobre a Situação dos Direitos Humanos +na Bielorrússia e o Relator do Mecanismo da OSCE Moscovo para os Direitos Humanos.

Na sequência do uso da força pela polícia, pelo menos três manifestantes pacíficos morreram e dezenas de milhares foram sujeitos a detenções e prisões arbitrárias. Centenas de pessoas queixaram-se ainda de situações de tortura. Estas violações de direitos humanos não foram investigadas, e os suspeitos permanecem impunes, informa-nos Amnistia Internacional num artigo publicado no seu website a 09 de agosto de 2021.

5.1.1. A posição da União Europeia face aos acontecimentos recentes

A Bielorrússia está politicamente isolada, numa medida comparável a apenas um pequeno leque de países do mundo e é um dos países mais militarizados da Europa, com relações antagónicas com os Estados Unidos, a NATO e a União Europeia.

Apesar da reputação que ganhou no Ocidente durante os últimos anos, Lukashenko demonstrou a sua indiferença à sua reputação na comunidade internacional quando internamente as forças policiais sob o seu comando reprimiram brutalmente uma manifestação pacífica em 25 de março de 2000, no centro de Minsk. Mais de 300 pessoas foram detidas, incluindo três funcionários parlamentares polacos, trinta jornalistas locais e estrangeiros e um diplomata norte-americano que trabalhava para a Organização para a Segurança e Cooperação no Grupo Consultivo e de acompanhamento da Europa. O Ministério dos Negócios Estrangeiros polaco emitiu um protesto feroz ao governo da Bielorrússia, e imagens da imprensa polaca e europeia mostraram que os manifestantes, incluindo mulheres, foram espancados e tidos como prisioneiros.

Apesar da anterior negligência por parte das entidades internacionais competentes face à situação de calamidade que a Bielorrússia atravessa desde 1994, os mais recentes desenvolvimentos no país em termos de violação dos direitos humanos e repressão dos meios de comunicação, bem como o infringir de leis para proveito próprio suscitou a atenção da União Europeia que começou a impor medidas restritivas e sanções de cariz económico ao país de forma a pressionar o governo a cessar estas atitudes violentas e ilegais contra o povo bielorrusso.

No entanto, para perceber como estas sanções são aplicadas, é necessário que consigamos, primeiramente, entender como a União Europeia funciona em termos de política externa e de vizinhança.

A política de vizinhança da União Europeia

A União Europeia foi confrontada com o alargamento para o Leste e a necessidade de responder aos problemas de segurança nas fronteiras existentes e recentemente criadas que o mesmo trouxe. Nesta nova situação, países sem qualquer perspectiva de adesão à União Europeia passam a fazer parte da vizinhança e a Comissão previu que este tipo de nova vizinhança europeia poderia criar tensões interiores e exteriores comprometendo a cooperação entre todos. De forma a dar resposta a este tipo de animosidades, a comunicação da Comissão Europeia intitulada de Wider Europe – Neighbourhood: A Framework for relations with the Eastern and Southern Neighbours, lançada em 2003, sob a bênção do Conselho Europeu, criou a PEV ou Política Europeia de Vizinhança.

A PEV traz-nos uma alternativa política ao Alargamento, mantendo os mesmos ideais de abordagem e mecanismos que englobam as relações da União Europeia com os seus vizinhos não-membros; tornando-se assim a política instrumental mais privilegiada das relações da União Europeia com outros países nas suas fronteiras, durante uma época em que a política de Alargamento é retirada da ação. Tem por objetivo principal garantir a segurança na vizinhança europeia através do estabelecimento de relações com privilégios para os países que as estabelecem. Esta rede de relações assegura, de certa forma, a existência de uma zona comum de estabilidade política e económica e uma semelhança com o plano político-económico da Europa, uma vez que os países que partilham as fronteiras com a União Europeia são induzidos a adotar os princípios da mesma, são eles: a democracia, primado do Direito, o respeito pelos Direitos Humanos, a manutenção da paz e da liberdade.

Esta política pode ser vista como uma que visa dar resposta às ameaças nas fronteiras europeias, desta forma garantido a segurança do centro e reforçando o prestígio externo da União Europeia e o seu reconhecimento como agente internacional, através de uma abordagem securitária. Esta medida é reforçada pela Estratégia Europeia de Segurança ao colocar as relações da EU com os seus vizinhos nos termos seguintes: “É

do interesse da Europa que os países situados junto às suas fronteiras sejam bem governados. Para a Europa, constitui um problema ter na sua vizinhança países envolvidos em conflitos violentos, Estados enfraquecidos em que floresce a criminalidade organizada [...]. Compete-nos promover um conjunto de países bem governados, a leste da União Europeia e na orla do Mediterrâneo, com os quais possamos estabelecer estreitas relações de cooperação. [...] É necessário tornarmos extensivos aos nossos vizinhos a Leste os benefícios da cooperação económica e política, enfrentando ao mesmo tempo os problemas políticos que os afetam” (Reunião do Conselho Europeu, 2003, disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/20826/79658.pdf>).

A política externa da União Europeia pós-URSS

De forma a ser possível compreendermos algumas das oscilações mais específicas das relações da União Europeia com os seus vizinhos da zona leste é necessário entendermos que a segurança europeia é umas das questões mais fundamentais. Na verdade, os processos de construção regional e expansão das instituições transatlânticas no período após a Guerra Fria deram asas aos diferentes entendimentos de segurança na UE e dos países orientais acerca da sua vizinhança em comum. A Rússia considera que a expansão da União Europeia e o consequente Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) são hostis e critica que o mesmo deveria ser retirado do sistema pan-Europeu de segurança pois acreditam que “sem a Rússia não há segurança europeia”. No entanto, alguns dos países vizinhos a lógica diverge noutra direção: acreditam que sem a OTAN e sem a possibilidade de integração europeia a segurança nacional dos mesmos fica comprometida e aí sim, não existe segurança europeia.

Com o final da Guerra Fria surgiram novos desafios na área da segurança que acabaram por confrontar a comunidade europeia com vizinhos com uma natureza instável com possibilidades de ameaçar a paz e estabilidade dos estados-membros após o colapso do gigante soviético.

Este período levou a União Europeia a “dotar-se de uma dimensão de política externa que, desde o início, assentaria na crença de que a democracia e a integração económica tornam a guerra obsoleta” (Dias, 2014). Após isto, a União Europeia tomou a decisão de

iniciar um processo de transformação dos estados com quem tinha relações para democracias dotadas de estabilidade de forma que fosse possível garantir a segurança europeia e expandir o seu modelo.

Podemos associar a política externa europeia e as suas práticas de origem imperial a uma extensão dos objetivos que serviram à construção do objeto europeu como um todo.

“A política de Alargamento agrega esta lógica, numa estratégia que usa a promessa da adesão para promover uma série de reformas políticas e a adoção do modelo neoliberal. Deste modo, o projeto europeu difunde uma certa cultura política, que pode ser equiparada à missão civilizadora dos grandes impérios e que justifica a dominação da periferia, frequentemente, em prol de um mundo mais seguro” (GRAVIER, 2009, p. 627). Isto pode ser comprovado quando analisamos os “Critérios de Copenhaga” que têm obrigatoriamente de ser cumpridos aquando da candidatura de um estado a estado-membro da UE.

Resumindo, o que se obtém é um alargamento da geopolítica europeia através do exportar de um modelo civilizacional que é desatende as especificações e conhecimentos diferenciais dos seus países vizinhos. No entanto, estas práticas só poderão ter sucesso dependendo da quantidade de atração económica e política da União Europeia, numa determinada civilização. Ou seja, reafirma-se uma constituição mútua da realização de que as práticas e regulamentos da UE só funcionam se reconhecidos como sendo imposições benéficas e legítimas por países não-membros. Em consequência, a política externa da União Europeia tem tendência a suceder em zonas que partilhem os objetivos europeus, ou que, neste caso, acreditam na vantagem de estreitar relações com a EU, e tendência a falhar em zonas que não reconheçam as suas normas como válidas ou vantajosas e, desta forma, enfraquecendo o exercício do seu poder (Chandler, 2010, pp.69-85).

Para o autor David Chandler (2010), a interferência europeia nas suas fronteiras provém da tentativa de um poder de origem neocolonial e de impor a sua vontade, enquanto simultaneamente não aceita qualquer responsabilidade que advém desse tipo de poder. Contrariamente a esta teoria, Ulrick Beck e Edgar Grande (2007) têm a sua própria

interpretação de que o atuar externo da União europeia funciona como uma espécie de cosmopolitismo deformado, usurpado pelos interesses próprios dos Estados-membros por uma abordagem algo tecnocrática das instituições da comunidade.

Desta forma, a política externa da UE baseia-se num conjunto de exercícios que pretendem normalizar as suas fronteiras de forma a manter a segurança do centro. Como podemos verificar, estes exercícios estão presentes na operacionalização da Política Europeia de Vizinhança que, conforme dito acima, é um dos instrumentos mais privilegiados de relacionamento com os países vizinhos desde 2004 (Dias, 2014).

Partindo da análise da política externa da União Europeia no pós-URSS, conseguimos verificar que a mesma assume alguns aspetos imperiais que levam a UE a uma projeção superior face aos restantes. Sob a intenção do auxílio económico ou de perspectivas de adesão, a União Europeia expande os seus valores e o seu poder no plano internacional, incentivando os seus pares a instaurarem reformas que vão de encontro ao seu modelo económico-político.

As políticas acima mencionadas aparecem evidenciadas na política de Alargamento já anteriormente mencionada, levando a uma estabilização e normalização da incorporação dos modelos de política, economia e legislação europeus de forma a garantir a paz e a estabilidade nas suas periferias e no seu seio (Dias, 2014).

A resposta da União Europeia às adversidades na Bielorrússia

Face aos acontecimentos recentes em território bielorrusso a União Europeia levou a cabo algumas medidas, tendo em consideração a PEV e a sua política externa no sentido da sua estratégia de Alargamento.

Segundo a página oficial do Conselho da União Europeia, a instituição tem vindo, desde outubro de 2020 a instaurar fortes medidas restritivas contra o Governo da Bielorrússia. “As medidas foram adotadas em resposta à natureza fraudulenta das eleições presidenciais de agosto de 2020 na Bielorrússia e à intimidação e repressão violenta de manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. A UE não reconhece os

resultados das eleições bielorrussas, pois não considera que tenham sido livres nem justas” (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/belarus/>).

Antes das sanções aplicadas no passado ano, algumas restrições já tinham sido aplicadas ao país.

Em 2004 foram adotadas pela primeira vez medidas restritivas contra a Bielorrússia, em resposta ao desaparecimento de quatro pessoas. O Conselho adotou posteriormente novas medidas restritivas contra as pessoas implicadas na violação das normas eleitorais internacionais e do direito internacional dos direitos humanos, bem como na repressão da sociedade civil e da oposição democrática. O embargo ao armamento foi introduzido em 2011.

Essas medidas passam por um embargo ao armamento, uma proibição de exportação de bens suscetíveis de utilização para fins de coibição interna, um congelamento de bens e uma proibição de viajar aplicáveis a quatro pessoas incluídas na lista relacionadas com os casos de desaparecimento não elucidados de dois opositores políticos, um empresário e um jornalista, em 1999 e em 2000.

Em 15 de fevereiro de 2016, o Conselho decidiu levantar as medidas restritivas contra 170 pessoas e três empresas, mantendo o embargo ao armamento e as sanções contra as quatro pessoas em questão. Esta decisão foi tomada apesar de se reconhecerem as medidas adotadas pela Bielorrússia, que contribuíram para melhorar as relações UE-Bielorrússia.

As pessoas designadas foram identificadas como responsáveis por atos de opressão e ameaça contramanifestantes pacíficos, opositores e membros dos meios de comunicação social na sequência das eleições presidenciais de 2020 na Bielorrússia, assim como por má condução do processo eleitoral.

Em 21 de junho, o Conselho decidiu impor medidas restritivas contra 78 pessoas e oito entidades bielorrussas. Esta decisão foi tomada tendo em conta a escalada das graves violações dos direitos humanos na Bielorrússia e a violenta repressão da sociedade civil, da oposição democrática e dos jornalistas. Além disso, sete pessoas e uma entidade sujeitas a esta nova série de medidas restritivas foram

designadas devido à aterragem forçada e ilegal de um voo da Ryanair em Minsk, na Bielorrússia, em 23 de maio de 2021.

O Conselho decidiu em 4 de junho reforçar as medidas restritivas em vigor tendo em conta a situação na Bielorrússia, impondo uma proibição de sobrevoar o espaço aéreo e os acessos aos aeroportos da União europeia por transportadoras aéreas da Bielorrússia variados.

A República da Macedónia do Norte, o Montenegro, a Sérvia e a Albânia, países candidatos, e os países do Espaço Económico Europeu (EEE) associam-se a esta decisão do Conselho.

Em 24 de maio de 2021, o Conselho Europeu condenou veementemente a aterragem forçada, que pôs em perigo a segurança aérea, de um voo da empresa Ryanair em Minsk, capital da Bielorrússia, e a prisão do jornalista Raman Pratasevich e de Sofia Sapega pelas autoridades bielorrussas de forma ilegal.

O Conselho Europeu:

- Tentou impor a exigência de que Raman Pratasevich e de Sofia Sapega fossem libertados de imediato
- apelou à Organização da Aviação Civil Internacional para que investigue este incidente
- convidou o Conselho a adotar o mais rapidamente possível sanções pertinentes aplicáveis a pessoas e entidades
- exortou o Conselho a adotar novas sanções económicas direcionadas e convidou o alto representante e a Comissão a apresentarem propostas sem demora
- apelou a todas as transportadoras aéreas estabelecidas na UE para que evitem sobrevoar a Bielorrússia
- exortou o Conselho a adotar medidas para proibir o sobrevoos do espaço aéreo da UE pelas companhias aéreas bielorrussas e impedir o acesso dos voos operados por essas companhias aos aeroportos da UE

- manifestou a sua solidariedade para com a Letónia após a expulsão injustificada dos diplomatas letões.

As medidas restritivas incluem a o congelamento de contas e bens pessoais e a proibição de embarcar em voos.

O objetivo destas sanções é pressionar os dirigentes políticos bielorrussos a impedirem novos atos de violência e repressão, libertarem todos os presos políticos e outras pessoas injustamente detidas e a iniciarem um diálogo nacional genuíno e inclusivo com a sociedade em geral.

A UE está determinada a apoiar uma transição democrática pacífica através de uma série de instrumentos, incluindo um plano global de apoio económico a uma Bielorrússia democrática, mostrando isto que, atualmente a Bielorrússia não se encontra numa situação democrática. A UE está igualmente disposta a adotar novas sanções, nomeadamente contra outros agentes económicos, caso a situação na Bielorrússia não melhore.

Na sequência das convulsões políticas na Bielorrússia e das medidas restritivas adotadas pela UE, a Bielorrússia iniciou, no mês de junho do ano de 2021, a organização de voos e viagens de cariz interno de modo a facilitar o trânsito de migrantes para a União Europeia, seguindo primeiro para a Lituânia e posteriormente para a Letónia e a Polónia. A grande maioria dos migrantes eram nacionais iraquianos, afegãos e sírios.

O número de chegadas de migrantes irregulares à Lituânia em 2021 é mais de cinquenta vezes superior ao verificado em 2020. Também a Polónia e a Letónia registaram um aumento significativo das passagens irregulares das fronteiras a partir da Bielorrússia. Os esforços concertados da UE levaram à diminuição drástica do número de chegadas diárias de migrantes irregulares. No entanto, a pressão migratória nas fronteiras continua a ser elevada.

Em 25 de junho de 2021, os dirigentes da UE condenaram todas as tentativas, por parte de países que não o de origem, de instrumentalizar a população migrante para fins políticos.

Em 18 de agosto de 2021, a Presidência eslovena organizou uma reunião extraordinária por videoconferência dos ministros dos Assuntos Internos, no âmbito do mecanismo do Conselho de resposta a situações de crise (IPCR). Na reunião, os ministros condenaram intensamente o evento de o Governo da Bielorrússia se estar a aproveitar da pressão migratória, contribuir para a organização de passagens ilegais das fronteiras para a UE e tentar instrumentalizar seres humanos para fins políticos.

Os ministros manifestaram a sua solidariedade para com os Estados-Membros afetados e o seu apoio à prestação de assistência adicional nesta secção da fronteira externa da UE. As agências da UE não demoraram a prestar apoio concreto: a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex), o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) e a Europol destacaram um grande número de agentes e peritos e forneceram equipamento técnico. Além disso, foi ativado o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, mobilizando assim um apoio substancial por parte dos Estados-Membros e de outros Estados participantes.

Estão também em curso esforços conjuntos com os principais países de origem e de trânsito. Tais esforços conduziram, até à data, à decisão do Iraque de suspender temporariamente os voos para Minsk e facilitar os regressos voluntários a partir da Lituânia.

Em 9 de novembro de 2021, o Conselho adotou uma decisão que suspende parcialmente o Acordo UE-Bielorrússia sobre a simplificação da projeção de vistos para funcionários com ligações ao regime bielorrusso.

No Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro de 2021, os dirigentes da UE afirmaram que a UE prosseguirá o combate aos ataques híbridos em curso lançados pelo regime bielorrusso, inclusive adotando novas medidas restritivas contra pessoas e entidades jurídicas (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/belarus/>).

Conclusão

Em condições de crise da economia bielorrussa, as consequências negativas de alguns velhos problemas e disparidades regionais são complementadas e agravadas pela emergência de novos, como o crescimento das disparidades regionais no que respeita ao nível do rendimento da população, ao desemprego e ao desenvolvimento do sector privado e das infraestruturas de mercado.

Uma evolução positiva que saiu da campanha eleitoral presidencial foi que uma oposição conseguiu colidir em torno de um candidato e unir-se, de certa forma, no seu desejo de ver Lukashenko ser eliminado. Organizações políticas juvenis como a Malady Front e o já referido Zubr atraíram e mobilizaram uma parte significativa dos jovens, especialmente na capital. Isto, por sua vez, levou muitos cidadãos bielorrussos, especialmente jovens estudantes, a procurarem envolver-se na tentativa de construir estruturas da sociedade civil, por exemplo, ao criar organizações cívicas populares ou ao organizar grupos de protesto em várias questões, como o meio ambiente. Um pequeno número de ONG verdadeiramente independentes, não reconhecidas e não registadas pelo governo, também se levantaram para expressar apoio político à oposição e reunir-se em torno de uma causa específica. Estas novas e frágeis ONG são um desenvolvimento promissor, mas só a pessoa mais otimista os apontaria como prova de que a Bielorrússia tem uma sociedade civil funcional. Com efeito, a maioria das ONG que surgiram durante a campanha presidencial dissolveram-se ou simplesmente recuaram, na esperança de melhores condições para operar no futuro.

Isto não deve diminuir a sua importância potencial nem afastar o facto de representarem um passo muito positivo para o futuro da Bielorrússia, uma vez que a maioria dos ativistas das ONG e dos grupos políticos são relativamente jovens. Se o regime cair ou ser eliminado, ou se a Bielorrússia sofrer outras mudanças democráticas, estas ONG e organizações políticas poderão ter um papel muito importante a desempenhar no desenvolvimento da sociedade civil na Bielorrússia. Há alguma esperança de que a sociedade civil possa emergir na Bielorrússia após o fim do atual regime.

No entanto, Lukashenko apresenta já um longo percurso no seu cargo presidencial (e um passado histórico de conceder-se extensões). Isso, e o apoio político morno da Rússia e o fornecimento de energia fortemente subsidiado para impedir o colapso total da economia bielorrussa, fazem com que pareça improvável que uma grande mudança na liderança política aconteça em breve. Uma sociedade civil funcional não existirá na Bielorrússia enquanto o regime de Lukashenko estiver no poder.

Muitos dos autores que escreveram sobre a economia da Bielorrússia começam os seus textos da mesma forma: sem reformas estruturais, o seu modelo económico entrará em colapso dentro de alguns anos. No entanto, até agora, a economia bielorrussa resistiu e recuperou de grandes turbulências, principalmente graças aos subsídios russos e ao apoio ao crédito. Quando as relações políticas com a Rússia não estavam na melhor fase, as autoridades bielorrussas conseguiram obter o apoio dos países ocidentais (por exemplo, um empréstimo do FMI em 2009) e da China. A situação favorável dos mercados dos combustíveis e dos fertilizantes também estava a funcionar para a Bielorrússia. No entanto, a situação atual difere significativamente. Como resultado das eleições presidenciais do ano passado, que se seguiram a uma onda de protestos que levou Alexander Lukashenko a culpar os países ocidentais, rompendo de facto as relações políticas com eles, a Rússia tornou-se o único parceiro político, económico e militar da Bielorrússia. Sem dúvida, nada disto beneficia a economia bielorrussa.

Quase vinte anos após o início da transição, constatamos que surgiram diferenças notáveis, mesmo entre os países pós-soviéticos vizinhos, na forma como novas ideias sobre o género estão a ser incorporadas na sociedade civil e nas instituições políticas dos países pós-socialistas. Os entendimentos sobre o género institucionalizados no sistema de justiça legal e penal permanecem substancialmente os mesmos que na era soviética. Mas, ao contrário da era soviética, as mulheres sofrem nas mãos de uma cultura cada vez mais patriarcal que vê a maternidade como o seu papel primordial. Os defensores não governamentais de novas questões relacionadas com os direitos das mulheres existem, mas não desempenham qualquer papel na determinação da política. As mulheres são desencorajadas a tornarem-se ativas na vida pública. Tal como na era soviética, o governo deste país assina tratados internacionais, mas pouco faz para os implementar. Na verdade, apoia formas virtuais de ativismo levadas a cabo por

organizações "cívicas" pró-presidenciais que servem de porta-voz, e assedia grupos cívicos e organizações internacionais que monitorizam e avaliam a forma como as autoridades estatais lidam não só com os direitos das mulheres, mas também, de um modo mais geral, com os direitos humanos e as liberdades civis.

Apesar de a situação social e económica da Bielorrússia se ter vindo a degradar há já vários anos, apenas recentemente é que as instituições internacionais começaram a tomar medidas para impedimento deste tipo de situações.

Um ano depois das eleições presidenciais na Bielorrússia, mais de 30.000 pessoas foram detidas em violação do seu direito à liberdade de reunião pacífica. As alegações de tortura e outros maus-tratos na detenção são generalizadas. Centenas de ativistas da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, participantes de protesto e até espectadores enfrentaram uma acusação infundada e estão na prisão ou em prisão domiciliária. Além disso, em julho, o governo intensificou um ataque já implacável à sociedade civil, fechando arbitrariamente cerca de 50 organizações da sociedade civil quase de um dia para o outro.

A natureza das graves violações dos direitos humanos cometidas na Bielorrússia durante um período prolongado, especialmente o uso generalizado e sistemático de prisão e detenção arbitrárias para suprimir os protestos, e o uso de tortura sistemática e outros maus tratos contra os detidos considerados ligados à oposição – levanta a conclusão razoável de que estas violações são cometidas como parte de um ataque dirigido contra a população civil e, portanto, podem equivaler a crimes contra a população civil e, portanto, podem ser crimes contra a população civil e a humanidade. No entanto, face a violações tão generalizadas dos direitos humanos, as pessoas na Bielorrússia perceberam que nunca antes o valor dos seus direitos era violado, e demonstraram uma enorme coragem e solidariedade na sua defesa.

Durante anos, estas violações ocorreram dentro do país, aparentemente abafadas aos olhos das organizações internacionais que, apesar das tentativas que tiveram de sanções e algumas intervenções menores, nunca tiveram uma atitude que impedisse estas situações.

Foi apenas quando se soube do desvio de um voo da Ryanair que deu origem a uma aterragem forçada em Minsk, em 23 de maio de 2021, e à detenção conexa do jornalista Raman Pratasevich e de Sofia Sapega, numa atitude inadmissível. O avião, propriedade de uma empresa da União Europeia, efetuava um voo entre duas capitais da UE e transportava mais de 100 passageiros quando foi forçado a aterrar por um avião militar bielorrusso.

Raman Pratasevich, jornalista independente da Bielorrússia, foi retido pelas autoridades bielorrussas e impedido de embarcar no avião no aeroporto de Minsk em direção ao destino inicialmente previsto. Esta é mais uma tentativa flagrante das autoridades bielorrussas de silenciar todas as vozes da oposição. A UE apelou à libertação imediata de Raman Pratasevich, mas sem sucesso.

Ao cometerem este ato de coação, as autoridades bielorrussas puseram em risco a segurança dos passageiros e da tripulação. O incidente tem de ser alvo de uma investigação internacional, a fim de apurar qualquer violação das regras da aviação internacional. Esta situação será abordada na próxima reunião do Conselho Europeu. A UE irá considerar as consequências desta ação, inclusive tomando medidas contra os responsáveis. O Conselho introduziu no dia 24 de junho de 2021 novas medidas restritivas contra o regime bielorrusso de forma a dar resposta à escalada das graves violações dos direitos humanos na Bielorrússia e à violenta repressão da sociedade civil, da oposição democrática e dos jornalistas.

As novas sanções económicas específicas incluem a proibição da venda, fornecimento, transferência ou exportação, por via direta ou indireta, a qualquer pessoa na Bielorrússia, de equipamento, tecnologia ou software destinados principalmente à vigilância ou interceção de comunicações telefónicas ou pela Internet, assim como de bens de dupla utilização ou de tecnologias para uso militar, e visam determinadas pessoas, entidades ou organismos na Bielorrússia. São impostas restrições comerciais relativas aos produtos petrolíferos, ao cloreto de potássio ("potassa") e às mercadorias utilizadas para a produção ou fabrico de produtos do tabaco. Além disso, é limitado o acesso aos mercados de capitais da UE e é proibida a prestação de serviços de seguro e resseguro ao governo bielorrusso e aos organismos e agências públicos bielorrussos.

Por último, o Banco Europeu de Investimento cessará qualquer desembolso ou pagamento ao abrigo de quaisquer acordos relativos a projetos no setor público e de quaisquer contratos de serviços de assistência técnica existentes. Os Estados-Membros deverão também ser obrigados a tomar medidas para limitar a participação de bancos multilaterais de desenvolvimento dos quais sejam membros em atividade na Bielorrússia.

Para muitas pessoas, a natureza esmagadoramente pacífica dos protestos e a brutalidade demonstrada aos manifestantes foi um despertar. Fez-lhes perceber como as violações generalizadas e cruéis dos direitos humanos eram no país em que viviam. Um sindicalista que foi forçado a deixar a Bielorrússia devido à ameaça de um processo criminal infundado pelas suas atividades sindicais.

Acima de tudo, no último ano, o povo da Bielorrússia demonstrou a sua coragem perante o medo e a brutalidade desencadeadas pelas autoridades contramanifestantes pacíficos e dissidentes. Colocaram em jogo os seus meios de subsistência e até a sua liberdade para lutar pelos seus direitos humanos. Yury Korzun, um mineiro da mina de potassa estatal da Bielorrússia, ancorou-se a um equipamento a 300 metros de profundidade exigindo o fim das represálias contramanifestantes pacíficos e mineiros em greve. Muitos trabalhadores das fábricas estatais perceberam que os sindicatos estatais não estavam a lutar pelos seus direitos e juntaram-se a sindicatos independentes como o Sindicato Independente bielorrusso (BNP).

A comunidade internacional precisa de tomar medidas mais drásticas para a situação da Bielorrússia. Medidas como proceder a um exame exaustivo de todas as opções de prestação de contas disponíveis e potenciais, incluindo, se for esse o caso, através de jurisdições penais que aplicam a jurisdição universal, para julgar as alegações de utilização deliberada de força ilegal e por vezes letal, detenção e detenção arbitrária, tortura e outros maus-tratos por membros da aplicação da lei bielorrussa, e avaliar as opções de alargamento dessas jurisdições; Assista e apoie iniciativas de apoio aos sobreviventes da tortura e de outras violações dos direitos humanos da Bielorrússia e testemunhas-chave, incluindo concedendo-lhes proteção internacional, se necessário e facilitando a sua livre circulação.

Segundo a página online do Conselho Europeu, desde o décimo mês do ano de 2020, a União Europeia impôs de uma forma progressiva um apanhado de medidas que restringem a Bielorrússia em várias matérias. Estas medidas tornaram-se necessárias face aos acontecimentos recentes em termos de eleições fraudulentas em agosto do mesmo ano e à violenta e evidente opressão de manifestantes passivos, opositores e membros da comunicação social.

Demasiado tempo passou e a situação social na Bielorrússia arrastou-se e degradou-se, permitindo ao governo bielorrusso que continuasse a impor as suas ideologias e a abafar tudo e todos os que se possam mostrar uma ameaça ao regime.

Então o que permite a continuação da manutenção do regime ditatorial na Bielorrússia e a consequente violação dos direitos humanos no país.

Podemos afirmar que desde a queda da antiga União Soviética e a criação do país em 1991 foi possível verificar que os problemas iriam começar. Quando fez a sua campanha eleitoral, Lukashenko afirmou que queria combater divergência de género e que estavam a fazer todos os possíveis para que todos os cidadãos fossem livres ao aliarem-se com as instituições internacionais na luta contra o tráfico humano por exemplo.

Depressa foi possível verificar que, com a divulgação do “papel” da mulher na sociedade através da visão do governo bielorrusso retrocederam-se anos de emancipação feminina. Foi-lhes retirado o direito de escolha e de liberdade religiosa ou política. O momento em que os acordos com a comunidade internacional estavam estabelecidos, a Bielorrússia isolou-se da comunidade e deu-se início a um longo processo de retrocessos culturais e de desenvolvimento que afetaram as liberdades individuais e coletivas do povo bielorrusso.

As revoluções e manifestações contra o regime iniciaram-se, começaram a desaparecer jornalistas e outros oponentes. O povo pediu auxílio e os seus pedidos foram sendo, de certa forma, ignorados.

Ao deixar arrastar estes abusos de poder no país durante tanto tempo, permitiu que o regime ditatorial se enraizasse no país, acabando por criar uma barreira entre o mesmo e a comunidade internacional. O país e o seu povo ficaram isolados, com todas as

oportunidades de ajuda que existiam no mesmo a serem erradicadas de dentro para fora, dificultando a já tardia ajuda e intervenção externa no país.

Podemos esperar, numa das melhores hipóteses, que, tomando em consideração as oscilações que abalaram o regime de Aleksandr Lukashenko, podemos questionar se este tipo de ligações podem ter um efeito prolongado. Mesmo que os eu regime consiga ultrapassar a atual crise e se consiga manter no governo, a sua posição de poder estará extremamente danificada e fragilizada a partir de uma rejeição a nível interno do seu próprio povo e das manifestações que assolaram os seus mandatos. Se passarmos para um plano internacional e, na eventualidade de continuar o seu mandato nos mesmos termos autoritários, é uma possibilidade muito forte que os países ocidentais limitaram as possibilidades de cooperação com o país, que, apesar de tarde, já começaram a rejeitar avanços de cooperação do país, rotulando-o como uma “ditadura” e procurando não se envolver política e positivamente com o país.

De que forma se justifica o recrudescimento de movimentos sociais, especialmente dos movimentos femininos, por ideais democráticos e a inoperância da atuação da comunidade internacional?

Desde a ascensão de Lukashenko ao poder que o equilíbrio social do país se encontra virado do avesso. Diversas ilegalidades foram cometidas e o povo, no seu desespero, empenhou-se na sua libertação. Os movimentos que surgiram no país nasceram de um objetivo comum e afetaram a falsa segurança do governo do país.

A Bielorrússia tornou-se um estado independente com a queda da União Soviética e isso trouxe uma falsa sensação de esperança ao povo bielorrusso que acreditou, na primeira campanha para as únicas eleições livres no país, que o futuro trazia evolução, desenvolvimento e prosperidade quando, na realidade, trouxe uma enorme regressão ao país.

Lukashenko pretendia manter a sua posição no governo e as suas falhas em termos de sociedade civil começaram logo de imediato. A apresentação e eventual aprovação do referendo para alterar a constituição no país para que se pudesse manter no seu cargo por mais tempo do que aquele que estava definido deu início ao erguer da oposição. Aqueles que, na altura, ocupavam cargos no Parlamento e chumbaram a solicitação do

Presidentes acabaram por verem as suas carreiras destruídas com a dissolução do mesmo e foram perseguidos ou condenados a afastarem-se para sua própria segurança. Este tipo de repressão deu início aquilo que conhecemos hoje.

Mais tarde começaram a aparecer as censuras aos meios de comunicação e jornalistas, a repressão policial nas ruas e uso da força em manifestações pacíficas.

Todas estas questões levaram à ascensão e ao aumento de cada vez mais movimentos, mais vozes elevadas e mais exigências. O povo bielorrusso não se dá por vencido, no entanto, foi no início que precisaram de maior ajuda, quando todos estes tipos de opressão começaram a aparecer.

As organizações internacionais pareciam estar mais centradas em outros problemas que na altura pareciam mais importantes e mais mediáticos e acabaram por negligenciar as claras violações de direitos humanos que aconteciam em território bielorrusso, não sendo desta maneira possível prestar auxílio até que já fosse tarde demais.

De entre todos os pedidos de ajuda feitos através dos movimentos sociais no país um dos que se destacou mais foi o crescente aumento da imposição das mulheres para lutarem pelos seus direitos.

No início, quando a Bielorrússia se emancipou, difundiu-se a ideia de que as mulheres deveriam voltar à sua “verdadeira vocação” e ser um apoio para os seus filhos e maridos. Isto trouxe anos de evolução e de luta feminina para trás.

Inicialmente começaram por erguer as suas vozes contra a praxe abusiva dentro das forças armadas, mais tarde viram os seus direitos de expressão, de liberdade e mais recentemente de escolha, como podemos verificar pelos acontecimentos mais atuais no qual lhes é retirada a escolha de poderem escolher abortar. Apesar de contraditória, esta questão é só mais uma das atitudes opressoras que sobrecarregaram o povo bielorrusso e as suas mulheres que são constantemente assediadas e difamadas pelos altos cargos do governo, como verificado mais acima neste trabalho.

Todas estas premissas respondem à questão acima colocada, os sucessivos aumentos das técnicas de repressão levaram ao recrudescimento dos movimentos sociais, especialmente os femininos.

As organizações internacionais, apesar do seu atual empenho em sancionar a Bielorrússia pelas suas violações dos DFH, pecaram pelo tempo que demoraram a reagir às mesmas, permitindo um alastrar e um maior encobrimento da parte de Lukashenko e dos seus apoiantes, dando-lhes poder e estatuto suficiente para se pensarem intocáveis.

No entanto, as sanções recentemente aplicadas devido à ordem para desviar o avião comercial para prender um jornalista que se encontrava exilado do país para sua própria segurança, acabando por meter centenas de passageiros em perigo e violando uma série de leis internacionais e de extradição, parecem estar a surtir efeito pois estão a dificultar as transações comerciais do país e eventualmente o autoritário Presidente terá de ceder à pressão internacional.

Infelizmente, a atual situação na Europa pode vir a adiar esta cedência por parte do Governo bielorrusso. A Bielorrússia tem desempenhado um papel importante na guerra da Ucrânia com a Rússia, ao se mostrar como um ativo aliado de Moscovo, permitindo a passagem de tropas russas e a manutenção das mesmas no seu território que faz fronteira com a Ucrânia. Esta aliança evidencia a dependência que o país tem para com o gigante russo e ameaça os esforços da comunidade internacional para a restauração da paz.

Bibliografia

- Adam, Gabriel (2008). *As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos*. (Dissertação de Mestrado não editada), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre;
- Amnesty International. *Belarus: a year of brutal reprisals, fear and solidarity*.
Disponível em: <https://www.amnistia.pt/>
- Arendt, H. (1978). *O Sistema Totalitário*. 6ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote;
- Barbieri, Fábio (2011). *O desenvolvimento do Socialismo de Mercado*. (Dissertação de Mestrado não editada), Universidade de S. Paulo, São Paulo;
- Beacháin, Donnacha & Polese, Abel (2009). *Colour revolutions*. In Ness, I. International Encyclopedia of Revolution and Protest (Vol. I, pp. 810-818), Wiley-Blackwell: Hoboken, New Jersey;
- Beacháin, Donnacha & Polese, Abel (2010). *The Colour Revolutions in the former soviet republics: successes and failures*. Routledge: Abingdon-on-Thames;
- Beck U, Grande E. Cosmopolitanism: Europe's Way Out of Crisis. *European Journal of Social Theory*. 2007;10(1):67-85. doi:[10.1177/1368431006068758](https://doi.org/10.1177/1368431006068758)
- Berzina, Ieva (2014). *Colour Revolutions: Democratization, Hidden Influence, or Warfare?*. CSSR Working Paper Series, nº 1, s.i.;
- Bobbio, N., Mateucci, N. E Pasquino, G. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- Bugiato, Caio (2017). *Kautsky e Lenin: imperialismo, guerra e paz nas Relações Internacionais*. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2017.v54n2.05.p24>
- Buzgalin, Alexander (Set/Dez 2020). *Protesto bielorrusso: quem? Porquê? Para quê? (análise política e económica): Suas lições*. Revista Fim do Mundo, nº 3. pp 48-52;

- Chandler, D. (2010). The EU and Southeastern Europe: the rise of post-liberal governance. *Third World Quarterly*, 31(1), 69–85.
<http://www.jstor.org/stable/25677756>
- Conceição, Deisiane & Valdevino, Viana (2016). *A conceção de regimes na política internacional à luz das teorias de relações internacionais*. Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, Disponível em:
<https://doi.org/10.5102/uri.v14i1.3638>
- Costa, N. R. da. (2019). O papel da desobediência civil em sociedades de massas não-totalitárias em Arendt. *Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade*, 24(2), 13-28.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:
<https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>;
- Dias, Vanda (setembro 2014). *Política Europeia de Vizinhança: Práticas imperiais na fronteira com o “outro”?*. *Revista Relações Internacionais*, pp. 75 a 84;
- Dubowy, Mag (2015). *Belarus in the Eurasian Economic Union*. Universidade de Viena;
- Fateyev, Vladimir (2000). *Regional aspects of the development of a market economy and democratization in Belarus*. *European Urban and Regional Studies*, nº 7, pp. 68-84;
- Fernandes, J. (2012) - *A política europeia de vizinhança e a parceria a leste em matéria de direitos humanos: os casos da Ucrânia e da Bielorrússia* – Repositório Digital da FEUC, Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/21440>;
- Freedom House (2016). *Freedom House’s annual report on political rights and civil liberties*. Disponível em:
https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FITW_Report_2016.pdf
- Froltsov, Vladislav (2018). *International cooperation of the republic of Belarus in promotion of sustainable development and human rights*. In: *Actual problems of international relations and global development: collection of scientific papers*. Minsk, Vol. 6, p. 202–215.

Gabinete de Documentação e Direito Comparado Procuradoria-Geral da República

(2002). *Educação em matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos*. Repositório Legal. Lisboa.

Gilligan, Michael. *Is enforcement necessary for effectiveness? A model of international criminal regime*. *International Organization, Cambridge: MIT Press*, v. 60, p. 935-967, fall, 2006.

Gorczewski, Clovis, Martin, Nuria Beloso. 2011. A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática. EDUNISC. Santa Cruz do Sul. p. 162-163.

Hrycak, Alexandra (2010). *Orange Harvest?: Women's Activism and Civil Society in Ukraine, Belarus, and Russia since 2004*. *Canadian-American Slavic Studies*, nº 44, pp. 151-177;

Kaldor, Mary. 2003. *The idea of a global civil society*. *International Affairs, London*, v. 79, n. 3, p. 583-593, mar.

Karalkevich Darya (2017). *O ambiente da mídia e a censura na Bielorrússia: um estudo de caso de "Horizon Sky"*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da UFJF, Vol. 3, Nº 1*, pp. 171-203;

Konstantin Ash (2015) The election trap: the cycle of post-electoral repression and opposition fragmentation in Lukashenko's Belarus, *Democratization*, 22:6, 10301053, DOI: [10.1080/13510347.2014.899585](https://doi.org/10.1080/13510347.2014.899585)

Korosteleva, E. (2010). *Is Belarus a demagogical democracy?*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955757032000132407?journalCode=>

Krakovsky, Roman (2020). *Belarus at the crossroads?*. Disponível em: <https://www.institutmontaigne.org/en/blog/belarus-crossroads>

Lisboa, Leonel Eustáquio Mendes (2018). *Direitos Humanos em um mundo de sanções*,

para além da distinção entre o legal e o ilegal: O Direito ao Desenvolvimento e as Medidas Coercitivas Unilaterais. Dissertação de Mestrado editada. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais.;

Marconi, Cláudia A. 2012. *Uma reflexão normativa acerca do regime internacional de direitos humanos em sua vertente penal.* In: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2., São Paulo. Anais. São Paulo: US

Maritain, Jacques. (1996). "Integral humanism, freedom in the modern world, and a letter on independence." Londres. Paperback..

Marples, D. (1999). Belarus: a denationalized nation. Harwood academic publishers: Holanda;

Natalia, Leshchenko (2008). The National Ideology and the Basis of the Lukashenka Regime in Belarus . pp 1419-1433. Published online: 12 Sep. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20451613>.

Nikolayenko, Olena (2015). Youth Movements and Elections in Belarus. Europe-asia Studies, Vol.67, nº 2, pp. 468-492;

Nogueira, Ricardo (2013). O movimento femem: Geopolítica e Neo-feminismo. Revista Genorte, Edição Especial nº 3, Vol. 7, pp. 245-264;

Lenzi, Mark (2002). *Lost Civilization: the thorough repression of civil society in Belarus.* Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Lost-Civilization%3A-The-Thorough-Repression-of-Civil-Lenzi/54823510f91a899ff2266fbcea08745548d22446>

O'Doherty, Mark Healing Belarus (2020). Improving Peace, Prosperity and Human Rights in the Republic of Belarus. Crystal Grove Books .

OSCE. (2007). *OSCE ANNUAL REPORT 2006.* Publicado a 23 Abril 2007. Disponível em: <https://www.osce.org/secretariat/24692>

Paiva, Alfredo (1965). *Regimes Políticos e Sistemas de Governo Contemporâneo.* Revista Direito Público e Ciência Política, Vol. VIII, nº 3, pp. 25-28

- Pedroso, Rodrigo (2015). *A Divisão dos Regimes Políticos em Aristóteles*. (Dissertação de Mestrado não editada), Universidade de São Paulo, São Paulo;
- Pereira, I. & Carvalho, K. & Santana, K. & Jesus, M. Melo, R. (2020). *Desenvolvimento político e social da Bielorrússia e do Uzbequistão pós-URSS*. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/4110>
- Pimentel, I. & Rezóla, M. (2013). *Democracia, Ditadura: Memória e Justiça Política*. Lisboa. Edições Tinta- da-China.
- PLATÃO (2001), República. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Preiherman, Yauheni (2014). Belarus Strengthens Ties With Europe, Preaches Morality to the World – Belarus Foreign Policy Digest. In <https://belarusdigest.com/story/belarus-strengthens-ties-with-europe-preaches-morality-to-the-world-belarus-foreign-policy-digest/>
- Scherer, C. (2015). *Revoluções coloridas na Sérvia, Geórgia, Azerbaijão e Bielorrússia (2000- 2006): promoção à democracia ou mudança de regime?*. (Dissertação Mestrado Editada) Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul;
- Shchuka, Nadzeya (2018) – *Women rights in Poland, Belarus, and the USA* – (Dissertação Mestrado não editada) Wroclaw University: Wroclaw;
- Silva, M. (2016). *Bielorrússia, Ucrânia e Rússia: o complexo regional de segurança e a utilização dos fatores econômico e identitário como fomentadores da política securitária regional*. (Dissertação Doutorado não editada), Faculdade ASCES: Caruaru;
- Udy, Giles (2012). *Civil and Religious Repression in Belarus*. Keston Newsletter, nº 15, pp. 16-19;
- Viana, Nildo (março 2018). *A criminalização dos movimentos sociais*. Revista Espaço Académico, nº 202, pp 125 – 136;

Viana, Vítor (2016). Reflexões sobre a Nova “Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança”. Instituto da Defesa Nacional. Policy Paper 8

Wiebke Lamer (2016) Promoting the people's surrogate: The case for press freedom as a distinct human right, *Journal of Human Rights*, 15:3, 361-382, DOI: 10.1080/14754835.2015.1106307

Wilson, A. (2011). *Belarus: The last European Dictatorship*. Londres: Yale University Press.

Wolfram Hitz, Shushanik Minasyan, Maciej Raś (2020). *Ambiguities of Europe's Eastern Neighbourhood: Perspectives from Germany and Poland*. Springer Nature.